

FRANCISCO GOMES DA SILVA



# FUNDAÇÃO DE ITACOATIARA



Primeiro Volume da Trilogia  
**ITACOATIARA 330 ANOS**



Francisco Gomes da Silva

# FUNDAÇÃO DE ITACOATIARA

Primeiro Volume da Trilogia  
ITACOATIARA 330 ANOS

Manaus, 2013



## **Fundação de Itacoatiara**

---

Todos os direitos reservados 2013

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,  
constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

**Copyright: Francisco Gomes da Silva**

**Coordenação editorial: Júlio Antonio Lopes**

Design da Capa

**Jansen Mauro Gomes Lopes**

Projeto Gráfico e Diagramação

**Oswaldo Relder Araújo da Silva**

**Rafael Araújo de Castro da Silva**

Elemento gráfico interno inspirado na obra artística de

**Veronica Stangler Kraemer**

---

O projeto gráfico foi concebido por meio de uma pesquisa sobre a cidade de Itacoatiara onde detectou-se elementos da cidade e formas naturais que foram redesenhadas e aproveitadas de forma estática para o projeto gráfico do livro.

SILVA, Francisco Gomes da, 1945

Fundação de Itacoatiara (1º volume da Trilogia Itacoatiara  
330 Anos)

Francisco Gomes da Silva

Manaus, 2013 – Editora Cultural da Amazônia Ltda.

224 Páginas – 14 anexos iconográficos

1. Amazonas – História; 2 Amazônia – História

CDU 981.13 História do Amazonas





Nas margens do Amazonas há uma paragem [quase em frente] à foz do Rio Madeira, chamada na língua dos índios naturais – Itacoatiará – que quer dizer – pedra pintada ou debuxada [:] vem-lhe o nome de várias figuras, e pinturas delineadas naquelas pedras (...) serão sinais misteriosos (...) não parecem feitas por engenho de arte (...) podem ser por causa natural, porque pode ser que passando por ali algum curioso índio, quando ainda aquelas pedras estivessem barro brando, debuxaria por divertimento as tais pinturas e figuras...

Padre **João Daniel** (1722-1776)

(Texto escrito em meados do século XVIII)





O topônimo de Serpa, dado à Aldeia  
caiu. Manteve-se, porém, o de *Itaquatiara*,  
hoje cidade, ligada assim, na origem à  
vida, cheia de variedade e contrastes, da  
célebre Missão dos Abacaxis da  
Companhia de Jesus.

Padre **Serafim Leite** (1890-1969)

- Da obra “História da Companhia de Jesus  
no Brasil”. Tomo III, Rio de Janeiro, 1943 -







Nunca deixei de estudar as peripécias da longa existência de Itacoatiara. Tanto a sua paisagem natural, como a sua paisagem cultural, com o exprimir a afirmação gloriosa do homem amazônico, jamais me saíram da mente. Procurei descrever a feição geral da terra e os traços de sua sociedade em marcha para um futuro de grandeza.

**Manoel Anísio Jobim (1877-1971)**

- Ex-juiz de Itacoatiara (1911-1916) e autor da obra clássica “Itacoatiara. Estudo social, político, geográfico e descritivo”, 1948 -





Velha Serpa encantada.  
Cidade-mãe que me acolheu  
no berço.

Em teu solo recebi  
o carinho das canções  
maternas,  
entoadas com doçura.  
Itacoatiara – Velha Serpa  
mirante do passado,  
e velhas tradições!

Poeta **Anísio Mello** (1927-2010)  
- Trechos do poema “Velha Serpa”,  
escrito em 28.03.1961 -





Um dia a maldade humana  
tirou do dia o seu brilho,  
mas nada ficou mais forte  
na minha vida e mais ávida  
que o desejo de guardar  
no peito Itacoatiara  
terra da pedra pintada  
pedra terra iluminada.

Poeta **Elson Farias** (15.07.2013)

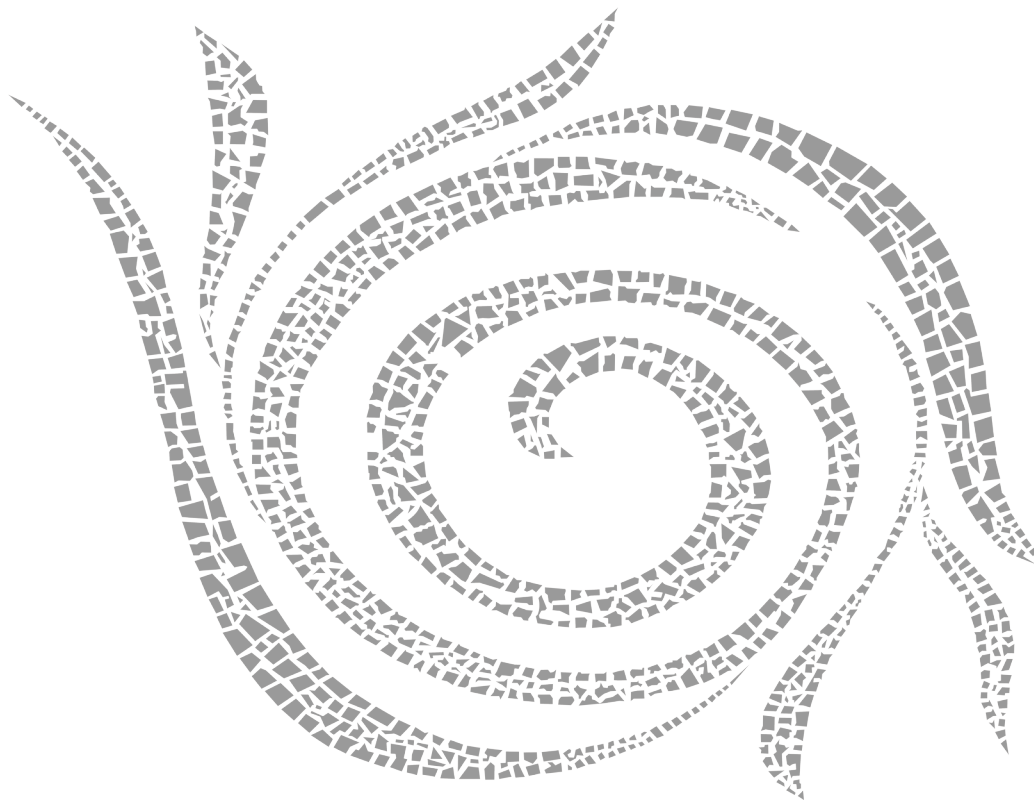
- Fecho do poema “Balada  
da cidade do meu primeiro amor” -





Neste pequenino mundo,  
alegre e descontraído de  
Itacoatiara, aconteceram  
coisas que o tempo não  
destrói nem a memória  
esquece!

**Francisco Gomes da Silva**  
(25.04.1997)







Este livro,  
a um tempo só,  
lembra os primórdios  
de Itacoatiara,  
convida aos seus filhos  
(natos e adotivos)  
a aprender as lições do  
passado dela e os estimula a  
viver a cidade que a gente ama;  
construir a cidade que a gente quer.



# ÍNDICE

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| Prefácio                        | 21  |
| Introdução                      | 25  |
| <b>ANTECEDENTES</b>             | 35  |
| Origem do homem americano       | 36  |
| A Amazônia primitiva            | 39  |
| A Conquista europeia            | 41  |
| A expansão para o interior      | 47  |
| <b>FUNDAÇÃO DE ITACOATIARA</b>  | 59  |
| Origem e fundação               | 61  |
| A missão itinerante             | 77  |
| A travessia                     | 108 |
| <b>ÍNDIOS EM ITACOATIARA</b>    | 115 |
| <b>CRONOLOGIA</b>               | 149 |
| Posfácio                        | 185 |
| <b>ANEXOS</b>                   | 193 |
| Iconografia                     | 195 |
| Administradores do período      | 201 |
| Anos iniciais: algumas citações | 203 |
| Autores consultados             | 219 |
| Resumo biobibliográfico         | 223 |



## Prefácio

Este livro constitui mais uma contribuição de Francisco Gomes da Silva aos estudos históricos da Amazônia. Sim, porque ao se dedicar à pesquisa e à interpretação dos acontecimentos geradores de Itacoatiara, a bela cidade amazonense abençoada por Nossa Senhora do Rosário, Chico Gomes, como é conhecido entre os seus mais próximos amigos, abriu a grande angular de sua visão de vida para também expandir os seus estudos aos fatos históricos marcantes na formação dos povos amazônicos, desde os primitivos habitantes da região aos que vieram depois, portugueses, espanhóis e originários de outras terras europeias e americanas.

Se entre os nativos somavam-se os nobres defensores da natureza, das florestas e dos rios da região, os adventícios mesclavam-se entre aventureiros e sacerdotes, homens de estado e exploradores, soldados e mateiros, todos eles, de uma forma ou de outra, desejosos em conquistar o novo mundo e com isso amealhar fortuna, no campo do conhecimento ou da espiritualidade, do poder político ou da incontrollável cobiça em abarrotar as burras das moedas de ouro com que os néscios se iludem quando se preparam para mandar no mundo. E, nesse processo de conquista, não faltaram nem a gota de suor ou de lágrima, nem a espada tinta de sangue empunhada pelas revoltas e revoluções, ou os momentos de paz abençoados pelos homens de Deus, também misturados nesse painel tecido de tantas cores e tantas luzes.

Este é apenas o primeiro volume de uma trilogia sobre a cidade que neste ano de 2013 completa 330 anos, num País

de apenas 513. Isto é, o Brasil possuía 183 anos e transcorriam 142 após a viagem exploratória do Rio Amazonas empreendida por Francisco de Orellana. Decidiu-se então criar a cidade hoje plantada “à margem esquerda do Rio Amazonas, a 26 metros acima do nível do mar e a jusante do Madeira (F. Gomes)”. Cidade que hoje conta com uma vida social e econômica, política e cultural não mais isolada no panorama da vida brasileira. Selou o seu destino à circunstância de situar-se, geograficamente, numa das partes mais profundas do Rio Amazonas e receber navios de grande calado, capacitados a estimular o intercâmbio comercial com os centros mais expressivos do mundo dos negócios, principalmente nos domínios da produção das resinas e óleos vegetais, da pesca e da caça e de uma agricultura nascente, em especial da cultura do cacau e, mais recentemente da juta, malva e fruticultura, e dos grãos, em particular da soja que provocou o uso dessa situação geográfica para o fomento de um entreposto de exportação a outros centros do mundo.

Francisco Gomes da Silva, na realização material deste livro, recorreu a fontes fidedignas de informação, de documentos oficiais e depoimentos de historiadores e viajantes ilustres como o da antropóloga norte-americana Anna Roosevelt, que reúne dados essenciais sobre a ocupação humana nos primórdios da Amazônia. Chico Gomes refere-se à domesticação da mandioca e da pupunha, o uso das várzeas na produção de milho pelas populações ribeirinhas, a estocagem dos excedentes dessa produção para a prática do comércio intertribal e a ação missionária dos padres jesuítas, dentre os quais ressalta a figura do grande pregador Padre Antônio Vieira e de figuras da maior

responsabilidade histórica como os Padres Bettendorf e Serafim Leite. Ainda na linha desses notáveis sacerdotes, avulta a imagem do fundador da cidade, o padre suíço Jódoco Perez, então superior da Missão dos jesuítas da Amazônia, que contou nesse empreendimento com o concurso inestimável do tuxaua Mamorini, da tribo dos Iruri

Há um capítulo inteiro dedicado totalmente aos índios de Itacoatiara. É o momento em que o historiador aproveita para falar da formação humana de sua população, miscigenada com o europeu e o africano, mas profundamente marcada pela religião, hábitos alimentares, comportamento social, regime de trabalho, arquitetura e estilos de vida herdados do ameríndio. É dos pontos mais interessantes do livro, fruto da leitura de obras fundamentais sobre a matéria, inclusive do sábio João Daniel. Passagem em que aprecia os elementos subjetivos plantados na alma do povo itacoatiarense, a expressão do sentimento de amor à terra e as atitudes de altivez que não se deixam abater sob os comezinhos achaques sociais provocados pelos desmandos de qualquer sorte de autoritarismo dos reles mandatários de plantão.

Toda a obra de Francisco Gomes da Silva é dedicada à revelação e à interpretação da história do seu berço natal, tendo, por isso, como virtude primordial um sentido de gesto de gratidão e amor à terra da pedra pintada, terra pátria iluminada.

Manaus (Praia da Ponta Negra), 08/09/2013

Elson Farias





## Introdução

A HISTÓRIA da Amazônia interiorana corre o risco de cair no vazio do esquecimento. Não sendo um especialista, porém, ombreado com os pouquíssimos devotados a não deixar que tal aconteça, desde o verdor dos anos juvenis venho estudando, analisando e lutando para divulgar a bela trajetória de Itacoatiara. Um hábito que neste ano completou cinquenta e um anos e rendeu a edição de 13 livros. Outros quatro ou cinco estão em fase final de elaboração. A exclusividade do tema é a expressão de dois sentimentos: a paixão pela terra natal e o contrapor-se à massificação da chamada “história metropolitana”, especializada na produção de livros que, a despeito de portarem títulos de história estadual, revelam-se pródigos em descrever e/ou analisar acontecimentos políticos, sociais e econômicos alusivos às capitais; falam muito pouco sobre cidades do interior. Não é justo.

Pensava que o assunto era exclusivo do Amazonas, Estado que tornou sua capital exclusivista. Dizem até que Manaus é a capital de si própria. Recentemente, convidado a participar da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós, em Santarém, constatei que o menosprezo às cidades periféricas é um problema regional, talvez nacional. Os historiadores da bela urbs paraense condenam “a pouca menção” feita à sua cidade nos livros de História editados em Belém. A desconstrução da memória coletiva está em curso, cá e lá. O descaso com a busca da verdade histórica é flagrante e proposital. Tempos

atrás, o professor Almir de Carvalho Júnior, anotou: “Nossos referenciais de memória se perdem em velhos baús ou em restos carcomidos de papéis incômodos jogados nos porões e nas lixeiras, sejam públicos ou privados”.

Por outro lado, a falta de reconhecimento público e privado a quem, anos a fio, queima pestanas para descobrir e revelar fatos históricos da sua comunidade é motivo para muitos desanimarem. Fracos, ao se depararem com a hipocrisia, a inveja e outros sentimentos menores que alimentam as mentes malsãs, deixam-se abater e abandonam os seus projetos. Não é o meu caso. Aos dezesseis anos de idade, impus-me a missão de estudar e revelar a História do meu Município e da minha cidade. Sortudo, aos dezenove anos ganhei um mecenas e incentivador: Arthur Cézar Ferreira Reis. Devo ao maior historiador da Amazônia o lançamento do meu primeiro livro, em 1965. E prossigo nessa luta; dela jamais me afastarei. Isso me entusiasma e me faz feliz.

Espanta-me o alheamento dos modernos mensageiros da História em relação ao interior. No caso particular de Itacoatiara, dou exemplos. Nas primeiras décadas do século XIX, no período anteroposterior à Independência, a vila de Serpa, atual Itacoatiara, disputou com o Lugar da Barra, atual Manaus, o gerenciamento político-administrativo da Comarca do Rio Negro. Várias vezes, por ordem de dom Pedro II, os vereadores de Serpa se deslocaram à Barra para discutir e decidir se Manaus seria ou não elevada à vila, se o Amazonas se libertaria ou não do jugo do Pará. Serpa se sacrificou ao ponto de ser

‘punida’ pelo governo paraense com o rebaixamento à simples freguesia. Como em política não há justiça, só há vencedores e vencidos, Manaus - que ganhou autonomia – nem ao menos procurou se solidarizar com Serpa. A supremacia política de Itacoatiara sobre Manaus, naquele período, ao invés de encarada como fato humilhante à capital amazonense, deveria, isto sim, ser discutida à exaustão com transparência e responsabilidade. Mas os livros recentes de História silenciam. Somente Arhur Cézar Ferreira Reis, Bertino de Miranda e Mário Ypiranga Monteiro registraram tais acontecimentos.

Quando Getúlio Vargas criou o Código Eleitoral de 1935, estendendo às mulheres de todo o País o direito ao voto, Itacoatiara elegeu a primeira vereadora do Brasil. Fato significativo, sem dúvida. Mas, infelizmente, a História do Amazonas não registra.

Também acho esquisito a UFAM e a UEA incluírem em sua grade curricular de História o bombardeio de Manaus, em 1910, como um fato histórico significativo relacionado ao Movimento Tenentista. Mas excluem da mesma grade a Batalha Naval de Itacoatiara, ocorrida em 1932, também um evento do Tenentismo. O bombardeio de Manaus gerou poucas vítimas. Na Batalha Naval de Itacoatiara morreram cerca de 40 pessoas e os dois navios rebeldes foram fundeados defronte à cidade. Cadê a verdade histórica? Por que a indiferença?

O descaso com o interior é crônico, vem de muito tempo. Os interioranos (não só os de Itacoatiara) alimentam o sonho do desenvolvimento econômico, sempre adiado e/ou interrompido. Há necessidade urgente de se abrir caminhos de

desenvolvimento de forma mais rápida e sustentável. Projetos nessa direção existem, mas não se efetivam porque há uma opção preferencial dos governantes amazonenses por ações na capital. Manaus tem mais votos, imprensa e opinião pública.

A Zona Franca de Manaus, sob o pretexto de desenvolver a Amazônia Ocidental, concentrou na capital a maior parte da atividade econômica deixando os municípios interioranos vulneráveis e decadentes. Em vista disso, Itacoatiara alterna períodos de recessão e desemprego. Em face do êxodo rural e à falta de planejamento urbano, na periferia da cidade cresce o número de favelas. O Município, até pouco tempo atrás, representou um relevante papel no âmbito estadual detendo o primeiro lugar em população residente e eleitoral e nos índices de economia e finanças, desenvolvimento humano e educacional. Mas, acabou sendo ultrapassado por Coari, Presidente Figueiredo, Manacapuru e Parintins. A perda da liderança regional mexeu com os brios de quem ama de verdade a cidade. A autoestima dos homens e mulheres de bem, seus residentes, ficou abalada.

A paradoxal falta de progresso corrente no Município enerva os seus habitantes. No cômputo geral de seus altos e baixos o passivo sempre se sobrepõe ao ativo. A maior parte de suas carências se origina da má gestão pública e seus maiores avanços nascem do esforço da iniciativa privada. Apesar dos pesares, Itacoatiara possui todos os ingredientes de um centro urbano moderno, perfeitamente habitável. É farta em alimentos e pobre em áreas de lazer. Seu setor comercial e o de prestação de serviços estão em franca atividade, mas os de agricul-

tura e indústria são marcadamente deficientes. Apesar de tudo, tem relevância histórica no contexto de ocupação da Amazônia Ocidental e guarda em seu espaço urbano a memória, a cultura e a identidade do amazônida. Resta ao poder público criar políticas que resguardestem estes referenciais. Espera-se que a sociedade se identifique ainda mais com ela.

Impõe-se como urgente a efetivação de uma política de recuperação/salvamento de seus prédios históricos; a criação de um museu; a ampliação e modernização do acervo da biblioteca Anísio Jobim colocada em prédio próprio; a preservação do sítio Itaquiara que corre o risco de desaparecer, dado o avanço das obras de ampliação da área fronteira à orla da cidade; a restauração e digitalização dos arquivos da Prefeitura, do Fórum Judiciário, da Câmara Municipal e da Prelazia; a proteção e o tombamento dos sítios arqueológicos do Urubu e de Miracanguera.

Não alimentemos a ilusão de que o PIM é o guardião da floresta, porque a floresta ao redor da microrregião de Itacoatiara envolvendo os municípios de Itapiranga, Silves, Autazes, Nova Olinda do Norte e Urucurituba, tende a desaparecer. Por que não criar ali uma área de reserva florestal ou equivalente? A renovação do PIM depende de Itacoatiara. Um porto novo na cidade e a duplicação da Rodovia Manaus-Itacoatiara, podem ajudar no desafogo dos setores de transporte e serviços da capital.

Comecei a elaborar o presente livro em outubro do ano passado. “Fundação de Itacoatiara” é o primeiro volume da tri-

logia “Itacoatiara 330 anos”. Como indicado no título, toda a obra, em três volumes, reporta os 330 anos de Itacoatiara, trajetória contada da criação em 1683 do núcleo que deu origem à cidade até os dias atuais.

Este primeiro tomo cobre o período de 1683-1758. É o relato do que aconteceu desde que seu fundador, o padre jesuíta suíço Jódoco Perez, chegou ao Madeira – rio-berço de Itacoatiara – e os subsequentes fatos que desaguarão na chegada à região do estadista colonial Mendonça Furtado, o resultado de sua atuação frente ao traslado do primitivo burgo para o Rio Amazonas e sua elevação à condição de vila-sede municipal. Os demais volumes estão em ritmo de construção; sairão breve. O segundo refere-se ao período de 1759-1874 e o terceiro, ao período de 1875-2013 – ambos falando da evolução do sítio urbano, a partir da elevação da vila de Serpa à cidade; da passagem do Império à República e dos altos e baixos da trajetória municipal.

Homenageando ao 330º aniversário da minha cidade, “Fundação de Itacoatiara” retrata o antigamente. São quatro capítulos e alguns anexos. O capítulo introdutório fala dos primeiros humanos, do ingresso deles nas Américas e na Amazônia. Os três seguintes dissertam sobre a invasão dos europeus, a preação dos índios, a coleta e o tráfico dos produtos da floresta, o choque interétnico, as muitas nações indígenas que habitaram o território da microrregião de Itacoatiara, seus mitos, costumes e sabedoria. E, obviamente, falam do trajeto percorrido pelos primeiros itacoatiarenses.



Os críticos certamente dirão: “o trabalho peca pelo excessivo sentimento patriótico; é bairrista de mais”. Pode até ser, mas não poderão acusá-lo de desonesto. Como em todo trabalho dessa natureza, este livro contém falhas, erros, defeitos e omissões gerados, todavia, inconscientemente, pois, em todos esses anos tenho buscado extrair a verdade das fontes a que tenho recorrido. Não espero tratamento compreensivo de ninguém. Sirvo à minha cidade, presto uma contribuição. Entendo que a todo escritor regional impõe-se uma como obrigação inadiável de servir à sua gente expondo os fatos como eles efetivamente ocorreram, respeitados os limites de cada um.

A História do Amazonas é cheia de dúvidas e vacilações. Bem o disse Márcio Souza: “Tudo que se escreve sobre a Amazônia tem um sabor de relativismo (...). O afastamento dos jovens dos fatos do passado leva a uma sociedade do momento, do imediato, reducionista, que não deseja mudar”. Este livro é dirigido especialmente aos jovens de Itacoatiara. Para que conheçam o passado histórico de sua cidade e se orgulhem dela.

Este livro é o retrato da minha cidade ainda criança. Criança que se tornou jovem, alcançou a maturidade, fez-se mulher. Ganhou uma legião de filhos, de diferentes gênios, de várias origens, e sua prole aumenta cada vez mais. Mãe generosa, gentil e carinhosa. Que se apaixona fácil e se deixa apaixonar. Que chora e sorri, que afaga, conforta e aconselha. Que abraça, beija e acarinha, sem fazer distinção. Abraça,



beija e acarinha tanto o filho saído de seu útero como o filho adotivo, aquele que chega de outras plagas e logo se torna um aliado e passa a amá-la e a querer-lhe bem, retribuindo a atenção, o desvelo e o carinho.

Dizem que ela é a cidade do já teve. Mentira! É uma cidade que tem e quer ter mais. É uma cidade festeira e tradicional. Tem história e se alimenta da fé e da esperança. Tem um povo trabalhador, uma juventude alegre e muito esperançosa. É só tratar o seu povo com o devido respeito, não sufocar os que sonham. Incentivar aos que a amam e querem somar.

Ao ensejo dos 330 anos de Itacoatiara, somos todos chamados a viver a cidade que a gente ama; construir a cidade que a gente quer.

Itacoatiara, 08 de setembro de 2013, 330º da  
fundação do núcleo que deu origem à cidade.

**Francisco Gomes da Silva**



# CAPÍTULO I



## ANTECEDENTES

A CIDADE-sede do Município de Itacoatiara está plenamente inserida na geografia mundial. Cidade média de responsabilidade social assentada à margem esquerda do Rio Amazonas, a 26 metros acima do nível do mar e a jusante do Madeira. Circundada de matas de terra firme, várzeas e igapós, possui clima tropical úmido, integra a Mesorregião do Centro Amazonense e a Região Metropolitana de Manaus. Suas coordenadas geográficas são: Latitude  $-03^{\circ} 08' 35''$ ; e Longitude  $58^{\circ} 26' 39''$ .

Itacoatiara é de origem luso-indígena, compõe o subcontinente brasileiro e é uma comunidade amazônica. Sua trajetória política, econômica e social forma um capítulo simples, porém, marcante e construtivo da crônica da humanidade.

Os “períodos densos” – momentos de ruptura, na longa duração, que transformam, em velocidades distintas, as estruturas sociais e as formas espaciais de uma cidade - são numerosos na sua história (fundação, transladações, vila de Serpa, foros de cidade, elevação à comarca, etc.). Além desses, que seguem uma ordem cronológica, que obedecem à periodização historiográfica, há os anteriores, que deixam prever os que hão de seguir-se.

Induvidosamente, os antecedentes históricos do Continente americano, do Brasil e da Amazônia também o são da cidade de Itacoatiara. Ei-los em resumo:

## Origem do homem americano

SEGUNDO a quase unanimidade dos pesquisadores, o homem moderno, *Homo sapiens*, surgiu no sul da África há cerca de 200 mil anos. Ao tempo em que se multiplicavam, os primeiros humanos iam se espalhando por todo o Continente negro. Muitos membros deles, ou seus descendentes, – talvez um grupo tribal com não mais que 150 integrantes – saíram de lá há uns 70 mil anos, cruzaram o Mar Vermelho no rumo da Ásia e ganharam o mundo.

Conforme o mapa da ocupação do planeta, elaborado com base em estudos realizados por antropólogos do mundo inteiro, grupos tribais teriam chegado aos Emirados Árabes e à Ásia há 60 mil anos atrás; à Oceania há 50 mil anos; e à Europa há 40 mil anos.

São várias as teorias sobre como, quando e por quais rotas os humanos teriam migrado para as Américas. A mais propagada - descartada a ideia de que alguns grupos teriam vindo por embarcações da África ou da Austrália - indica que o primeiro homem chegou ao Novo Mundo há 14 mil anos atrás e a porta de entrada foi o Estreito de Bering – acidente geográfico que separa a Ásia da porção norte das Américas. Essa corrente migratória coincidiu com a última glaciação percorrendo um corredor livre de gelo nas geleiras da América do Norte e rumou para o sul pelo interior.

A segunda hipótese proclama que os primeiros humanos teriam chegado a esse Continente há 12,5 mil anos. Depois de

ultrapassarem o Estreito de Bering, seguiram pela costa oeste em direção à América do Sul.

As duas entradas provavelmente eram formadas por grupos pequenos de pessoas capazes de grande mobilização. Achados arqueológicos mais antigos dizem que teria havido migrações anteriores, formadas por elementos especializados na caça de grandes mamíferos, tipo mamutes. E que os integrantes da segunda entrada tinham tecnologias sofisticadas de caça e navegação.

Fonseca (2011), respaldado em Roosevelt (1996) e Furline (2000), escreve a respeito: “Seguindo em direção sul a migração humana atravessou as Américas do Norte e Central, passou pelo Istmo do Panamá e entrou na América do Sul pelo território da Colômbia. Daí [continuando] sua lenta expansão [finalmente chegou] à Amazônia...”.

\*\*\*\*

Vários milênios se passaram...

O mundo conhecido até o século XV resumia-se à Europa, parte da Ásia e norte da África. A única instituição universal era a Igreja Católica.

Durante os séculos XV e XVI, a chamada Era das Grandes Navegações e dos Descobrimentos Marítimos, os europeus lançaram-se nos três oceanos com os objetivos de descobrir uma nova rota marítima para as Índias e encontrar novas terras. A expansão no exterior levou ao surgimento do império colonial português, seguido do espanhol. Ambos se tornaram

grandes potências disputando a supremacia dos mares e das novas terras.

Enquanto os portugueses navegaram em direção às Índias contornando a África, os espanhóis tomaram rumos diversos. Financiado pela Coroa de Espanha, o explorador italiano Cristóvão Colombo (1451-1506) dirigiu-se para o oriente navegando pelo Atlântico. A 12 de outubro de 1492 chegou à América Central. Pensando que estava aportando nas Índias, batizou seus habitantes de “índios”. Apesar de equivocada, essa denominação ficou consagrada.

A 07 de junho de 1494, para evitar conflitos entre Portugal e Espanha, foi assinado o Tratado de Tordesilhas fixando critérios de partilha das terras além-mar descobertas e por descobrir. Os domínios desses reinos seriam separados por um meridiano situado a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras situadas a leste do meridiano seriam portuguesas e as da parte oeste, espanholas. Já que a linha imaginária passava na cidade de Belém/PA, quase toda a Amazônia (‘descoberta’ seis anos depois da celebração do Tratado), de direito iria pertencer à Espanha.

O nome América deriva do cosmógrafo de nacionalidade italiana, Américo Vesúcio (c.1451-1512), por constatar que as terras americanas constituíam um Continente; não faziam parte da Ásia como imaginou Colombo.

As estimativas de quantas pessoas viviam no território do Novo Mundo quando Cristóvão Colombo chegou variam muitíssimo. A mais coerente é a do geógrafo

norte-americano William Denevan. Segundo os cálculos que fez, em 1976, àquela altura a população do Continente beirava os 54 milhões de habitantes.

A preocupação dos europeus sobre os habitantes das Américas só começou após a edição da bula do papa Paulo III (1468-1549), de 1540, reconhecendo que os ameríndios possuíam alma; eram seres humanos. Na conquista do Continente, a Igreja esteve presente conjugando interesses comuns aos das coroas espanhola e portuguesa. Assim, o expansionismo europeu teve por base a teologia cristã, que afirmava ser a escravidão do índio um pequeno preço a pagar diante dos benefícios de sua inserção na civilização. Tudo seria feito “em nome de Deus e em nome do Rei”.

## **A Amazônia primitiva**

OS REGISTROS mais antigos da região atribuem aos seus pioneiros habitantes datações com 12,5 mil anos. Uma descoberta relatada pela antropóloga norte-americana Anna Roosevelt, na revista *Science*, em 1996, dá conta de uma ocupação humana em plena floresta aos 11,3 mil anos.

Remontam a 11.000 a. C. os primeiros sinais de ocupação no alto Amazonas. O grande corredor cultural por onde teriam circulado grupos de primeiros amazônidas foi o fabuloso Rio Amazonas.

Vestígios com datação entre 9.200 a. C. e 6.000 a. C., sugerem que grupos de caçadores-coletores começam a se espalhar por toda a Amazônia.

Desde 5.000 a. C., grupos de agricultores do alto Rio Madeira e do noroeste amazonense faziam o manuseio de vários tipos de plantas tropicais. É possível que, entre 4.000 a. C. e 2.000 a. C. tenha ocorrido, na Amazônia, a transição da caça e da coleta para a agricultura.

O alto Rio Madeira teria sido lugar de domesticação da mandioca e da pupunha. A introdução do cultivo da mandioca na várzea e a chegada da cultura do milho na mesma área propiciaram às primeiras populações ribeirinhas um maior excedente de alimentos para a estocagem e o comércio intertribal.

Em 3.000 a. C. grupos de horticultores já se faziam presentes no baixo e médio Amazonas. Achados com essa datação sugerem que os povos ribeirinhos eram fartamente supridos de alimentos, aí incluídos frutos, grãos, peixes, mamíferos e quelônios. Criativos, eles fabricavam, para uso interno ou permutar entre tribos, instrumentos destinados ao lazer, à caça e à pesca, e peças domésticas, funerárias e para conservar alimentos. Mais tarde se especializariam em criar e construir artefatos de pedra e materiais cerâmicos.

Segundo Souza (2009), “Foi durante os milênios que antecederam à vinda dos europeus que os povos da Amazônia desenvolveram o padrão cultural denominado de Cultura da Selva Tropical”, um acontecimento histórico de longa duração permitindo a integração social, econômica e cultural de caçadores-coletores aos recursos florestais. Em razão de seus saberes, do elevado nível populacional e do poder de organização de que eram possuidores, esses grupos logo, logo ganhariam caráter de sociedades hierarquizadas, dotadas de uma ordem social bem definida.



Entre 3.000 a. C. e 1.450 d. C., as margens do Rio Amazonas teriam sido continua e densamente povoadas. Tal hipótese conduziu os experts em Demografia Histórica a valorar as teorias ‘maximalistas’ que atestavam populações maiores para a América em 1492, jogando por terra a ideia de um ‘vazio demográfico’ em regiões como a Amazônia. Nesse sentido, William Denevan, em 1976, partindo de uma avaliação da disponibilidade de recursos nesses espaços, defendeu um número superior a 06 milhões de habitantes para o conjunto da região, antes da chegada do europeu.

Por igual, as terras que integram a microrregião de Itacoatiara constituíam um largo espaço tropical ocupado por sociedades tribais de formação superior, que povoavam a várzea e a terra firme. Os rios e a floresta, representantes máximos das paisagens poéticas e arrebatadoras, supriam as necessidades de milhares de pessoas. Ali se vivia na fartura e em tranquilidade. Quadro que seria violentamente alterado após a chegada do estrangeiro invasor. Nessa área, como em toda a Amazônia, os indígenas seriam vítimas históricas de uma colonização cruel e genocida.

## A Conquista europeia

O NAVEGADOR espanhol Vicente Yáñez Pinzón (1462-1514) foi o primeiro europeu a pisar na Amazônia. Em viagem autorizada pela Coroa, “descobriu” em fevereiro de 1500 o estuário do Amazonas. Antecedia, em dois meses, ao desembarque na costa brasileira do almirante português Pedro Álvares Cabral (1467-1520).

Por alguns dias, iniciando a invasão progressiva das terras amazônicas, suas caravelas deslizaram pelo mais caudaloso rio do planeta, que ele denominou de Santa Maria de La Mar Dulce. A seguir, desembarcou em certo trecho e abordou várias aldeias para abastecer-se de víveres. Usando da força bélica, capturou trinta e seis indígenas. Acreditando que havia chegado às Índias, tomou posse da região em nome do reino espanhol.

Dias depois, Diego de Lepe (c.1460c.1515), outro aventureiro espanhol e primo de Pinzón, coincidentemente aportou no mesmo lugar onde estivera a expedição anterior. Travou um feroz combate com os índios, daí resultando dez mortos e dez feridos entre os de bordo. Mas, até hoje não se sabe quantos nativos passaram pelas armas do invasor nesse evento genocida - o primeiro praticado na Amazônia.

Depois da ‘descoberta’ de Vicente Yáñez Pinzón, o mistério e a imensidão da Amazônia despertaram a cobiça e o desejo de possuí-la. Apesar de logo visitada por navegantes, corsários e piratas de várias nacionalidades, Portugal se antecipou e venceu a concorrência. A região, pelo Tratado de Tordesilhas, era quase toda de Espanha, mas foi envolvida pela audácia dos portugueses para ser dominada politicamente e explorada em termos econômicos.

Frustrada a tentativa de implantar a Capitania do Maranhão, criada em 1534 por dom João III (1502-1557), o primeiro registro importante é da viagem do navegador e capitão espanhol Francisco de Orellana (c.1511-1546). Em dezembro de 1541 partiu de Quito, no Equador, e, pelo Rio Amazonas, atra-

vessou a região. No dia 10 de junho do ano seguinte descobriu a foz do Madeira e ultrapassou o sítio Itaquiara; a 24 de junho guerreou contra as amazonas, na foz do Nhamundá; e no dia 24 de agosto saiu no Atlântico.

O próximo registro é de franceses que em 1612 visitaram o norte amazônico, e em seguida se fixaram no Maranhão fundando a cidade de São Luís. Três anos depois foram expulsos pelo exército do capitão português Jerônimo de Albuquerque (1548-1618).

A partir de 1596, corsários ingleses, irlandeses e holandeses se introduziram na região pelo Rio Amazonas, sendo que os últimos chegaram a estabelecer feitorias no Xingu. Mais tarde, todos foram expulsos pelos portugueses.

Como desde 1580 vigorava a união dos reinos de Portugal e Espanha e, portanto, não havia questão de limite entre suas terras na Amazônia, não se questionou os termos do Tratado de Tordesilhas. Então, a 12 de janeiro de 1616 o capitão-mor Francisco Caldeira de Castelo Branco (c.1566-1619) fundou o forte do Presépio, núcleo originário da cidade de Belém/PA.

Na sequência, dom Filipe III (1605-1665) em 1621 cria o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís. Formavam a nova unidade político-administrativa as capitânias do Maranhão, Grão-Pará, Piauí e parte da do Ceará. Jurisdicionada diretamente a Lisboa e, portanto, livre das amarras do Estado do Brasil, sua fundação apoiava-se num decreto real de 1515 que visava consolidar na região o domínio lusitano e garantir a fixação de suas fronteiras.

No mesmo passo, o padre Luiz Figueira (1575-1643) instala na região em 1622 a Missão dos jesuítas, a quem foi conferida, em 1628, a administração espiritual e temporal dos índios. A jurisdição eclesiástica dos jesuítas sobre toda a região foi confirmada em 10 de agosto de 1637. Em seguida chegariam padres das ordens dos Carmelitas Descalços em 1627; das Mercês em 1640; e dos Capuchos da Província da Piedade em 1693. Mas, foi a Ordem dos jesuítas que maior importância teve na ação missionária inserida no processo de ocupação e colonização lusitana.

Um componente decisivo para a atuação no campo religioso foi a língua ensinada aos índios aldeados, os quais deviam abandonar o uso da sua própria língua passando a praticar uma outra resultante da mistura entre o tupi e o português - o nheengatu – que se impôs como privilegiado canal de comunicação entre colonizados e colonizadores.

Coube ao sertanista Pedro Teixeira (1587-1641) a primeira viagem exploratória do Rio Amazonas e a missão de oficialmente tomar posse da região em nome da Coroa portuguesa. À frente de mais de duas mil pessoas, incluídos técnicos, religiosos, militares, escravos, remadores e índios flecheiros, deixou Belém no dia 26 de outubro de 1637 e foi no rumo de Quito, no Equador, donde retornou em 02 de fevereiro de 1639. No final de novembro passou defronte à boca do Madeira e ao sítio da futura Itacoatiara. No dia 12 de dezembro alcançou Belém. O jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña (1597-1675) relatou-lhe a viagem.

Com a extinção, em 01 de dezembro de 1640, da União Ibérica, Portugal recuperou sua independência política e definiu de vez o direito de posse às terras da Amazônia. “Findas as primeiras cinco décadas do século XVII, os extremos da Amazônia portuguesa estavam bem definidos (...). O Estado do Maranhão e Grão-Pará estendeu-se ao Napo, na parte ocidental; ao Madeira, Mamoré, Guaporé, pelo sul; e ao Orenoco, no norte (Reis, 1989)”. Desde lá, escorada na ação de soldados, sertanistas e missionários, a Coroa lusitana mandou acelerar os serviços de ocupação e exploração do território do atual Estado do Amazonas, cuja tarefa se deu de forma dramática e avassaladora.

Desde a morte do padre Luiz Figueira, em 1642, a Missão da Ordem dos jesuítas estava desativada. Agentes da Coroa portuguesa agiam às claras preando e escravizando índios. Também buscavam minérios e ‘drogas’ silvestres. A falta de padres favorecia os casos de cativo dos nativos apreendidos em guerra justa. Aumentavam cada vez mais as idas ao sertão das tropas de resgates. Na década seguinte, sertanistas, soldados e missionários percorreriam livremente o vale do Amazonas ocupando as suas margens e as de seus principais afluentes. Com a chegada à Amazônia do padre Antônio Vieira (1608-1697), aos 16 de janeiro de 1653, a Missão da Ordem foi refundada e a questão indígena priorizada. Em 25 de agosto do ano seguinte foi confirmada a categoria estatal do Maranhão e Grão-Pará – ainda sediado em São Luís, porém, não mais contando com territórios de Piauí e Ceará, logo anexados ao Estado do Brasil.

A missão atribuída ao padre Antônio Vieira, que ao chegar encontrou mais de setenta línguas diferentes, era pacificar a região e ajudar a expandir o domínio da Coroa ao interior da Amazônia. Investido no cargo de superior da Missão, veio acompanhado por mais nove padres e logo se tornou o grande paladino da luta pela liberdade dos índios. Mandou, nos termos da Provisão régia de 24 de julho de 1652, implantar a cônica pensão anualmente concedida aos missionários para sua conveniente sustentação. Denunciou a dom João IV (1604-1656) os colonos e servidores da Coroa comprometidos com a exploração e a escravização dos indígenas. Segundo Azevedo (2008), padre Vieira pediu liberdade para todos eles, “com isenção da autoridade civil e sujeição incondicional aos missionários”.

Em julho de 1654 padre Vieira viajou a Lisboa para pessoalmente condenar os abusos e pedir a revogação da Provisão régia que atribuía às câmaras e aos capitães-mores a administração dos nativos. Em 16 de maio do ano seguinte, regressou triunfante para implantar a Lei de 09 de abril de 1655 que garantia aos jesuítas a administração das aldeias e o governo temporal e espiritual dos índios.

A Lei de 1655, que provocou enorme insatisfação entre os colonos, foi o primeiro Regimento das Missões e o documento base da ação missionária na região. As aldeias representavam a realização do projeto colonial, mecanismo de ocupação e defesa que estimulava o contato entre índios, colonos e religiosos facilitando a catequização e a utilização da mão-de-obra nativa. Para Reis (1989), a nova legislação “procurou coibir os abusos (...) mi-



norar a sorte” dos índios. “O comandante das tropas de resgates [seria] indicado pelo superior dos jesuítas”, a quem cabia, ainda, designar onde e quando seriam realizadas as entradas ao interior. “Surgiu, em compensação, o regime dos descimentos”.

Em abril de 1656 padre Vieira passou à cidade de Belém. De acordo com Azevedo (2008): Embora São Luís sediasse o Estado, Belém “era o centro de onde irradiava a conquista das gentilidades [e] o foco principal da reação dos colonos contra o regime dos missionários”. Desde a entrada em vigor da Lei de 1655, Vieira planejava ir pessoalmente à parte ocidental da Amazônia. Porém, à “falta de recursos de gente e canoas e ainda por imposição de seus superiores desistiu” da missão. Outros iriam em seu lugar.

## A expansão para o interior

SABIDAMENTE, os missionários jesuítas foram os principais agentes da ação cultural europeia sobre os povos amazônicos. Começaram os contatos com os indígenas do médio e alto Amazonas logo em seguida à chegada do padre Antônio Vieira. Na assertiva de Leite (1943), os padres iam subindo o Amazonas “doutrinando, batizando, levantando cruzeiros, enfim, cuidando da conversão dos índios”.

Para inaugurar as entradas o superior Antônio Vieira convocou os missionários Francisco Veloso (1619-1679) e Manuel Pires (c.1637-1678). Composto a tropa de resgate dirigida pelo capitão-mor Vital Maciel Parente, partiram

de São Luís em 22 de junho de 1657, subiram o Amazonas e, certamente no mês de agosto, pararam em Matari (termo tupi mais tarde aportuguesado para Amatari) - aldeia da margem esquerda do Paraná do Matari, inserida na região que se comunica com o baixo Urubu e Rio Preto da Eva, próximo à atual vila do Engenho, acima de Itacoatiara. Lá celebraram missa e assistiram aos residentes Aroaqui.

Prosseguindo viagem, alcançaram o Rio Negro e passaram ao Tarumã. Gastaram de ida e volta mais de seis meses; só em janeiro seguinte aportaram em Belém levando cerca de 600 escravos-índios para trabalhar na extração de especiarias silvestres, na lavoura, nas salinas e principalmente nos serviços estatais. Na opinião de Leite (1943), iniciavam ali “a colonização, exploração e catequização do atual Estado do Amazonas”.

Conforme orientado pelo padre Antônio Vieira, a opção preferencial da viagem era o Amazonas. Novamente é Leite (1943) quem opina: “O fim desta primeira entrada era inicialmente o Rio Amazonas; o progresso dela fez [os jesuítas] subirem o Rio Negro [para] experimentalmente conhecer a grande população dele”.

No ano seguinte, Manuel Pires, acompanhado do padre Francisco Gonçalves (1597-1660), voltou ao sertão do Rio Negro. De acordo com Monteiro (1994), a nova entrada “fixou-se no mesmo local da primeira, na boca do Tarumã, aonde chegou provavelmente no final de setembro”. Os missionários deixaram a tropa de resgate abaixo e subiram às



cabeceiras do Rio Negro. Voltariam a Belém em janeiro de 1660 levando um carregamento de 700 resgatados.

A terceira entrada no oeste amazônico também foi protagonizada pelo padre Manuel Pires, em parceria com o padre Manuel de Souza (c.1613-1660). Guiados pelo cabo de tropa Domingos Monteiro deixaram Belém em setembro de 1660 e, depois de várias visitas pastorais ao longo do Rio Amazonas, no final do ano chegaram ao Urubu. Prováveis fundadores da missão de Saracá, atual cidade de Silves – e “o local de povoamento contínuo mais antigo do Amazonas (Loureiro, 1978)”. Lá predominavam os índios Aroaqui que “admitiram igreja que [Pires e Souza deixaram] edificada entre eles (Berredo, 1989)”. Devido ao motim de 1661, que resultou na primeira expulsão dos jesuítas, Saracá estagnou sendo retomada pelo padre mercedário frei Raimundo das Mercês, no final de 1662.

O padre Manuel Pires voltou ao Rio Amazonas pela quarta vez, em maio de 1670. Ele e o padre João Maria Gorzoni (1627-1711) integram a tropa de resgates chefiada pelo capitão-mor Manuel Coelho. Essa viagem durou quase dois anos. Navegando rio acima, visitaram diversas aldeias doutrinando, batizando, casando e descendo índios. Foram ao Rio Negro, antes de ingressar no Solimões. Na opinião de Bettendorff (1990), “Ainda lá estavam [em] julho de 1671. A arrojada expedição penetrou pelo Amazonas e foi além do Japurá. [Trouxe] cerca de 900 [índios] Solimões aprisionados”. Voltando do Solimões, no começo de 1672, ingressaram no Madeira onde missionaram pouco tempo.

No início de 1661, recrudescem os embates entre colonos e jesuítas. Os primeiros pugnavam pelo aumento da mão-de-obra indígena. À época, um escravo índio custava 04 mil réis. Mas, à sua falta, segundo a Câmara de Belém, chegou a custar 70 mil réis. Aliando-se aos descontentes a Câmara acusa o padre Vieira de atentar contra a economia: o governo temporal dos silvícolas, a cargo dos jesuítas, era o responsável pela falta de escravos, “pondo a Capitania no mais miserável estado”. Colonos e políticos ameaçavam ir ao Madeira, às cabeceiras do Rio Negro e a outras paragens, “a fim de descer indígenas e deles lograr muito lucro”. Rechaçando-os, Antônio Vieira informa que a Ordem dos jesuítas, entre 1655 e 1661, havia instalado nove missões na região, duas delas no atual Estado do Amazonas, em cujo período foram ‘descidos’ para Belém e São Luís cerca de “3.000 índios forros e 1.800 escravos (Berredo, 1989)”.

A insatisfação dos paraenses logo se estendeu ao Maranhão, cuja Câmara também se encheu de rebeldia. No dia 08 de setembro, Antônio Vieira e seus companheiros foram presos e embarcados à força para Lisboa. No início de 1662, os religiosos que haviam escapado se escondendo no interior, foram detidos e também deportados, totalizando 33 padres e irmãos leigos perseguidos.

Na opinião de Leite (1943), o motim de 1661 e a consequente expulsão dos jesuítas desmoronou totalmente o projeto do padre Antônio Vieira que, “se fosse adiante, talvez tivesse criado, já no século XVII, a nova Capitania do Ama-

zonas, núcleo do futuro Estado do mesmo nome”. Mesmo com a volta dos jesuítas, dois anos depois, o território amazônico ficou sob a jurisdição do Grão-Pará, e essa situação durou mais de um século.

O retorno dos jesuítas à Amazônia oficialmente teve início no dia 07 de setembro de 1662. Mas, a provisão de 12 de setembro do ano seguinte, assinada pelo rei Afonso VI (1643-1683), além de anistiar os colonos, aboliu a jurisdição temporal dos missionários e proibiu a volta do padre Vieira. Preso em Lisboa, foi processado pela Inquisição. Um mês depois, outra lei régia mandou devolver a administração das aldeias aos jesuítas. Nos próximos oito anos chegariam 15 padres e 19 noviços e irmãos leigos propiciando a retomada integral da ação missionária na Amazônia.

“Por essa época – opina Porro (1992) – o suprimento de mão-de-obra já estava se esgotando nas regiões mais próximas a Belém; os índios sobreviventes às primeiras incursões, tendo aprendido as amargas lições do contato, fugiam dos rios mais frequentados e se refugiavam cada vez mais longe pelo interior. Os mais aguerridos ofereciam ferrenha resistência em seus territórios, que acabavam sendo evitados pelos portugueses; estes, por sua vez, haviam percebido que as tribos ainda virgens de contato constituíam presa muito fácil. Iniciaram-se então viagens cada vez mais longas pelo Amazonas acima em busca de novos viveiros humanos”. Com a retomada das expedições de diversas missões escoltadas de tropa, para resgatar ou descer indígenas nos sertões ama-

zonenses, em fevereiro de 1663 ocorreu um fato de graves consequências para a etnicidade amazônica. Segundo Reis (1989), o capitão Antônio de Arnau Vilela “internando-se pelo sertão veio sair no Urubu”. Sua tropa, ávida por arrebanhar escravos, pelejou contra os índios Aroaqui e parte dela foi trucidada pelos nativos.

A vingança, que ficou conhecida como “tragédia do Urubu”, não tardaria. O capitão Pedro da Costa Favela, à frente de uma grande tropa de guerra, em 25 de novembro de 1664 chegou à foz desse rio. Investindo cautelosamente nas suas curvas, em janeiro do ano seguinte, já reforçado com o apoio do sargento-mor Antônio da Costa, incendiou umas “300 malocas depois da mortandade de 700 homens e o cativoiro de outros 400 (Berredo, 1989)”. Costa Favela repetia, ali, o massacre dos Encabelados que na condição de oficial da equipe de Pedro Teixeira perpetrrou, em 1638, no alto Amazonas. Reis (1989) é taxativo: “Nos rios Tapajós e Tocantins revelou-se terrível perseguidor dos índios. Seu nome causava-lhes terror”. Ele voltou à região quatro anos depois. Para mascarar sua condição de preador e matador de índios, na viagem que empreendeu ao alto Rio Negro, em junho de 1669, fez-se acompanhar do novo missionário da missão de Saracá, frei Teodósio da Veiga (c.1636-1697). Antes da vinda desse genocida, as populações indígenas do médio Rio Amazonas “viviam ainda em estado de relativa integridade (Porro, 1992)”.

O Rio Madeira era conhecido dos portugueses desde 1660. Um ano depois, a Câmara de Belém ameaçou mandar colonos para a região, a fim de “lograr muito lucro” com a apreensão de indígenas e a coleta de cacau, cravo e outros produtos da floresta. Tais entradas foram aceleradas a partir de 1669. Além de missionários, sobretudo os da Ordem dos jesuítas, anônimos aventureiros (militares e civis), guiados por experientes mateiros e auxiliados por alguns intérpretes da língua geral, transitaram para além do Tapajós e, subindo o Amazonas, ingressaram nos rios Madeira e Negro, lagos e furos circunvizinhos. Mais tarde, o devassamento alcançaria os rios Uatumã e Jatapu, a nordeste da sede de Itacoatiara; os rios Urubu, Anibá e Caru, ao norte; o Rio Preto da Eva, a oeste; o Paraná do Ramos, a leste; o Canumã, o Abacaxis e o Autaz-Açu, além do Paraná do Urariá, ao sul.

No Madeira, a missão dos índios Tupinambarana era lugar de referência. Criada em 1660 pelos jesuítas Manuel Pires e Manuel de Souza, postava-se à margem esquerda do Paraná do Urariá, ou Tupinambarana, à ilhargá da ilha desse nome - cinco dias acima do Rio Tapajós. Tupinambarana é a forma derivada de Tupinambá (tribo indígena migrada do litoral do Brasil que lá se fixou no final do século XVI) mais o sufixo tupi rana (que significa ‘semelhança’). Título oficial do furo, mais conhecido como Paraná de Urariá, com cerca de 300 km de extensão. A Ilha Tupinambarana inicia na confluência do Madeira com o Rio Amazonas, defronte a Itacoatiara, e termina abaixo da cidade de Parintins.

A missão dos Tupinambarana foi retomada em 1669 pelo superior João Filipe Bettendorff (1625-1698) que, em visita geral das aldeias, em companhia do padre Pedro Luís Gonçalves (c.1619-1683) e do irmão leigo Domingos da Costa, ali chegou no dia 29 de setembro. Passaram sete dias no local. Devido à praga dos mosquitos foram obrigados a abandoná-lo.

Ano de 1674. O padre Pedro Luís Gonçalves sucede ao padre superior João Filipe Bettendorff. Luxemburguês, Bettendorff chegou à Amazônia em 1661, onde ficaria até sua morte, em 1698. Missionou em várias aldeias. Foi reitor do colégio jesuíta de Belém (1661-1663) e do de São Luís (1663-1667), além de superior regional de 1668 a 1674. O padre Pedro Luís Gonçalves era originário de Roma. Sua vinda para esta região também ocorreu em 1661. Antes de galgar o posto de reitor do Colégio de São Luís, em 1662, exerceu o apostolado em várias aldeias. Exerceria o cargo de padre superior até começos de 1683.

Ambos foram figuras de destaque nos primeiros anos de movimentação jesuítica no Madeira. O terceiro que marcou atuação, ali, foi o padre suíço Jódoco Perez (1633-1707). Proveniente da cidade de Salvador/BA – capital do Brasil, à época - padre Perez desembarcou em São Luís em 1678. Daí até 1681 pregou e missionou em várias aldeias do baixo Rio Amazonas. Designado reitor do Colégio de Santo Alexandre, em Belém, assumiu em 07 de julho de 1682. Sua biografia será traçada mais adiante.



Pouco antes, dom Pedro II (1648-1706) baixara a Lei de 01 de abril de 1680, inspirada pelo padre Antônio Vieira. Solto da prisão em 1667, em Lisboa, e isento totalmente de culpa em 1675, batalhou junto à Corte para retirar das mãos dos capitães seculares a direção das aldeias e conferir aos religiosos o monopólio sobre os descimentos e a conversão dos nativos.

Em meados de dezembro de 1682, estando Jódoco Perez à frente do Colégio da Ordem, em Belém, o padre superior Pedro Luís Gonçalves voltou gravemente enfermo de uma viagem à missão do Cabo do Norte, atual Estado do Amapá. Conforme preleciona Bettendorff (1990): “O padre reitor Jódoco Perez acudiu [Pedro Luís] com todo o primor e diligência [deixando-o sob os cuidados] do cirurgião-mor Manoel Martins”. Avisado em Roma, no início de 1683, o Padre Geral Carlos de Noielle (1615-1686) “nomeou-lhe substituto a Jódoco Perez” que tomou posse provavelmente em 18 de março, um mês antes da morte de seu antecessor.

O novo superior regional dos jesuítas ia se preparar para sua primeira missão externa, longe de Belém: ir ao Rio Madeira. Sua intenção era subir o maior trecho daquela via fluvial e chegar aos Iruri, “para – segundo Leite (1943) - ver a possibilidade de estabelecer residência entre esses índios. (...) Perez foi o primeiro superior da Missão, que entrou [pelo Rio Madeira], o que não exclui entradas anteriores de outros padres, que não fossem superiores da Missão”.

Decorridos seis meses de sua ascensão ao posto de gestor dos jesuítas, o padre Jódoco Perez iria compor um dos mais interessantes capítulos da História da Amazônia, interpretando o papel de fundador e principal ator da cidade de Itacoatiara e, por isso, merece ser festejado e perpetuado na memória de todos nós.



## CAPÍTULO II



## FUNDAÇÃO DE ITACOATIARA

OS ACONTECIMENTOS tratados neste livro têm como pano de fundo o período colonial - aquele em que a Amazônia esteve sob o domínio do Império Ultramarino Português. Começou com a chegada dos colonizadores, nas primeiras décadas do século XVII, e terminou no dia 16 de agosto de 1823, com a anexação da região ao Império do Brasil. Durante esta época, todo o território amazônico foi administrado pela Coroa portuguesa.

Todavia, a colonização da chamada Amazônia Ocidental teve início na segunda metade do século. Malgrado o propósito da Coroa portuguesa de dominar plenamente e a qualquer custo o imenso espaço geográfico adequando aos interesses do mercantilismo europeu as atividades laborais da região, os colonos tinham medo da floresta e dos índios. Isso começou a mudar quando os jesuítas passaram a fundar missões no interior.

No período imediatamente anterior à fundação do núcleo que originou Itacoatiara, à frente do Reino português estava dom Pedro II. Devido à instabilidade mental de seu irmão, dom Afonso VI, Pedro II vinha exercendo as funções de regente desde 1668. Com a morte do irmão, em 12 de setembro de 1683, assumiu o reinado que o comandou até o dia 09 de dezembro de 1706, quando faleceu. No comando da Igreja Católica estava o pontífice italiano Inocêncio XI (1611-1689) e, à frente da Cúria Generalícia da Ordem dos jesuítas, sediada em Roma - na função de Padre Geral - o sacerdote belga Carlos de Noielle.

Berço da cidade de Itacoatiara, o Rio Madeira foi ‘descoberto’ pelo espanhol Francisco de Orellana no dia 10 de junho de 1542. O jesuíta dominicano frei Gaspar de Carvajal (1504-1584), escrivão da célebre viagem, escreve: “Não havíamos ainda andado quatro léguas quando vimos entrar pela mão direita um rio muito grande e poderoso, e por isso lhe pusemos o nome de Rio Grande”.

Rio de planície que os índios apelidaram de Caiari, traça a divisória entre Brasil e Bolívia. Sua extensão é de aproximadamente 3.315 km, dos quais cerca de 1.000 km só de vias navegáveis. Nasce no lado boliviano da Cordilheira dos Andes, desce em direção norte recebendo o Mamoré e o Guaporé tornando-se o Rio Madeira - nome conferido pelos colonizadores no início do século XVIII, em razão de que, no período chuvoso (anualmente de dezembro a maio), seu nível sobe e inunda grandes porções de floresta fazendo descer troncos e restos de madeira. A mais recente pesquisa o intitula de “o rio com mais peixes no planeta terra” com cerca de 800 espécies, 40 delas ainda desconhecidas pela Ciência. O Município de Itacoatiara e, quiçá, o Estado do Amazonas, muito deve ao mais importante afluente do Rio Amazonas – uma via estratégica e de integração nacional.

Durante setenta e quatro anos e sete meses, de 1683 a 1758, o Madeira, seu afluente Maturá e os subafluentes Canumã e Abacaxis banharam a missão itinerante que os jesuítas criaram em cooperação com os índios Iruri; deram sustança à etnicidade e alimentaram ao seu povo; selaram enfim o futuro

promissor à futura cidade. Caminhos naturais que escarrancharam a criança Itacoatiara em cima de suas águas milagrosas, poderosas, vitais, maravilhosas.

## Origem e fundação

O REGIMENTO de 01 de abril de 1680, estabelecido graças aos esforços do jesuíta Antônio Vieira junto à Coroa portuguesa, proibiu a escravidão do índio mesmo que conquistado por resgate ou por “guerra justa”. E ordenou a criação dos aldeamentos que deveriam ser governados pelos párocos e pelos “principais” (tuxauas) dos silvícolas. À Lei acima mencionada, seguiu-se a de 07 de março de 1681 criando a Junta das Missões, incumbida de zelar pelo cumprimento dessa legislação. Ambas contribuíram para o desenvolvimento do projeto colonial sustentado no plano espiritual – salvação das almas; e no temporal – a expansão e conservação das conquistas portuguesas.

No dia 02 de abril 1680 – imediatamente posterior à lei antiescravista de 01 de abril – o padre Antônio Vieira, através de uma carta enviada de Lisboa, lembrava ao então padre superior Pedro Luís Gonçalves sobre a imensa população de índios mansos encontrados no Madeira e especulava sobre a possibilidade de ali ser criado um estabelecimento jesuítico. Possibilidade que, três anos mais tarde, o missionário suíço Jódoco Perez iria tornar realidade fundando o núcleo embrionário da cidade de Itacoatiara. Assim, o padre Vieira demonstrava grande apreço pela região. Sua carta, na verdade, alertava sobre o potencial do Madeira e

quanto a sediar ali uma missão. Teorizando sobre a fundação do núcleo da então futura Itacoatiara, a missiva do famoso missionário, à certa altura, afirmava: “Acima [da ilha dos] Tupinambarana há um rio mui povoado de gente de língua geral, e [nele] se poderia fazer uma boa missão de residência (Azevedo, 2008)”.

Outras ordens régias, complementares às de 01 e 02 de abril de 1680, “foram envidadas para a região, entre elas as que indicavam os jesuítas como preferenciais administradores dos índios já aldeados e exclusivos para as missões a serem criadas nos sertões (Mello, 2009)”.

Ano de 1683. O superior Jódoco Perez, depois de uma viagem de mais de 1.500 km subindo o Amazonas, em serviço de catequese, ingressa no Madeira e funda, na foz do Rio Iruri, depois redenominado Maturá, a missão dos índios Iruri. Antecedeu-o uma canoa de aviso, precursora de sua viagem. Afluente da margem direita do médio Madeira, o Maturá fica entre os rios Manicoré e Maripáua. O padre superior partira de Belém provavelmente em 09 de junho e alcançou a boca do Madeira a 28 de agosto; seguramente chegou a Maturá no dia 07 de setembro – noventa dias, ao todo, confirmando o que escrevera a respeito Bettendorff (1990): “Para fazer nova missão na aldeia [dos índios] Iruri gastaram [-se] três meses de viagem sem perigo”.

A comitiva seguiu numa canoa grande com tolda feita de tábuas na popa. Compunha-se do padre superior, do irmão Antônio Ribeiro, dois ou três serviçais e cerca de oito índios remeiros. Antes de alcançar seu objetivo parou em diversas aldeias. Às vezes dormiam nas canoas sobre o rio; outras vezes

procuravam lugares para pousar isentos de banzeiros. A maioria das paradas era para consertar a canoa, descansar, dizer missa e se municiar de víveres.

Além dos mantimentos de bordo, eles traziam vinho para as missas e necessidade de alguns meses, paramentos, hostiário, imagens, velas, louças e toda a “matalotagem que convém fazer-se a quem vai visitar tantas e tão prolongadas missões, nas quais forçosamente deve gastar um superior com os índios e, sobretudo, com os principais: aguardentes, tabacos, anzóis, agulhas [de fiar rede de pesca], verônicas e coisas desse gênero”.

Após o desembarque houve a costumeira troca de presentes intermediada pelo irmão Antônio Ribeiro. Companheiro de Jódoco Perez, durante todo o seu superiorado, o leigo Ribeiro era conhecedor da língua geral e tratava bem com os índios. Supondo-se que já anoitecia, só na manhã do dia seguinte – 08 de setembro de 1683 – foi celebrada missa e, perante toda a gentildade, fundado o núcleo embrionário da futura Itacoatiara.

Antes de ir ter à região, padre Perez analisou mapas, fez consultas e anotações. Bettendorff (1990) preleciona: “O padre Jódoco (...) tinha ouvido coisas grandes do rio da Madeira, foi o primeiro superior da Missão que entrou por ele...”. Leite (1943) complementa: “[A viagem] não exclui entradas anteriores de outros padres, que não fossem superiores da Missão”. Exemplos: em 1669 o padre João Filipe Bettendorff, acompanhado do padre Pedro Luís Gonçalves, esteve no baixo Rio Madeira visitando a missão dos índios Tupinambarana, e comentou na-



quele momento: “Não fomos mais para riba por que só os padres que iam com as tropas chegavam para mais longe”. Conforme referido em linhas atrás, também transitaram por lá, em 1672, Manuel Pires e João Maria Gorzoni.

Reportando ao mito da criação, à organização social e aos padrões de assentamento dos índios Iruri - primeiros habitantes de Itacoatiara, Bettendorff (1990) os define como “nação afamada sobre todas as mais... índios de paz” e de linhagem ‘nobre’; tinham vassalos em seu próprio território. Grupos de língua isolada, dóceis, coletores e ao mesmo tempo agricultores, eram peritos nas artes de torrar farinha e conservar peixes. Dirigidos pelo tuxaua Mamorini, eram os Iruri “repartidos em cinco aldeias, cada uma delas com seu Principal”. Corria lenda que procediam de uma mulher que veio prenhe do céu e pariu cinco filhos: Iruri, Aripuanã, Onicoré, Torori e Paranapixana, que originaram as respectivas tribos. Depois, surpreendida por seus filhos comendo peixe moqueado, essa mulher ficou tão envergonhada que resolveu voltar para o céu. Daí em diante, os índios Iruri não mais comeram peixe assado no moquém.

### **Honra ao valente tuxaua**

MAMORINI: o mais importante morador do núcleo que originou Itacoatiara. O poderoso tuxaua dos Iruri, povo indígena hoje extinto que habitava a região situada nas margens do Rio Maturá, afluente da margem direita do médio Rio Madeira. Seu nome

traduzia respeito, resistência e imortalidade. Lembra a mamorana-grande, árvore bombacácea originária da Amazônia, irmã da sumaumeira, “a mãe de todas as árvores” e a mais alta, de tronco imenso, de raízes tabulares, folhas com cinco a sete folíolos oblongos, e flores alvas, vistosas e fasciculadas – verdadeiro templo da natureza. Suas imensas raízes de sustentação, chamadas sapopemas, ao simples baque de pau, emitem um som grave que ressoa a longas distâncias. Por isso, os Iruri (e outros povos indígenas) tornaram esse fato natural um meio de comunicação rudimentar, uma espécie de “telefone da floresta”. Nas imensas terras de várzea do Madeira avultavam sumaumeiras. De seus troncos eram feitas jangadas para transportar pessoas, animais e víveres da tribo. Mamorini: grande líder e articulador cultural. Autoridade máxima e conselheiro. Organizava a caça e as atividades agrícolas, comandava guerras e resolvia os conflitos internos. Marcava festas e rituais, enfim, zelava pela ordem e harmonia na vida cotidiana da aldeia. Venceu várias guerras iniciadas pelos índios Maué, figadais inimigos de seu povo (Bettendorff, 1990; Leite, 1943; e Berredo, 1989).

Os chefes de aldeia eram escolhidos por eleição, “de tal sorte que o mais capaz entre eles é o que sucede pela morte de seu Principal”. Praticavam a poliginia, simbolizando poder e forte prestígio social, hábito que se restringia apenas aos que detivessem posição de mando.

Só os parentes “podem ter casa à parte, porque os vassallos moram em roças dos que os governam”. A casa dos festejos ficava em um terreiro amplo, frontal à casa do tuxaua, onde os adultos se reuniam para tomar seu paricá e fazer suas danças e bebedices. Os atos fúnebres seguiam uma simbologia: os corpos de seus líderes eram enterrados dentro de uns paus furados “juntos com sua manceba mais querida e o seu mais mimoso rapaz”. Para o restante da tribo o sepultamento consistia em envolver os corpos em caixões ou troncos ocos e enterrá-los dentro de suas casas – costume que se confrontava com a doutrina católica.

Os Iruri abominavam carne de peixe-boi, piraiá e porco-do-mato; de preferência comiam carnes de cotia e paca, tambaqui e pássaros. Suas mulheres viviam recolhidas em casa e lhes era vedado fazer ou receber visitas. “Nem com os [próprios] parentes podem falar sem grande cautela (Leite, 1943)”. Excelentes artesões fabricavam instrumentos musicais de sopro e bâculos de guerreiro, tanto para uso próprio como para vender a terceiros.

Plantavam mandioca, cheiravam o paricá e do cacau faziam o cacauari – bebida fermentada ainda hoje de larga aceitação. Não faziam grande caso das armas e ferramentas de origem portuguesa, porque lhes vinham outras melhores do Rio Negro. Porro (1992) explica que em fins do século XVII um circuito de comércio “fazia chegar [ao Madeira], através do Japurá, Negro e Branco, armas e ferramentas que os holandeses da Guiana forneciam em troca de escravos”.

A participação de holandeses no tráfico de índios no médio Amazonas preocupava os dirigentes coloniais. Nos séculos

XVII e XVIII, a faixa esquerda do Rio Amazonas transformou-se num espaço de captura de índios para serem vendidos dentro e fora das Guianas por traficantes oriundos de Caiena. Segundo Berredo (1989), o Urubu era utilizado como rota para essa ilícita transação – por ele havia perfeita comunicação “com os holandeses do Suriname”.

Voltando aos índios Iruri... Nas últimas décadas do século XVII, a região em que essa tribo se movimentava compunha uma comprida faixa de terra com cerca de 330 km de extensão e uns 15 km de largura, margeando o Rio Madeira, desde o entorno do seu afluente Manicoré, ao sul, à ponta inferior da Ilha Tupinambarana, ao norte – perfazendo uma área de aproximadamente 5.000 k2.

Como acima mencionado, os contatos da equipe do padre Perez pró-conversão dos Iruri foram feitos em língua geral, com presentes e mensagens de paz. Depois de uns 15 dias missionando entre eles, o superior dos jesuítas baixou levando um filho do tuxaua Mamorini, que no Colégio de Santo Alexandre aprenderia português e nheengatu, e mais tarde retornaria aos seus parentes como um intermediário nas negociações com os missionários. Mas antes de partir, comprometeu-se com os índios em mandar um padre para os assistir na nova povoação.

Sobre o assunto Leite (1943) disserta: “Jódoco Perez deixou bem dispostos os Iruri, e baixou com um filho do principal, que no Colégio do Pará, aprendeu além do português a língua tupi”. A cooptação do jovem Iruri, fazendo-o assimilar a cultura e o pensamento do colonizador, e a promessa de

que outros padres retornariam à região para dar seguimento ao trabalho ‘civilizador’, seriam fundamentais à sobrevivência da nova missão. Provavam que a ordem para sua criação emanara diretamente da Coroa portuguesa.

### **Glória ao fundador**

JÓDOCO PEREZ ou Jodocus Perret nasceu em 20 de fevereiro de 1633 em Friburgo, na Suíça. Filho de Jost Perret e de Elisabeth Lenzburger Perret estudou no colégio dos jesuítas de sua terra natal em 1644-1653. Ingressou na Companhia de Jesus na cidade de Landsberg em 15 de outubro de 1653 onde concluiu o noviciado em 15 de outubro de 1655. Fez o Curso de Filosofia em Ingolstadt no período 1656-1658. Professor do ensino médio entre 1658 e 1661. Ordenado padre em Eichstätt aos 19 de junho de 1666, pelo bispo Ludwig Wilhelm Benz. Docente de Lógica no Colégio de Munique em 1667-1668 e de Filosofia na Universidade de Dillingen de 1669 até 1671. Em seguida, foi enviado para a Galiza e de lá para Lisboa, de onde foi para o Estado do Brasil. De Salvador/BA veio em 1678 para o Maranhão e em seguida para o Pará. Entre 1678 e 1681 pregou e missionou em diversas aldeias da Amazônia. Em 1679 propôs a fundação em Belém de um seminário para meninos indígenas, a fim de criar um noviciado próprio da Missão, independente do Estado do Brasil e de Portugal. De 1682 a 1683 foi reitor do

Colégio de Santo Alexandre, em Belém. Expulso da região, em 1684, pelos amotinados de São Luís, o barco em que ele e seus companheiros iam deportados, foi atacado por piratas estrangeiros, e foram duramente torturados. Jódoco Perez exerceu o cargo de padre superior entre 1683 e 1690. Viajou para Lisboa em 17 de janeiro de 1685, a fim de expor a expulsão dos jesuítas, e de lá retornou em maio de 1687. Antes de findar o seu mandato, em 1690, baixou “Diretório (normas) para os padres que hão de ir às tropas de resgate” orientando-os no “acompanhamento de soldados que buscavam os Iruri no interior da região do Madeira”. De 1690 até 1697 foi docente no Colégio de Santo Alexandre. Aposentado por idade em 1697, a partir daí passou a confessor no Colégio. Por haver protestado contra a prisão do bispo do Estado do Maranhão e Grão-Pará, dom frei Timóteo do Sacramento, à ordem do ouvidor-geral Matheus Dias da Costa, em 1698, sofreu ameaça de processo “por inconfidência”. Graças à intervenção do então padre superior José Ferreira, foi poupado desse constrangimento. Jódoco Perez faleceu em 22 de maio de 1707 em Belém (Berredo, 1989; Bettendorff, 1990; Leite, 1943; e Azevedo, 2008).

De volta do Madeira, Jódoco Perez alcançou Belém no final de outubro de 1683. Alertado sobre o estado de intranquilidade por que passava o Estado, naquele momento, gerado da



insatisfação dos moradores de São Luís em relação à chamada Lei do Escambo, em carta de 27 de dezembro que endereçou ao Padre Geral, em Roma, expôs a situação e sugeriu medidas para resguardar o futuro da Missão. O motim do Escambo, ou a revolta de Beckman, precipitaria a segunda expulsão dos jesuítas da Amazônia.

A insurreição estourou no dia 24 de fevereiro de 1684. O padre superior voltava a São Luís, acompanhado do missionário Aluísio Conrado Pfeil (1638-1701), e foi detido com o mesmo no dia 28. Ao todo, 26 padres e irmãos coadjutores foram presos e deportados a 26 de março.

Da cidade de São Luís os jesuítas foram removidos em dois navios para Pernambuco. O maior deles levando 16 pessoas, inclusive João Filipe Bettendorff, que chegou sem contratempo ao Recife e partiu logo para Salvador. Após contatar com o governador-geral do Brasil e os dirigentes da Ordem, Bettendorff foi investido no cargo de procurador-geral das missões. De lá, dirigiu-se a Lisboa, aonde chegou em 28 de outubro de 1684 e permaneceu até maio de 1688.

O barco menor, que conduziu Jódoco Perez e outros nove jesuítas, ao se aproximar da costa cearense caiu em mãos de piratas estrangeiros, sendo todos eles assaltados e torturados. Abandonados em uma ilha próxima ao litoral, de lá foram transportados à Tapuitapera, atual Alcântara/MA, donde, a 18 de junho de 1684, o padre superior deu ciência do acontecido ao Padre Geral Carlos de Noielle.

Padre Perez embarcou para Lisboa, em 17 de janeiro de 1685, com o fim de expor a expulsão dos jesuítas, e lá encontrou o padre João Bettendorff. Na Corte, presenteou dom Pedro II com uma cópia do mapa do Rio Amazonas, desenhado por Aluísio Conrado Pfeil. Chegou a sustentar a ideia de abandonar as missões na região, porém, convencido por Bettendorff, teve que retroceder. Fez sugestão de elevar a Missão regional a Vice-Província, “desde que separada da Província do Brasil”, e encaminhou “planos para melhorar a administração missionária”. Pediu “substituto para si, mas foi confirmado” no posto de padre superior (Meier, 2005).

Assim que a Coroa portuguesa foi informada da rebelião, tomou drásticas providências. Em 1685 seus líderes foram presos, levados a julgamento e condenados com a pena máxima do enforcamento ou com a extradição. Ato contínuo, a maioria dos religiosos jesuítas foi restituída aos seus postos na região amazônica.

Enquanto Bettendorff ficou na Corte tratando dos assuntos das missões do Maranhão e Grão-Pará, Jódoco Perez foi mandado para Coimbra e Évora, com o objetivo de recrutar missionários. Em maio de 1687 retornou em companhia do governador Arthur de Sá e Menezes, o qual trazia recomendações de Lisboa no sentido de apoiar o trabalho missionário e, seguindo a diretriz do Regimento das Missões, criado em 21 de dezembro de 1686, “ajudar a nova missão do Madeira (...) e não só conservar, mas aumentar as missões” da calha do Amazonas. Considerada a obra prima das leis do período, propunha a consolidação do poder político dos jesuítas na região.



Conquanto a Coroa lusitana incentivasse promover o estabelecimento das missões e a “civilização dos índios”, o Regimento régio de 1686 consignava disciplinar o sistema de recrutamento da força de trabalho indígena, feito de duas formas distintas: o descimento de índios livres e o resgate de índios escravizados. No primeiro caso, os nativos eram persuadidos a descer pacificamente para os locais de domesticação, e de lá eram repartidos entre os moradores e o serviço da Coroa; no segundo, através da compra pelos portugueses dos índios feitos prisioneiros em guerra entre as nações indígenas. A desenfreada atuação dos agentes portugueses, nesse campo, resultou em inúmeros choques entre padres e sertanistas, além de que insuflou o ódio na índiada - como exemplificado em várias partes deste livro.

Na prática, as missões iniciaram o confinamento de tribos inteiras em aldeamentos. Nelas, os indígenas não se tornavam escravos, mas eram obrigados a abandonar seu modo de vida tradicional, substituindo suas crenças e rituais pelas cerimônias e ritos católicos. Os índios ‘mansos’ eram os aliados dos portugueses, tidos como vassalos do rei. Os índios ‘bravos’ eram os inimigos, considerados estrangeiros justificando as “guerras justas”.

Em março de 1688 foram amiadadas as entradas nos sertões amazonenses. Nesse ano, a instâncias da Junta das Missões e com licença do padre superior Jódoco Perez, o padre mercedário frei Teodósio da Veiga foi confirmado gestor da aldeia de Saracá. Por igual, de Belém veio ordem para que o padre jesuíta Antônio da Fonseca fosse assumir a missão de Tupinambarana; assim que chegou ali, transferiu-a mais para cima, “à beira de

um belo e espaçoso lago”, entre os rios Andirá e Maués, onde permaneceria cerca de nove anos. No fim do mesmo ano, o capitão-mor André Pinheiro de Lacerda, à frente de uma tropa de resgate, descobriu ouro no Urubu e prata no Rio Uatumã. Levou consigo o padre João Maria Gorzoni que estacionou na missão de Saracá, donde orientava o descimento de índios dos rios Urubu e Negro para o baixo Amazonas.

Decorreriam mais de cinco anos entre a visita do padre Jódoco Perez aos Iruri e a chegada dos dois padres destacados para reativar a missão. A revolta de Beckman e a consequente expulsão dos jesuítas, em 1684, atrasaram o processo desenvolvimentista da região. A falta de religiosos resultou na inatividade e quase extinção da aldeia. À época, a livre circulação de exploradores, militares e negociantes havia crescido no Madeira. De outro lado, os índios Maué, dados ao hábito da antropofagia e acostumados às guerras intertribais ou contra os colonos, tinham aversão aos Iruri e pelo menos duas vezes guerreararam contra eles. Procediam da região dos rios Urupadi, Mariacoã e Andirá, no baixo Rio Madeira, próximo da divisa do Amazonas com o Pará, onde se colhia guaraná, uma novidade agrícola, cujos frutos depois de colhidos, triturados, torrados e compactados na forma de bastões, são transformados em pó para consumo em bebidas ou alimentos.

Para reativar a missão, os jesuítas João Ângelo Bonomi e José Barreiros partiram de Belém no final de 1688. Levando de volta o filho do tuxaua Mamorini, já batizado e conhecedor da língua geral, tomaram o rumo de Maturá, aonde chegaram

possivelmente no dia 15 de março de 1689. Espantaram-se ao encontrar colonos de Belém explorando livremente o cacau e outros produtos silvestres. (Durante a administração jesuítica chegou-se a embarcar anualmente para Portugal 80 mil arrobas - 1.200 toneladas - de cacau, fora o que se consumiu em toda a região e o que se perdeu na floresta amazônica).

Surpresa maior os aguardava. Logo à entrada do Maturá, distante dois dias da aldeia, toparam com o chefe Mamorini “que vinha em uma canoa grande remada por quantidade de mulheres, trazendo um só índio criado seu consigo”, que se negou a recebê-los. Desconfiado, o tuxaua dos Iruri ia fugindo dos padres. Intrigados pelos colonos, os silvícolas dissimulavam má intenção nos missionários, os quais - segundo aqueles disseram - “vinham [para] tirar-lhes as mulheres, os filhos e as filhas, e que os haviam de açoitá-las e maltratar (Bettendorff, 1990)”. Maldade. Pura falácia. Só depois de muita conversa, e dissipados os enganos, padres e índios fizeram as pazes prometendo caminhar juntos. Cumpria-se, ali, a tática dos colonizadores: conquistar a qualquer custo o chefe da aldeia, colocando-o ao serviço das causas da Coroa. Ganhava-se o tuxaua ao Rei por via religiosa.

Mamorini enviou mensagens “a todas as aldeias pertencentes aos Iruri para que viessem visitar” João Ângelo Bonomi e José Barreiros. “Vieram eles com seus costumados presentes”, e os padres convidados a uma reunião para explicar suas intenções, vale dizer, os objetivos da catequese, participaram de uma cerimônia solene e cheia de formalidades, sendo de desta-

car o papel nela desempenhado por Mamorini. “Entraram [os índios] todos em procissão (...). [Mas, antes], Passou toda essa procissão pela porta de residência dos padres e não obstante estarem lá eles e o [líder Iruri]” que lhes explicava “os passos daquela entrada e os nomes dos principais (...) e assim foram à Casa do Paricá (...). À frente da procissão o chefe Paranapixana (...) levava adiante de si grande número de pajens, também o seguia em ordem uma grande multidão de vassalos. Depois, foi servido jantar, e jantaram alegremente todos, porém sem vinhaça alguma (Bettendorff, 1990)”. Tais fatos confirmam “as notícias sobre linhagens com status diferenciado entre os Iruri”, a que se refere Porro (1992). Os Iruri foram os primeiros indígenas do Amazonas a abraçar a fé romana, seguidos dos Onicoré e Arara.

Padres Bonomi e Barreiros assistiram os Iruri perto de um ano, “ensinando a todos os mistérios da fé [católica], acudindo aos adultos com o batismo na hora da morte, e batizando os meninos em tempo mais conveniente (Bettendorff, 1990)”. Fundaram casa paroquial e uma igreja. Além da aldeia Iruri, e “dalgumas aldeotas”, havia mais quatro grandes que o padre João Ângelo Bonomi desceu para mais perto do Rio Madeira: a dos Aripuanã, que ficava acima do Maturá; e as dos Paranapixana, Onicoré e Torori, abaixo. Segundo Leite (1943) eram cinco [aldeias], que “continham mais de vinte, porquanto cada roça daqueles principais era uma boa aldeia de vassalos”. Ao todo, formavam “a grande nação Iruri”.

Obviamente, o fim último da vinda dos jesuítas era a conversão dos índios à fé católica. Os nativos não eram um povo sem cultura e, por isso, não aceitavam facilmente sua conversão. Na chegada dos padres os Iruri os trataram como pajé todo poderoso que lhes proporcionaria o bem estar, porém, ao invés disso, os missionários só lhes ofereciam a salvação extraterrena. Tudo seria mais fácil se não existissem colonos. Destarte, os momentos de encontro com os nativos foram marcados por um choque de culturas, que acarretará violência e conseqüentemente a mudança na situação vigente na floresta. Daí que a conversão dos índios se daria ora pela persuasão, ora pela subjugação física. Os jesuítas buscavam ampará-los e frear os abusos dos colonos; contudo, tinham contra si os limites políticos da Coroa.

Em fevereiro de 1690, João Ângelo Bonomi e José Barreiros adoeceram e se obrigaram a descer para Belém. Período que coincidiu com a mudança no superiorado dos jesuítas: o Padre Geral Tirso Gonçalves (c.1643-1705), espanhol, mandou nomear pela segunda vez ao padre João Filipe Bettendorff em lugar do padre Jódoco Perez. Restabelecidos, Barreiros seguiu para missionar em Gurupatiba (Monte Alegre/PA), e João Ângelo Bonomi no início de 1691 retomou suas atividades na missão de Maturá, onde foi recebido “como um anjo vindo do céu”. Mandou proibir as incursões dos tropeiros pela missão e continuou as construções no interior da aldeia.

Na segunda metade de 1691 a tropa de resgate do capitão-mor João de Seixas chegou ao Rio Madeira. Ia por missionário o padre Manoel Borba (c.1657-1691), que tinha por companheiro o padre Francisco Soares. Foram à missão dos

Iruri, “onde estava o padre João Ângelo Bonomi, que não queria se fizessem escravos em seu distrito sem ele ser sabedor, e assim se cumpriu”. Adoecendo, o padre Manoel Borba às pressas voltou para Belém, e lá faleceu. O trabalho da referida tropa teve pouco proveito, porque o capitão João de Seixas, em seguida ao padre Borba, também adoeceu e morreu. Enquanto doutrinava e distribuía os sacramentos, João Ângelo Bonomi caiu de novo doente e mais uma vez teve de se retirar para Belém – isso em julho de 1691. Não voltaria mais aos Iruri; depois de recuperado, foi “mandado para a missão da Capitania do Cametá (Bettendorff, 1990)”.

Padre Bonomi, a despeito de entregar-se totalmente às ocupações catequéticas, de doar-se ao serviço de Deus, não estava contente. “Na sua ausência – diz Leite (1943) – foram os brancos e cativaram grande número de índios com grande escândalo dos mesmos índios, e protesto dos padres; não poderão pensar os índios que eles os tinham ajuntado para serem mais facilmente cativos? Disto se queixaram efetivamente os índios; e os padres ainda mais que eles. E, assim, os jesuítas, desgostosos, e também por falta de missionários, se escusaram da missão do (...) Rio Madeira...”.

## **A missão itinerante**

A RETIRADA dos jesuítas da missão dos Iruri não agradou ao rei de Portugal nem ao Padre Geral. Da coisa resultaram muitas desculpas e explicações. Reconhecendo-se



que o Maturá não era propício para residência, resolveu-se transferi-la para outro local, ainda que na mesma região.

A ameaça de despovoamento e a sensação de insegurança precipitaram o processo de transladação. Como dito antes, os jesuítas haviam registrado uma grande movimentação dos colonos na captura de índios mansos ali aldeados. As canoas que iam ao sertão em busca de cacau, cravo e outros produtos da floresta voltavam conduzindo escravos, além dos frutos para a exportação. Também, os Iruri temiam a repetição dos ataques dos Maué, seus figadais inimigos. Segundo a crônica setecentista, estes eram muito vingativos. Costumavam defumar e mumificar o cadáver de seus pares. Comiam “carne humana e gostam sumamente das inimigas, principalmente da [carne] das mulheres, por isso andam continuamente à caça delas, e achando-as, as trespasam com umas lanças que chamam zagaías”. Depois de quebrarem o espinhaço dos corpos de suas vítimas, repartindo-os em quartos, deixavam “a zagaia com suas penas no lugar da matança, como pagamento de sua presa”. Em casa “comiam uma parte, e a outra [distribuíam] a seu Principal e mais parentes que por aí se acham (Bettendorff, 1990)”.

Diminuída a resistência do grupo e os Iruri, intimidados, demonstravam pouco interesse em ficar ali. Desde a investida dos colonizadores pouco restara da populosa aldeia de anos atrás. “Os índios, intimidados pela voracidade dos brancos, escondiam-se nos altos rios, no centro da floresta (Reis, 1989)”. Os incidentes arriscados e repetitivos motivaram os moradores a deslocar a missão para um sítio da margem direita do Canu-



mã, perto da confluência deste com o Paraná do Urariá, e a uns 280 km do pouso original. Efetivada a mudança, em agosto de 1691, Canumã passou a concentrar a atividade dos missionários jesuítas em estreita ligação com a missão de Tupinambarana.

O Canumã integrava uma área de elevada drenagem em terras de floresta e várzea. O rio corre de sul para norte, com ligeira deflexão para oeste, e apresenta um curso de cerca de 600 km. Ladeado pelo Madeira, à esquerda, e o Abacaxis, à direita, em suas margens abundavam madeira, castanha e outras muitas variedades de ‘drogas do sertão’; em suma, toda a região expunha-se favorável à exploração e ao lucro dos portugueses. Três para quatro dias acima da nova sede jesuítica ficava Tupinambarana, encravada numa área cercada por índios das etnias Andirá, Curiató e Maué. As aparentes insegurança e vulnerabilidade do novo espaço geográfico incomodavam aos seus moradores. Paradoxalmente, a mudança desembocara nas proximidades do território dos Maué. Por sorte, nos anos seguintes, os belicosos inimigos dos habitantes de Canumã estariam muito acovardados e consumidos pelas guerras de retaliação dos colonizadores, como mostraremos mais à frente.

Abrimos aqui um parêntesis para registrar que, em 1689, depois de abandonar sua base missionária no alto Rio Solimões, o padre jesuíta alemão Samuel Fritz (1654-1725), acometido de malária, desceu o Rio Amazonas à procura de tratamento. Navegou pelo furo Arauató, alcançou o Urubu e, no dia 30 de julho, foi recebido na missão de Saracá pelo padre mercedário frei Teodósio da Veiga e pelo jesuíta João Maria Gorzoni. Dias

depois, com o estado de saúde agravado, foi encaminhado para Belém, sendo recepcionado pelo padre superior Jódoco Perez.

Em 1691, escoltado de volta às suas missões, pleno de saúde, o padre Fritz desembarcou em Tupinambarana no dia 17 de agosto. Descansou alguns dias e retomou a subida pelo Amazonas. No dia 02 de setembro foi recebido pelo padre Teodósio nas cercanias do Paraná de Itapiranga; no dia 04 ultrapassou o Arauató, à direita, e o Rio Madeira, à esquerda; e no dia 06 deixou para trás o Rio Preto da Eva. O “Mapa Geográfico do Rio Amazonas”, elaborado pelo padre alemão, registra que a margem esquerda do Amazonas, no trecho Urubu-Uatumã, fora um local de predominância de índios Aroaqui; e a margem oposta, no baixo Rio Madeira, de Abacaxis, Andirá, Arara, Aripuanã, Curiató, Iruri e Papateruana. Mas, em 1691, segundo o próprio Fritz (1912), a realidade era outra: “... deixamos mais acima o rio Madeira e uma ilha grande antigamente povoada pelos Tupinambaranas [que] agora está povoada de uns gentios chamados Guaiarises” – referência aos Guaiazí descritos em 1639 por Acuña (1994), e em 1768, por Noronha (2006). Da foz do Tapajós à do Urubu, em quase 600 km de viagem, Samuel Fritz pôde constatar os efeitos das tropas de resgate, das epidemias e das fugas sobre as outrora “infinitas nações”: a paisagem era “sem povoado nem gente”.

À falta de missionário em Canumã, entre agosto de 1691 e julho de 1696, o padre Antônio da Fonseca passou a gerir a missão cumulativamente com a de Tupinambarana. No ínterim, o interflúvio Madeira-Canumã-Abacaxis sofria seguidas

investidas militares e comerciais visando à coleta das ‘drogas do sertão’ e ao apresamento da mão-de-obra indígena. Aprisionados e explorados como trabalhadores na agricultura, na coleta de frutos silvestres, no transporte de mercadorias e outros afazeres, por mais que resistissem os índios sempre saíam em desvantagem. No início de 1692, as tropas dos capitães-mores João de Moraes Lobo e Faustino Mendes chegam à região. Depois de fazer escravos mandam suas bandeiras pelos rios e terras circunvizinhos, para o mesmo fim. Em junho lá esteve o padre Antônio da Cunha, por ordem do missionário João Maria Gorzoni, que praticou os índios Abacaxis descendo vários deles para o Grão-Pará. Registra-se uma rápida retração dos Iruri como resultado do intenso contato com os brancos. Pouco tempo depois já não se falaria mais desse grupo como etnia.

A carta régia de 29 de novembro de 1694, rerratificando a de 19 de março do ano anterior, espaçou os limites de atuação das ordens religiosas confirmando aos padres mercedários as missões dos rios Urubu e Anibá; aos carmelitas as do Rio Negro e Solimões; e aos jesuítas as da margem direita do Amazonas, no trecho entre o Tapajós e o Madeira, aí incluída a missão de Canumã. Em dezembro de 1692, os jesuítas Aluísio Conrado Pfeil e João Justo Luca haviam assumido as novas missões de Amatari e Rio Negro, criadas pouco antes. (Rio Negro, mais tarde nominado como Lugar da Barra, deu origem à capital do Amazonas). Aluísio Pfeil morou dois meses em Amatari. Adoecendo, primeiro foi atendido no Rio Negro e depois enviado para Belém, aonde chegou na primeira quinzena de abril

de 1693. Com a repartição das aldeias promovida pelas leis de 1693 e 1694, Amatari e Rio Negro deixaram de pertencer aos jesuítas, passando a primeira à direção dos padres mercedários e a segunda à dos carmelitas.

No início de 1693, para dar combate aos índios Maué, que hostilizavam os brancos residentes no baixo Rio Madeira, de Belém veio uma tropa de guerra sob o comando do capitão-mor Hilário de Souza Azevedo. “Não se lhes fez guerra justa, por que debandados os Maué, ante a notícia, mas foi feita a apreensão de [vários deles] que ficaram no lugar (Bettendorff, 1990)”. Os Maué, que antigamente eram muito belicosos e senhores de quase todo o rio, a partir dali maneiraram a atuação. O Rio Maués, nas primeiras décadas do século XVIII, era um dos locais mais trabalhados pelos jesuítas, não se tendo notícias sobre confrontos nessa área. Tais índios, na segunda metade do século, possuíam intenso comércio de drogas e de guaraná com os colonizadores.

Nos últimos anos do século XVII, a atuação missionária foi ampliada com a chegada de novos sacerdotes à mesorregião do Madeira. Conforme referido anteriormente, os padres jesuítas empreenderam um trabalho sistemático de atração e descimento das tribos do interior, ora sozinhos ora em parceria com os agentes da Coroa – e assim colidiram com a política protecionista que o padre Antônio Vieira implantara há quarenta anos. A propósito, escrevi em 1999: “Na realidade, os modos de atuação dos padres no trato com os nativos, diferiam apenas quanto ao método: enquanto os colonos leigos recrutavam-nos à força através do resgate ou das guerras justas, os missioná-

rios o faziam pelos descimentos, forma menos traumática de aprisionamento. Grande parte dos padres jesuítas constituía uma categoria de colonos igualmente movida por interesses econômicos; ricos proprietários, disputando espaço com os colonos leigos, convertiam os indígenas ao catolicismo para que aceitassem brandamente trabalhar em suas casas comerciais e fazendas. É compreensível que tal ocorresse. A obra de catequese, orientada pela ‘teologia da dominação’, andava de mãos dadas com o governo colonialista português. Enquanto defensores dos silvícolas e, por causa disso, conflitando amiúde com os colonos leigos, os missionários pertenciam a esse mundo mercantil. Daí que, salvo algumas exceções, a vontade dos missionários, enquanto indivíduos, pendia para a defesa dos indígenas e dos pobres em geral, enquanto a estabilidade das ordens religiosas sugeria a aliança com o sistema dominante (Silva, 1999)”.

Em 1695, uma epidemia de varíola que assolou todo o Maranhão e Grão-Pará vitimando milhares de pessoas, atingiu Canumã. Trazida pelos negros da África que chegavam ao Estado, a doença se espalhou rapidamente matando muitos indígenas. A povoação, debilitada pela doença e reduzida pela catequese, começou a sofrer incursões a partir da terra firme, sem poder oferecer resistência. Tais fatos resultaram na “desativação da missão e no desmantelamento quase total da aldeia, haja vista que a maior parte de seus moradores, [no início de 1696] teve que fugir para o Rio Abacaxis, reduto dos índios dessa tribo (Silva, 2010)”. Era um “Bom sítio, aprazível, boas terras,

bons ares, muita caça e peixe (Bettendorff, 1990)”. Tal e qual o Rio Canumã, o Abacaxis forma, com seus afluentes, uma área de elevada drenagem em terras alagáveis e de floresta. Limitado pelos rios Canumã, a oeste, e Apinquiribó, a leste, “corre primeiro para nor-nordeste, depois dobra para oés-sudoeste, numa distância considerável, passando então para noroeste e segue na mesma direção até desaguar no Paraná do Urariá, também chamado Tupinambarana (Bittencourt, 1985)”.

Um só sacerdote não podia satisfazer a todos e em lugares tão distantes. O padre Antônio da Fonseca, há mais de oito anos missionando no largo estirão que abrangia os rios Andirá, Maués e Canumã, a partir de Tupinambarana, cansado e doente, já se preparava para retornar ao Grão-Pará. Enquanto isso, a população de Abacaxis clamava por um padre exclusivo, apelo que foi imediatamente atendido pelo superior José Ferreira: nomeou em maio de 1696 ao padre João da Silva para gerenciar a missão, o qual, tendo por companheiro o leigo Antônio Rodrigues, deixou a vice-reitoria do Colégio de Santo Alexandre, em Belém, e assumiu a missão de Abacaxis em 12 de setembro. Desde então, esse núcleo jesuítico só fez crescer passando a reunir contingentes étnicos os mais variados. Fontes setecentistas mencionam mais de uma dezena de grupos de índios como constituindo sua inicial população. No final do ano já “abrigoava cerca de quinhentas pessoas, distribuídas por cinco grandes malocas rodeando uma assobradada casa paroquial e a igreja (Silva, 2010)”.



Ao se aproximar o final de 1696 Abacaxis recebeu a visita do padre superior José Ferreira - depois de benzer a missão, passou sete dias batizando e pregando aos índios. Mandou desterrar o ‘principal’ Thomé e um ajudante, por viverem amasiados com suas cunhadas. “Aos indígenas era permitido se casar religiosamente com a mulher que tinham por verdadeira, a que chamavam xerimerico-atê. Se não a tivessem, casariam com a que elegessem a seu gosto. [Mas] era difícil conter os que se metiam pelo caminho das mancebias (Leite, 1943)”. Antes de voltar a Belém, - aonde chegou a 16 de janeiro do ano seguinte – o padre superior pôde testemunhar às desordens que no Rio Madeira faziam os colonos, ávidos por escravos e por colher cacau e cravo. Para a maior eficiência da catequese e da conversão dos índios, o padre José Ferreira recomendou ao missionário João da Silva o fiel cumprimento do regulamento da Ordem, e em especial: disseminação das missas aos domingos e dias santos de guarda; distribuição diária dos sacramentos; continuidade das lições de catecismo às crianças; abertura de uma escola “de ler, escrever e contar”; desenvolver entre os meninos o ensino das artes (música, teatro, pintura, carpintaria, escultura, etc.) e das técnicas agrícolas.

O culto aos santos e em especial à Virgem Maria se revelaria forte em Abacaxis. Em toda a região, “As missões introduziram e fixaram para sempre o culto e amor à Eucaristia. Outro costume era o da prática cotidiana do Rosário, cantada a coros (Leite, 1943)”. Nas cerimônias volantes, a água para o batismo era recolhida em cuias. Mas, na aldeia, a pia batismal era feita de



barro. As hóstias, de farinha de mandioca, eram feitas no próprio local. No Natal armava-se o Presépio. A imagem de Nossa Senhora, que se destacava no altar da pequena igreja de madeira e palha, foi mandada à restauração em Belém, pelo padre João da Silva, serviço provavelmente encomendado “ao entalhador Manuel João, responsável pela confecção de várias imagens em madeira expostas, à época, no altar-mor da igreja de São Francisco Xavier da capital paraense, e adjunta ao Colégio de Santo Alexandre (Leite, 1943)”. Coincidentemente, Jódoco Perez, ex-superior e já aposentado, ali atuava como confessor. No final do século XVII, a arte imaginária em Belém, a cargo dos jesuítas, funcionava timidamente num “cubículo situado no corredor desse Colégio” que servia “ao Irmão escultor e rapazes que aprendem (Leite, 1943)”. Na capital São Luís, a indústria de estátuas ou imagens de santos prosperava. Era sediada no Colégio de Nossa Senhora da Luz e atendia ao maior número de paróquias em todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará. A bela, imponente imagem de Nossa Senhora do Rosário – que, a partir da instalação em 1759 da vila de Serpa, seria consagrada como padroeira do povo católico de Itacoatiara –, uma escultura em estilo barroco, datada do início da segunda metade do século XVIII, provavelmente é obra de santelheiros maranhenses.

No final de janeiro de 1697, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, à frente de uma armada de 60 navios, aportou em Abacaxis. Após alguns dias de descanso, seguiu para o Rio Negro onde visitou a fortaleza da Barra, recém-construída por Manoel da Mota Siqueira. Em junho o

padre João da Silva caiu doente e foi convalescer em Tupinambarana, onde, em substituição ao missionário Antônio da Fonseca, desde dezembro do ano anterior já missionava o padre João Justo Luca. Seis meses depois, João da Silva voltou são e salvo, praticou os Arara e os desceu para Abacaxis. Cioso de suas responsabilidades atritou algumas vezes com o tapanhuno José Lopes, que o capitão-mor paraense Hilário de Souza Azevedo mantinha na região como feitor de seus negócios traficando cacau, cravo e índios; e com outro escravo do capitão-mor Manoel Guedes Aranha, que ‘trabalhava’ no mesmo ramo. Em março de 1698 João da Silva foi removido para a aldeia de Arapapucú, no Grão-Pará, sendo substituído em Abacaxis pelo padre Domingos de Macedo.

Abacaxis, no final do século XVII para começo do seguinte, já era considerada como “das melhores residências de todas as mais que têm os padres da Companhia de Jesus em todo o Estado”; uma aldeia grande, “em sítio farto e alegre”. A proximidade da boca do Madeira facilitando sua ligação com o mundo exterior, seu elevadíssimo contingente populacional e outras variáveis fizeram-na obnubilar à sua coirmã Tupinambarana. Os Abacaxis, como os Iruri, “não obstante terem sofrido o brutal avanço da sociedade colonial e suas demandas, não se furtavam do convívio estreito com os europeus. Ao invés de escolherem alternativas de fuga ou luta em armas, permaneceram no aldeamento jesuítico, cumprindo tarefas que lhes eram impostas pelos colonizadores (Porro, 2011)”. Atitude de quem se conformara com todas as situações. Talvez, pensaram:

“Contra a força não há resistência. Por que resistir? Para que resistir?” Destarte, deixam-se cooptar. De vítimas, tornaram-se cúmplices, e mantiveram um contínuo processo de atualização, como é evidente nos registros missionários que estiveram junto a eles. Na longa lista de etnônimos dos grupos habitantes do Madeira, feita em 1714 pelo jesuíta Bartolomeu Rodrigues (1674-1744), a tribo dos Abacaxis desponta como portadora dos maiores índices populacionais.

Por outra parte, segundo apurado na primeira década e meia do século XVIII, na outra margem do Amazonas, isto é, nas imediações da atual Itacoatiara, ocorreram dois fatos que merecem ser memorados: (1) Em 1708, o capitão Pedro da Costa Rayol guerreou contra os índios do Uatumã e vingou a morte dos padres franciscanos da Piedade, Pedro de Évora e Antônio de Vila Viçosa. Nos idos 1705/1706 haviam fundado a missão de Santa Ana, mediante o ajuntamento dos índios Pareci, primos dos Aroaqui – ambos do grupo linguístico Arwak. Superada essa tragédia do Rio Uatumã, os padres da Ordem das Mercês assumiram o aldeamento. E os piedosos fundaram mais acima a missão dos índios Anibá, no rio do mesmo nome. Anos depois, ambas as missões foram incorporadas a Silves (Berredo, 1989; Leite, 1943; Reis, 1940 e 1989; e Ramos, 1952). (2) Em 1714, índios Aroaqui (também do grupo Arwak) habitantes de uma aldeia do Rio Urubu, “animados de um espírito de rebelião e a impulsos da sua natural inconstância na firmeza da sua fidelidade”, tiraram a vida ao missionário frei João das Neves (c.1637-1714), da Ordem das Mercês. Isso pode ter

acontecido na aldeia de São Pedro Nolasco ou na de São Raimundo. Devido à dispersão dos silvícolas, ambas não prosperaram desaparecendo ao cabo de algum tempo (Sampaio, 1856; Loureiro, 1978; e Noronha, 2006).

Voltemos ao Rio Madeira...

O padre João da Silva pensou em mudar Abacaxis para outro sítio, e não disse as razões. O padre Domingos de Macedo, que o sucedeu em março de 1698, projetara “desdobrá-la em duas” – talvez devido ao desordenado crescimento que tivera. Ao tratar do assunto, Leite (1943) o faz de forma equivocada: “Realizou a mudança ou fez outra aldeia nova, o padre Francisco Xavier Molovetz, pois dele se diz que fundara a aldeia de São Francisco, e quando faleceu a 16 de janeiro de 1709, na aldeia de Canumã, se diz igualmente que a tenha fundado”. Na verdade, o padre Domingos de Macedo deixou Abacaxis em 1704 e foi substituído pelo padre alemão Molovetz que chegou à Amazônia em 1703 e faleceu prematuramente aos 37 anos, em 1709 – como já referido. Era titular de Tupinambarana e passou a acumular Abacaxis. À sua morte, o então padre superior João Carlos Orlandini, “pede missionário para substituí-lo e envia para suprir as despesas 100 arrobas de cravo [01,5 tonelada] e 400 de cacau [06 toneladas] (Bettendorff, 1990)”.

Em 1712, com a entrada no Madeira do jesuíta frei João de Sampaio (1680-1743), a missão prosperou muito. Leite (1943) disserta: “Dotado de zelo construtivo, tornou-se tão notável o seu apostolado que de Roma o Padre Geral, Miguel Ângelo Tamburini (1648-1730), a 13 de julho de 1715, o louva em ter-

mos fora do comum”. Em Abacaxis gastou o melhor de sua vida: ergueu casa de sobrado e uma igreja em cujo redor havia grandes malocas morando em cada uma delas 100 pessoas. “Recolheu cacau para diversas obras do culto, ali e na igreja de Santo Alexandre do Pará, desceu índios, catequizou-os e foi o maior apóstolo do Rio Madeira”. No início, frei João de Sampaio militou entre o Canumã e Abacaxis. Por volta de 1715, subiu o Madeira e, entre sua primeira cachoeira e o Rio Jamari, fundou a aldeia de Santo Antônio. Por estar em um local muito distante e exposta aos ataques dos índios, Sampaio deixou-a, desceu o Rio Madeira e fundou a missão de Trocano (atual Borba), distante da de Abacaxis “só dois dias através da selva”.

A carta do jesuíta Bartolomeu Rodrigues, remetida em 1714 ao seu colega Jacinto de Carvalho (1677-1744), onde consta a lista que acima mencionamos, a um só tempo, relata a situação demográfica da mesorregião do Madeira e faz a primeira menção aos índios Mura – então acantonados no Rio Ipitiá. Além destes, no trecho mais próximo de Abacaxis eram 27 nações. Somadas a outras 48 localizadas na área intermediária do Madeira-Tapajós, totalizavam 85 tribos indígenas.

Das denominações relacionadas por Rodrigues na margem esquerda do Madeira, uma corresponde aos valentes Torá. Eram tantos os dessa etnia que lhes chamavam “o Formigueiro”. Procediam do Rio Maici - desde a foz do Machado até às cabeceiras do Marmelos - e do baixo Rio Jamari. Revoltados, tentaram impedir a invasão de seus domínios. Dilataram suas

correrias até o curso do Rio Amazonas, onde iam assaltar canoas que andavam no tráfico do cacau. Em 1716 foram duramente reprimidos, chegando quase à extinção. Primeiramente foram perseguidos pelo capitão-mor João de Barros Guerra. Com a morte deste, sob um pau que caiu sobre a embarcação que o levava, em junho daquele ano, as diligências de guerra passaram ao comando do capitão de infantaria Diogo Pinto da Gaia, auxiliado pelo sargento-mor Francisco Fernandes. Berredo (1989): conta que, reduzidos, os “Torá pediram paz que lhes foi concedida com a condição de se descerem e agregarem à aldeia dos Abacaxis”, junto com contingentes de outros grupos linguísticos. Outra parte da tribo foi levada para um aldeamento na foz do Xingu, no Pará. Simultaneamente, grupos de Mundurucu procedentes do Tapajós se insurgem contra os colonos. Estes, reunidos em flotilha, sob o comando do tirânico Diogo Pinto da Gaia, enfrentam os silvícolas e os expulsam do Madeira.

Todavia, nem bem se refizera dos ataques dos Torá e Mundurucu, a população ribeirinha do Madeira passou a ser incomodada pelos Mura. Provavelmente descendentes do Peru, vieram do Solimões e se introduziram na região através dos Autazes ocupando a enorme extensão medida do Rio Aripuanã ao Jiparaná. Conhecidos na etnografia portuguesa como os “corsários do caminho fluvial”, eram experientes remadores e rápidos no manejo do arco e da flecha. Em 1715 iniciam os combates contra a frente de expansão portuguesa; depredam aldeias, apropriam-se de canoas, atacam viajantes e tomam-lhes os bens.



Os moradores de Abacaxis, além de ocupados em suas roças de mandioca e milho, exerciam atividades de caça e pesca. Parte da farinha e dos beijus que produziam atendia às encomendas das tropas que iam ao sertão. Muitos deles trabalhavam na colheita e no beneficiamento de cacau, na salga e secagem de peixes, e como mateiros e remeiros de feitores e milícias armadas.

Em 1720 recrudesce os ataques dos Mura. Frei João de Sampaio, que se revezava assistindo às missões de Santo Antônio das Cachoeiras e Abacaxis, consegue aproximação com uma maloca dessa tribo. Convencidos a abandonar a luta armada e vir morar na missão, pelo que seriam premiados com ferramentas, roupas e alimentos, os índios começaram a se preparar para a mudança. Então, apareceu um colono que, se dizendo emissário do padre Sampaio, embarcou vários deles num bergantim e os remeteu para Belém onde foram vendidos como escravos. Ao tomarem conhecimento da trama, os Mura retomaram sua luta contra os agentes portugueses redobrando suas correrias pelo interior. Descendo ao Abacaxis, saquearam casas e roçados no entorno da missão matando e/ou aprisionando vários de seus habitantes.

A atividade extrativista portuguesa no Madeira, até 1723, era realizada sem estabelecimentos fixos. A viagem do sargento-mor do Grão-Pará Francisco de Melo Palheta às cabeceiras do rio, naquele ano, é a primeira tentativa oficial para um reconhecimento da área. A meta, além da exploração, era brecar as incursões espanholas na região próxima às minas de ouro de Mato Grosso. Os portugueses “cientes da existência dessa



comunicação e dos perigos que poderia acarretar à soberania [de seu País], pelo alvará de 27 de outubro de 1733 [mandaram fechar] a navegação do Madeira (Reis, 1989)”. A expedição de Melo Palheta centralizou seus trabalhos em Santo Antônio das Cachoeiras, e contou com a colaboração do missionário João de Sampaio, à qual “acudiu com o necessário de canoas, ferramentas, aprestos e comestíveis”. O padre João de Sampaio e dois seculares “administravam a missão de Santo Antônio em uma casa entrincheirada de estacas, aterrorizados com os frequentes ataques dos Mura (Leite, 1943)”.

Um decreto baixado em Roma pelo Padre Geral Miguel Ângelo Tamburini, em 15 de fevereiro de 1727, concedeu à Missão dos jesuítas da Amazônia o status de Vice-Província subordinada a Lisboa, sendo nomeado vice-provincial o padre Manuel de Brito; com sua morte súbita, assumiu o padre José de Mendonça. Desde 1686, inconformados com a submissão da Missão à Província do Brasil tornando difícil e demorada a trajetória do trabalho missionário, os jesuítas lutavam pela mudança, agora vitoriosa. Em 1727, estavam em exercício na região amazônica 99 religiosos; as residências eram 27; e, inclusa a de Abacaxis, eram 12 as missões espalhadas pelo interior. Dois anos antes ela recebera a visita do missionário frei Diogo da Trindade, comendador da Ordem das Mercês no Pará, o qual discorreu sobre haver encontrado uma igreja bem organizada, “um templo dotado de quatro imagens grandes, douradas e estopadas, e com tal perfeição que as avaliaram lá em quatrocentos mil réis (Leite, 1943)”. Seguramente, uma delas retratava fielmente Nossa Senhora do Rosário.

Em 1730 a povoação contava com 932 habitantes, figurando como “uma das mais populosas de todo o Estado, e se podia chamar uma cidade de gente: tinha muita casaria, feitas as suas moradias ao modo do mato, muito grandes, e casa destas tinha para cima de cem cabeças (Daniel, 1976)”. Lá estava frei João de Sampaio, que, premido pelos Mura, havia pouco se retirado de Santo Antônio das Cachoeiras. No ano seguinte auxiliou na construção da capela de Santo Cristo, lateral à Igreja de São Francisco Xavier do Grão-Pará, anexa ao Colégio de Santo Alexandre. Leite (1943) se manifesta sobre o assunto: “As aldeias e missões do interior, assim como contribuem para os respectivos seminários, também concorriam para o embelezamento da sua igreja central no Pará. Os donativos não podiam vir em dinheiro, o que não havia. Recolhiam-se gêneros que eram mandados para o Colégio e depois expedidos para o Reino. No Pará, junto ao Colégio, no pátio inferior dele, construíram-se casas e armazéns para recolher aqueles gêneros, vindos das diversas missões do interior. Em troca vinham [do Reino] ornatos ou meios de se fazerem [dinheiro]. Um missionário oferecia um cálice, outro um retábulo ou uma imagem, aquele outro, um frontal e, ainda outro, um altar”. O padre frei João de Sampaio contribuiu com cacau e cravo colhidos no Madeira. Como se vê, o colonialismo europeu fazia e acontecia com os recursos da floresta, ajudando inclusive a enriquecer o centro histórico de Belém e, quiçá, o de algumas capitais portuguesas.

Em 1730, dentre os produtos florestais exportados, decorrentes da economia colonial missionária amazônica, o cacau

firmava-se como o de maior demanda no mercado português. As 28.216 arrobas (423,2 toneladas) remetidas neste ano para Lisboa subiram para 58.910 arrobas (883,6 toneladas) em 1740. Pelo menos um quarto dessa produção era originário dos sertões madeirenses, onde a espécie vegetal abundava. O plantio racional do cacau, mandado fazer pela Carta régia de 01 de novembro de 1677, começou em terras do Maranhão quatro anos depois. O governo português incentivou a exportação com isenção dos impostos alfandegários e cobrança pela metade das demais taxas, a contar de 1681. Na mesma ocasião, autorizou as ordens religiosas a remeterem a Lisboa o produto do cacau colhido no sertão ou cultivado nas fazendas. Em pouco tempo, espalhadas as plantações por quase toda a Amazônia, foi estimulado seu aproveitamento industrial. As barricas portando o produto levavam uma cruz (o emblema da Companhia dos jesuítas). Um dia, o jesuíta João Daniel assim se expressou: “Paiol do cacau ou remédio dos pobres (...) o cacau era buscado ordinariamente nas matas do grande Rio Madeira (Daniel, 1976)”.

Na década de 1740/50, muitos colonos abandonaram suas idas ao Rio Madeira para colher cacau por temerem os Mura. Acusados de matar índios remeiros das equipes de catadores da floresta e de dificultar o trabalho dos jesuítas comprometendo o crescimento da atividade missionária, os valentes nativos também sofreram baixas. Estima-se que, em mais de meio século de luta, 30 mil deles foram mortos, contra cerca de 10 mil de colonos e membros das tropas invasoras. “Lutando destemidamente em legítima defesa própria, resguardavam

suas vidas, sua forma de organização social e econômica, seus mitos, sua cultura. Batalhavam em prol de suas terras, de suas famílias e de seus companheiros. Estereotipados como vilões e decantados como insolentes, preguiçosos e bárbaros, na verdade respaldavam suas correrias em gestos nobres, patrióticos (Silva, 1997)”. Além da repressão oficial e das doenças como a bexiga, o sarampo e a varíola, enfrentaram seus inimigos Mundurucu – tudo isso os deixou bastante vulneráveis. “Mas, só se renderiam em 1784, deixando de existir como a feroz nação para as autoridades portuguesas (Amoroso, 1992)”. No território de Itacoatiara pouco ficou deles. Atualmente, entre adultos e crianças, os Mura do Rio Urubu são cerca de 300.

À época, inobstante continuasse interdita a navegação do Madeira - aparentemente para evitar o êxodo da sua população para as minas de Mato Grosso - a frente mineradora promove o povoamento daquela área e em consequência aumenta o interesse por uma ligação fluvial com a Capitania do Grão-Pará, e o Madeira passou a ser utilizado maciçamente pelos comerciantes matogrossenses, a exemplo das entradas de Manoel Félix de Lima e Joaquim Ferreira Chaves, em 1742, de José Leme do Prado e João de Souza Azevedo, em 1749, e várias outras: todas desrespeitando as ordens reais. Segundo a afirmativa do padre Anselmo Eckart (1721-1809), o avanço dos mineiros só não foi maior devido aos ataques dos Mura.

Rio estratégico, pois interligava economicamente o centro ao norte da colônia portuguesa, há anos o Madeira vinha sendo utilizado pelos bandeirantes para traficar o minério coletado

em suas cabeceiras, e esse escoadouro se apoiava em Abacaxis que mantinha estreita ligação com as minas de Mato Grosso. Essa corrida ao ouro intensificou o movimento de barcos pelo Rio Madeira e colocou os Mura frente a frente com os portugueses. Anos depois, o capitão-general e governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), numa carta que enviou a Lisboa, em 18 de julho de 1754, testemunharia: “numa viagem da missão de Abacaxis à Vila Bela, capital de Mato Grosso, gastava-se somente vinte dias”. Em 1740, um pouco distante de Abacaxis, ainda na margem direita do Madeira, ficava a morada de um rico mineiro que tinha nessa região as suas propriedades, além de muitos escravos africanos. Os mineiros que iam a Mato Grosso costumavam se reunir e viajavam juntos para se protegerem dos Mura que por ali vagavam.

O exame científico do Madeira, mediante o registro da posição de seus sítios mais importantes e a anotação de toda a sua fisiografia, competiu à expedição chefiada pelo sargento-mor Luiz Fagundes Machado e secretariada pelo mestre-de-campo José Gonçalves da Fonseca. Largando de Belém a 14 de julho de 1749, os expedicionários chegaram a Cuiabá a 16 de abril do ano seguinte. Antes, estiveram em Abacaxis, onde passaram alguns dias. Após detido exame do rio, em cumprimento às determinações da metrópole, “Os resultados da verificação, reunidos aos reclamos, às provas de que o Madeira era via ideal para as operações comerciais de Mato Grosso e mais à necessidade imperiosa de socorrer essa Capitania, criada prin-

principalmente para cortar os intuítos imperialistas dos espanhóis; motivos econômicos e políticos, portanto, levaram o governo, em Lisboa, a compreender que a medida proibindo a navegação não podia continuar em vigor (Reis, 1989)”. Resultado: em 14 de novembro de 1752 foi decretada a reabertura do rio.

Em 1749, o vice-provincial dos jesuítas, em Belém, padre Carlos Pereira, revelava-se preocupado com o quadro depopulacional das aldeias jesuíticas no sertão amazonense, “generalizável para toda a população indígena do Grão-Pará, duramente atingida pela varíola”. Uma notícia não auspiciosa, pois, segundo afirmara o então missionário de Abacaxis, padre Teotônio Barbosa, “A antigamente populosa aldeia dos Abacaxis, cujos habitantes foram dizimados, abrigara mais de 23 outras nações, que por sua vez também tinham desaparecido (Amoroso, 1992)”. Na missão e seus arredores naquele ano morreram cerca de 700 pessoas, e no seguinte quase o dobro. Além da varíola, a bexiga e o sarampo – segundo a expressão do jesuíta alemão Anselmo Eckart, “os mil homens adultos da missão [de Abacaxis] já estavam reduzidos à metade; o sarampo levava, só de crianças, mas de duzentas”. Em 1750, a Capitania tinha confirmado a morte de mais de 18.000 habitantes. Os descimentos se apresentavam como a forma mais rápida para a reposição da população atingida pelas doenças. “Ao contágio brutal a que se submetia o índio aldeado, somavam-se ainda outros fatores igualmente perversos para os planos das missões (...). As índias aldeadas evitavam a concepção, por meio da ingestão de drogas. Da mesma forma, tornava-se praticamente impossível



manter a população aldeada nos limites da missão diante do quadro da morte cotidiana, com pelo menos oitenta mortes por ano (Amoroso, 1992)”.

Com a subida de Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde marquês de Pombal (1699-1782), ao cargo de primeiro ministro de dom José I (1714-1777), é decretado em Lisboa o fim da escravidão dos índios e a retirada do poder temporal dos missionários sobre os aldeamentos, desmanchando parte da estrutura de controle da mão-de-obra indígena na Amazônia. Reparecem mais fortes os conflitos entre o Estado português e os jesuítas por esse controle. O sistema de missões é extinto e o processo de secularização das aldeias avança. Ao mesmo tempo o tráfico de escravos africanos é incrementado. O projeto pombalino traz um impacto para a região, produzindo efeitos sobre a população indígena. Sob a perspectiva de criar as chamadas “muralhas do sertão”, os índios são transformados em colonos e/ou ‘súditos’.

Em 13 de janeiro de 1750, Portugal e Espanha haviam celebrado o Tratado de Madri que, ao regulamentar os limites entre as duas coroas, firmava o princípio do *uti possideti* salvaguardando o direito dos portugueses sobre a Amazônia, cuja fronteira “entrava pelo Madeira até o ponto situado a igual distância do rio Amazonas e da boca do Mamoré, dado como o formador, com o Guaporé, do rio Madeira. Daí por uma reta de leste-oeste, à margem austral do Javari, baixando pelas águas deste até a sua foz no Solimões, pelo qual continuava ao encontro da boca mais ocidental do Japurá (Reis, 1989)”. A missão de



Abacaxis deu guarida a vários técnicos envolvidos no processo de delimitação de fronteiras.

Além de montar um governo forte e centralizador, Pom-bal mandou fomentar o comércio e a agricultura e criou o Estado do Grão-Pará e Maranhão deslocando o governo de São Luís para Belém. Para governador nomeou seu irmão, o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que tomou posse em 24 de setembro de 1751.

Em fins de 1753, Mendonça Furtado, “na posse do título que lhe dava a direção dos trabalhos das demarcações do norte”, preparou-se para ir ao encontro do chefe da comissão de limites espanhola, José Iturriaga. “A reunião dos dois comissários devia realizar-se no rio Negro (...). Foi escolhida a aldeia de Mariuá para sede da conferência (Reis, 1989)”.

Escrevi em 2010: “Mendonça Furtado (...) deslocou-se ao alto Rio Negro para tratar com o encarregado da comissão espanhola sobre as delimitações territoriais da região. Deixou Belém em 12 de outubro de 1754, mas não fez viagem direta; foi visitando as povoações situadas ao longo do Amazonas. A expedição, embarcada em 25 canoas grandes movidas à vela e remo, compunha-se de quase 800 pessoas incluídos 205 soldados. Ao anoitecer de 29 de dezembro aportou no sítio Itaquatiara. No outro dia, antes da retomada da viagem, foi rezada missa. Uma das pedras do Jauari, transformada em altar forrado de branco, testemunhou o solene momento religioso. A vazante do rio permitia que os circunstantes divisassem livremente as volumosas pedras da parte mais baixa da enseada

do Jauari, a maioria contendo grafismos rupestres em forma de ‘caretas’ pintadas pelos Aroaqui, séculos atrás. Uma delas, por conter o registro da passagem de Mendonça Furtado pelo lugar, mais tarde ganharia feições de monumento histórico e de símbolo-mor do Município de Itacoatiara (Silva, 2010)”.

O sítio *Itaquatiara* - do tupi *i'tá kwati'ara* - que o padre José Monteiro de Noronha (1723-1794) apelidou de “a paragem das Pedras Pintadas”, fica entre o Igarapé do Jauari (hoje infelizmente soterrado), à direita de quem está de frente para o rio, e o Igarapé do Ingáipáua (à época um viveiro natural de peixes), à esquerda. Lugar-símbolo da arte rupestre amazônica, onde, nas épocas de vazante, [ainda] podem ser vistos desenhos e pinturas sobre as milenares pedras que ornaram a margem do Jauari, reproduzindo figuras humanas e de animais, feitos pelos indígenas no período pré-colombiano.

Sítio arqueológico que deu nome à cidade e identificado pela ponta de pedras que avança sobre o Rio Amazonas formando as enseadas do Stone e do Jauari, nos séculos XVII e XVIII fora um lugar de referência, calmo, nostálgico, cercado por umas poucas tribos de índios mansos. Parada obrigatória ou “estação de repouso” de autoridades, missionários, sertanistas, militares e cientistas que, ocupados em explorar e/ou estudar o território amazonense, subiam e desciam o grande rio. A pedra, a que nos reportamos acima, que até 1970 ornava o seu porto, foi transferida para o centro da cidade e encontra-se exposta defronte à Catedral. Sua face principal leva desenhos, símbolos religiosos e inscrições em português. Contém a pa-

lavra TROPA, além de uma cruz sobre uma escada e as datas 1744 e 1754. A segunda destas, como já afirmado, foi gravada em ferro e fogo e marca a passagem de Mendonça Furtado pelo local; e a de 1744 se refere ao sargento-mor Francisco Xavier de Moraes (1700-c.1788) que, chefiando uma bandeira, por ali passou e deixou o seu registro. Dando seguimento à sua viagem até alcançar o Rio Negro, Xavier de Moraes entrou pelo canal do Cassiquiare e confirmou a comunicação do Rio Negro com o Orenoco, junto às fronteiras de Brasil e Venezuela. Essa ligação fluvial até ali era ignorada pelos espanhóis, mas desde o ano anterior já a conhecia o geógrafo francês Charles Marie de La Condamine (1701-1774) que, voltando ao seu País, em 1743, provavelmente descansou no sítio Itaquiara. Francisco Xavier de Moraes - que era irmão de Belchior Mendes de Moraes, responsável pela prisão em 1727 do tuxaua Ajuricaba - foi diretor de índios no alto Rio Negro, vereador da primeira Câmara de Barcelos (1758) e membro do oitavo governo interino da Capitania de São José do Rio Negro (1786).

No dia 8 de janeiro de 1755 Mendonça Furtado alcançou Mariuá, onde ficou quase dois anos esperando o representante espanhol que lá não apareceu. Aproveitou para mandar guarnecer a região do Solimões e melhorar as condições urbanas do povoado. Encomendou tais serviços ao engenheiro alemão Filipe Sturm – o mesmo que cinco anos depois iria confeccionar a planta topográfica da vila de Serpa. Naquele ano Abacaxis estava sob a administração do missionário Anselmo Eckart. O jesuíta húngaro e astrônomo real Inácio Samartone (1718-1793)

passou alguns dias na missão medindo a altitude do polo norte. Padre Samartone integrava a comissão técnica incumbida dos levantamentos hidrográficos e topográficos para a definição das fronteiras luso-espanholas no alto Amazonas. Pouco depois, visitou-a o célebre João Daniel (1722-1776). Misto de religioso e naturalista descreveu com propriedade o contato dos povos nativos do Madeira com os agentes da Coroa, fornecendo detalhes importantes do cotidiano das missões. Também esteve nos rios Negro, Urubu, Anibá e outros adjacentes à Itacoatiara. Autor de uma famosa obra etnográfico-histórica começou a missionar com menos de vinte anos. Desterrado da Amazônia em 28 de dezembro de 1757, pelo marquês de Pombal, 18 anos depois morreria encarcerado em Lisboa.

Em 20 de dezembro de 1755, Mendonça Furtado ingressa no Madeira, pela primeira vez. No início do ano, o padre alemão Anselmo Eckart havia assumido a missão de Trocano, e seu lugar em Abacaxis foi ocupado pelo compatriótico Antônio Maisterboug. O governador paraense já escaramuçava contra os jesuítas. Havia denúncias de que conjuravam contra a soberania portuguesa; que instigavam os índios contra a Coroa; e que recusavam obediência às ordens do marquês de Pombal. Injustas acusações, segundo Leite (1943); violências praticadas friamente contra os padres da Companhia de Jesus, segundo Reis (1989). “As primeiras providências para acabar com aquele estado de coisas vieram antes do ano findar”. O governo mandou pôr fora do território da Amazônia “quatro jesuítas tidos como perigosos à ordem, taxados de contrabandistas, en-

tre [eles] os padres Antônio José e Roque Runderpfund, que missionavam no Madeira (Reis, 1989)”.

Em 01 de janeiro de 1756 Mendonça Furtado elevou Trocano à categoria de vila, com o nome de Borba, a Nova. Com a passagem do governo da vila às mãos de um oficial, o padre Anselmo Eckart perdeu a função pastoral e foi se encontrar com seu colega Maisterbourg em Abacaxis. Em junho, ambos se retiram do Madeira e se transferem para Belém. Com a expulsão dos jesuítas, em novembro de 1757, seriam deportados num navio de guerra para Lisboa.

Antes de voltar ao Rio Negro, em fevereiro de 1756, Mendonça Furtado, vindo de Borba, parou em Abacaxis e ouviu os moradores com sensível interesse. Permaneceu em Mariuá até 23 de novembro. Já em Belém, em fevereiro do ano seguinte, fez publicar as leis régias de dom José I, baixadas através de seu poderoso ministro marquês de Pombal, de 03 de março de 1755, de 04 de abril e de 06 e 07 de junho: criando a Capitania de São José do Rio Negro; concedendo privilégios aos portugueses que casassem com índias; incentivando a produção e o comércio; e criando nova política indigenista na região. A última delas, Lei do Diretório, revogava o Regimento das Missões de 1686, retirava a administração das aldeias das mãos dos jesuítas, concedia liberdade aos indígenas, que passavam a dispor livremente de suas pessoas e de seus bens, e autorizava o governador paraense a erigir em vila os aldeamentos substituindo-lhes os títulos indígenas por nomes portugueses. “As aldeias seriam vilas e povoados. O índio exerceria as funções

públicas – juiz ordinário, vereador das câmaras, etc.. A tutela passava do missionário ao diretor do povoado: tanto podia ser um militar distinto, sabendo compreender o papel que representava, como um soldado de maus bofes inclinado a traficâncias, explorador do suor do povo, cujos destinos lhe confiavam. A liberdade era, evidentemente, duvidosa, aparente. A reforma não trazia os esperados benefícios, mesmo porque os naturais, analfabetos, não estavam em condições bastantes para os cargos que se lhes deu (Reis, 1989)”.

Em 1757, os moradores de Abacaxis, cansados da perseguição dos Mura, e procurando um lugar mais propício à sua saúde e tranquilidade, abandonaram as imediações da Ilha de Tupinambarana e foram se estabelecer na margem esquerda do Rio Madeira, oposta ao sítio onde se localiza a atual cidade de Nova Olinda do Norte, defronte à ponta inferior da Ilha das Guaribas. Além das circunstâncias, agiram assim por que estimulados pelo capitão-general paraense quando de sua passagem pela região, no ano anterior. Ficaram esperando que Mendonça Furtado voltasse como lhes prometera.

A viagem seguinte de Mendonça Furtado ao Rio Negro, além de selar o destino do Município de Itacoatiara, iria firmar o ato histórico de implantação da célula político-administrativa que deu origem ao Estado do Amazonas. Em 15 de janeiro de 1758, o capitão-general deixou Belém. No caminho, ia criando as vilas e lugares e instalando as câmaras municipais. No território amazonense, tomando direção pelo Paraná de Tupinambarana, rumou direto para o Rio Madeira. Deixando Borba,



em 17 de abril, foi se encontrar com os habitantes da missão de Abacaxis. Era seu plano elevá-la à categoria de vila e já lhe escolhera até o nome: Serpa. Com eles, entabulou um diálogo construtivo e não menos esclarecedor, que resultou em adiar aquilo que se propunha. Nas palavras do estadista colonial:

“... a 14 [de abril] cheguei à vila de Borba. Aí demorei-me dois dias, vim buscar a aldeia dos Abacaxis que era da Administração dos padres da Companhia [de Jesus], com a resolução de a erigir em vila com o nome de Serpa; porém os seus moradores me requereram instantemente que se queriam tirar daquele sítio, porque nele não logravam uma hora de saúde, e que se conservavam ali violentados pelos padres que os administram (...). E lhes nomeei uns poucos de sítios para eles escolherem o que lhes parecesse melhor a bem da sua saúde e da sua conveniência. Em observância desta ordem foram ver os sobreditos sítios e escolheram entre eles um chamado Itaquatiara, sobre o Amazonas, a dois dias de viagem da primitiva habitação. Daí, saí a 19 de abril e vim buscar este rio [Negro] onde entrei no dia 23...” - trechos da Carta de Mendonça Furtado, de 04 de julho de 1758, ao ministro português Tomé Joaquim da Costa Corte Real, in Belém (1912).

No dia 06 de maio de 1758, já no alto Rio Negro, Mendonça Furtado instalou a vila de Barcelos – título de origem



portuguesa dado à aldeia de Mariuá - que passou a sediar a Capitania de São José, inaugurada no dia seguinte com a consequente posse do governador, seu sobrinho afim, coronel de infantaria Joaquim de Mello e Póvoas (c.1722-1787). A nova unidade político-administrativa, desmembrada do Estado do Grão-Pará e Maranhão, porém a ele subordinado, foi criada com o objetivo de descentralizar a administração regional, melhorar a situação socioeconômica e garantir a soberania de Portugal na parte mais ocidental da Amazônia.

Mendonça Furtado retornou a Belém no dia 26 de dezembro, transferiu as rédeas do governo ao seu substituto legal e, em seguida, viajou para Lisboa, aonde chegou em 28 de maio de 1759 – foi assumir o cargo de ministro adjunto ao marquês de Pombal. Mas, antes de partir, no final de 1758, deixou instruções ao governador da nova Capitania acerca de suas obrigações políticas e militares. Não considerava lícito que vilas e povoados de um distrito do Império Português fossem crismados com termos indígenas. Que o índio fosse bem tratado, mas que se lhe ensinassem imediatamente a língua portuguesa. Em cumprimento ao programa que se traçara, de renomear todas as povoações amazônicas pautando-se nos nomes de localidades lusitanas, e reiterando os termos da carta que enviou à Corte em 13 de junho de 1757, deu ordem expressa: quando da elevação da missão à vila, Joaquim de Mello e Póvoas deveria substituir-lhe o nome gentílico pelo topônimo português Serpa. Reportava-se à antiquíssima freguesia da Província portuguesa do baixo Rio Alentejo.

Um gesto sem dúvida extravagante, feito num rasgo de entusiasmo. Mendonça Furtado nasceu em Lisboa, mas seus ascendentes, fidalgos, se originaram de Serpa que ficava não muito distante da freguesia de Vila Viçosa, onde passou a infância, faleceu e foi sepultado. Esse político e militar português é a figura mais interessante desse período da história de Itacoatiara (aliás, da Amazônia): devemos-lhe todas as homenagens. Homem resolvido enfrentou as ‘paradas’ de transferência da povoação para o platô atual e encaminhamento do processo de elevação do primitivo burgo itacoatiarense à categoria de vila.

## A travessia

A TRANSFERÊNCIA da povoação para a margem esquerda do Amazonas, orientada por Mendonça Furtado e realizada por grupos de índios Abacaxis, Arara, Iruri, Mundurucu e Torá, teve início em 18 de abril de 1758. O pouso escolhido ficava uns 400 metros a montante do Igarapé do Jauari, junto ao sítio Itaquiatiara, onde desembarcaram. Os primeiros dias foram gastos em levantar “rabos-de-jacu” (tendas de palha) para alojar suas famílias na beira do rio. Em seguida – sempre reunidos em mutirão – deram início ao trabalho de derruba, limpeza e encoivramento da área de terra alta dominada por uma imensa, quase impenetrável floresta, que sediaría suas casas de residência, a igreja e as repartições da futura vila. É o quadrilátero onde é hoje a Praça da Catedral. As ferramentas usadas na cansativa faina consistiam de machados de pedra e, de permeio, alguns ‘modernos’ de ferro, trazidos pelos agentes portugueses. Nos

idos de 1750 os índios do Maranhão já manuseavam machados, facas, porretes e outros objetos de metal (Daniel, 1976; e Meier, 2005). O caso vertente indica que em 1758 essa tecnologia já integrava a mão-de-obra indígena da Amazônia Ocidental. Recentes estudos de Antropologia têm contestado a antiguidade do cultivo de roças. Ampliam-se os debates sobre o uso e a durabilidade dos machados de pedra indígenas e “a imagem da derrubada e queima da floresta como uma prática antiga”. Há autores que dizem ser praticamente impossível fazer a derrubada de cerca de dois hectares utilizando machados de pedra. “O abate de árvores com pedras amarradas a cabos de madeira era simplesmente demasiado trabalhosa (Hemming, 2011)”.

Em nove meses de trabalho descontínuo, aquele pedaço de floresta se transformou numa imensa clareira onde se colocavam dispersamente dezenas de construções simples em madeira e palha; dali a pouco, o povoado alcançaria os foros de vila, ajustando-se à forma municipalista primária. Paulatinamente, àqueles pioneiros vieram se juntar diversos remanescentes dos povos Aaná, Anicoré, Aponariá, Baniba, Bary, Cumaxiá, Curuaxiá, Juma, Juqui, Juri, Maué, Mura, Pariqui, Passé, Sará, Tururi e Urupá. Arrebanhados na nova povoação, logo, logo passariam a trabalhar mais diretamente envolvidos com a economia extrativa e agrícola de subsistência.

A localização estratégica do novo núcleo, levantado junto à confluência do Madeira com o Amazonas, atendia aos interesses da Coroa portuguesa possibilitando um maior controle sobre as aldeias das vizinhanças. Segundo afirmou Mendonça Furtado na carta de 1758, supracitada:

“...o rio naquele sítio é abundantíssimo e sobretudo está na estrada real destes sertões, e com esta vila acharão os passageiros socorro, e os índios (...) civilizar-se-ão”.

Entre as providências do coronel Joaquim de Mello e Póvoas, após a tomada de posse do governo, destacam-se: a criação de vilas no interior, a alfabetização das crianças indígenas, o incremento da agricultura e o dos casamentos dos brancos com índias. Neste caso, fiel à política que seu tio iniciara dois anos antes na vila de Borba e embasado na Provisão régia de 04 de abril de 1755, dava curso à democratização dos cruzamentos interétnicos acelerando o processo de cabocquização no território da Capitania. Para promover a secularização da futura Itacoatiara e outras aldeias inseridas no plano deixado por Mendonça Furtado, dando-lhes o estatuto de vilas e povoados, antes de findar o ano, Joaquim de Mello e Póvoas empreendeu viagem ao médio e alto Amazonas, que estendeu aos rios Madeira e Urubu. Fez-se acompanhar do vigário-geral José Monteiro de Noronha (1723 - 1794), o qual fora nomeado em dezembro de 1755 e havia pouco entrara no exercício de suas funções.

Mello e Póvoas, na carta-relatório de 16 de janeiro de 1760 dirigida ao ministro adjunto dos Negócios do Reino, Mendonça Furtado - cujo teor, quatro dias depois, levou ao conhecimento do ministro da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real – fala das providências que tomou naquela oportunidade. Dela extraímos o seguinte trecho:

“Nesta mesma viagem, fui à antiga aldeia dos Abacaxis a qual está mudada para Itacutiara [assim mesmo no original], situação sem dúvida a melhor desta Capitania e a erigi em nova vila de Serpa, segundo as ordens de Sua Majestade que Vossa Excelência me deixou para assim o fazer. O capitão engenheiro Filipe Sturm fez a planta da dita vila e nela fez as demarcações precisas para se levantarem todos os edifícios que naquela vila deve haver (...). Na criação desta vila usei toda a mesma formalidade que vi praticar em todas as que Vossa Excelência criou, e que eu tive a honra de assistir. Remeto as plantas de Borba, Serpa e Silves para que Vossa Excelência veja a forma que devem ter”. (in “Cartas do primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro Joaquim de Mello e Póvoas”, CEDEAM-UFAM, Manaus, 1983).

O projeto de vila que o governador encomendara ao engenheiro militar alemão previa um traçado com forma de hexágono e jamais foi executado. O original manuscrito da respectiva planta encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa – foto dela consta na parte iconográfica deste livro.

Mello e Póvoas, à frente de enorme comitiva, deixou Barcelos e primeiramente visitou Borba, onde passou alguns dias tratando com seus dirigentes e encaminhou-se a ajudar os munícipes. De lá rumou para o povoado à ilhargia do sítio Itaquatiara, aonde chegou às vésperas do final de 1758. E, como havia marcado para o dia seguinte a inauguração da vila, encontrou

um ambiente nervoso, agitado. O grosso da população, estimada em mais de 400 pessoas, era de índios aculturados; havia uns 55 residentes brancos e dois ou três escravos. Estavam ali, além do governador: o vigário-geral, o ouvidor e intendente-geral, o escrivão judicial e de notas, oficiais e soldados da força militar, feitores, comerciantes e, obviamente, os comunitários previamente escolhidos para tomar posse como agentes públicos.

Na manhã do dia seguinte, 1º de janeiro de 1759, obedecidos os termos do Código Filipino e da legislação acessória que regulavam o regime municipal português, dar-se-ia o ato solene da instalação da vila – acontecimento auspicioso, que augurava a vitória. Assim sugeria a data simbólica. No rol do calendário juliano reformado pelo papa Gregório XIII (1502-1585), 1º de janeiro é dia santo de guarda e efeméride do mais alto significado por que dedicado à paz e à fraternidade universal. O povoado, que iria receber o foral de vila com o título de Nossa Senhora do Rosário de Serpa e suceder à antiga missão itinerante do Madeira, antecipava a cidade da Pedra Pintada. Prometia. Dava esperanças de bom futuro.

## CAPÍTULO III





## ÍNDIOS EM ITACOATIARA

O RIO AMAZONAS corta ao meio o Município de Itacoatiara. Costumo citar em minhas palestras e entrevistas que, desde o início do período pré-colombiano ao final do século XVIII, o poderoso caudal amazônico constituiu-se num imenso corredor cultural por onde transitaram milhões de membros da civilização das selvas, em sucessivas ondas e num vai e vem constante.

A viagem do capitão espanhol Francisco de Orellana (1541/1542) revelou uma Amazônia de ocupações densas, diferentes da baixa densidade demográfica das aldeias indígenas atuais – quadro que ainda se mostraria significativo à passagem de Pedro Teixeira quase um século depois.

Pela descrição de frei Gaspar de Carvajal, o cronista da expedição, os primeiros habitantes do médio Amazonas eram idólatras. Tinham lá seus mitos, “sendo o Sol que eles adoram e têm como seu Deus”. Em junho de 1542, estando os viajantes abaixo do Rio Negro, aportaram “numa aldeia de medíocre tamanho, onde a gente nos esperou. Havia lá uma praça muito grande e no meio da praça um grande pranchão de dez pés em quadro, pintado e esculpido em relevo, figurando uma cidade murada, com a sua cerca e uma porta. Nesta porta havia duas altíssimas torres com as suas janelas, as torres com portas que se defrontavam, cada porta com duas colunas (...). Havia no meio desta praça um buraco por onde deitavam, como oferenda ao sol, a chicha que é o vinho que eles bebem (...). Encontrou-se

também nessa praça uma casa muito pequena (espécie de oratório), dentro da qual havia muitas vestimentas de plumas de diversas cores, que os índios usavam para celebrar as suas festas e bailar quando se queriam regozijar diante do já referido pranchão, e ali ofereciam seus sacrifícios com a sua danada intenção”. Mais abaixo, sempre descendo o imenso rio, seguramente próximo à foz do Madeira, encontraram “outra [aldeia], muito grande, que tinha o mesmo pranchão e divisa. Partindo dali, passamos por outros povoados, onde os índios nos esperavam em pé de guerra, como gente belicosa, com suas armas e [escudos] nas mãos, fazendo grande algazarra, gritando por que fugíamos, se eles ali nos esperavam (...). Em algumas partes, os índios de terra e nós da água nos fazíamos guerra, [e eles] eram muitos (Carvajal, 1941)”.

Carvajal explicita que ao longo do caminho, já no território de Itacoatiara, havia uma grande diversidade de tribos. Os indígenas defendiam com valentia o seu espaço, porém, mais fortes em armas e astúcia, os europeus agiam com redobrada violência. Os fatos comprovavam que além de inumeráveis os nativos eram fartos em alimentos. À altura do Paraná da Eva, baixando o rio, os expedicionários defrontaram com uma pequena povoação onde havia “muito peixe secando nos varaus [e] muita comida, especialmente peixe, que havia em tal abundância que pudemos abastecer largamente os bergantins”. Várias vezes, tanto ao ocupar pela força como ao ser recebida amistosamente em povoados, ao longo da viagem, a expedição não teve dificuldade aparente em se abastecer de milho,

farinha, frutas, peixes e tartarugas. Nas cercanias de São José do Amatari entraram em conflito com os índios, mataram vários deles enforcados e outros feitos prisioneiros. Em frente ao Rio Madeira os expedicionários viram “umas povoações muito grandes sobre uma lombra – suponho que a Ilha do Cumaru - que chegava até à margem do [Amazonas]”. Ali, “levantaram-se mais de cinco mil índios com as suas armas, e começam a dar gritos e a desafiar-nos, a bater com as armas uma nas outras, fazendo um tal ruído que parecia que o rio vinha abaixo. Passamos adiante e, obra de meia légua depois, – penso que próximo ao Paraná do Arauató - demos com outro povoado maior, mas aqui nos fizemos ao largo (...). [Continuamos] o nosso caminho, sempre entre lugares [muito] povoados (Carvajal, 1941)”.

Nas terras da margem esquerda do Rio Amazonas, que se estendem do Rio Preto da Eva, no limite oeste do Município de Itacoatiara com o de Manaus, à foz do Rio Uatumã, no atual Município de São Sebastião do Uatumã, a leste, a movimentação dos primeiros residentes foi intensa e muito forte.

Povos de língua Aruak, procedentes das regiões fronteiriças de Venezuela e Colômbia, há vários milênios haviam se estabelecido naquelas terras. Em 1550/1650, a população preponderante na margem esquerda, entre o Urubu e o Nhamundá, era de índios da nação Aroaqui. A leste, na bacia dos rios Nhamundá e Trombetas, havia os Conduri; e a oeste, da barra do Rio Negro até o Urubu, os Tarumãs. Na segunda metade do século XVII, o circuito Urubu-Uatumã era lugar de habitação de Aroaqui, Pareci (ou Pariqui) e Banauri. Mais ao centro vi-

viam os índios Anibá, no Rio homônimo. Bettendorff (1990), que nessa época visitou o Urubu duas vezes, identifica-o como “o rio dos Aroaqui”. Relata que Pedro da Costa Favela, no final de 1664, ali encontrou 96 aldeias dessa tribo.

O Rio Urubu tem cerca de 400 km de extensão. Nasce nas proximidades da Guiana Inglesa, corre em leito fixo, ora pedregoso, ora em argila, e desagua no Paraná de Itapiranga, ao largo da cidade desse nome. Nos séculos XVII e XVIII foi devassado por militares e civis a serviço da Coroa portuguesa. Explorado desde os idos coloniais por arqueólogos, astrônomos, botânicos, geógrafos, etc. - corre por detrás da cidade de Itacoatiara e nele avultam muitos aglomerados rochosos dignos de menção. Visitado em meados de 1750 pelo missionário jesuíta João Daniel, que o descreveu como “Rio de águas pretas e lindas praias célebres pelo grande provimento de tartarugas (...) por isso, muito frequentadas dos portugueses, que dos seus ovos fazem manteigas, de que saem todos os anos muitos mil potes (Daniel 1976)”.

Nos lugares Maguari, Sangaris e Aibú, ao longo de suas margens, mil legendas e desenhos esculpidos em rochedos fazem despertar curiosidades. Foi visitado, pelo menos três vezes, pelo cientista João Barbosa Rodrigues (1842-1909). Na vazante de 1926, após detida pesquisa no Sangaris, ele descobriu as ruínas de um templo místico formado de blocos de pedras, e dotado de altares conhecidos pelo nome de Cuaruaras. Para Barbosa Rodrigues – segundo nos informa o historiador Manoel Anísio Jobim (1877-1971) – as inscrições do Urubu não são de autoria autóctone e as atribui (creio que equivocadamente) aos gregos e fenícios que “em tempos imemoriais passaram por aquela região (Jobim, 1948)”.

Supersticiosos afirmam que o afluente Sangai ou Sangaris – que em tupi significa figura, imagem – ainda é pouco navegado, face às fantásticas histórias contadas em torno das imagens e dos escritos pré-históricos que suas rochas contêm. As pedras pintadas do Urubu – conforme foi dito antes - guardam similitude com as encontradas na enseada do Jauari, em Itacoatiara. Ambos locais carecem de proteção e tombamento.

“Rio sagrado dos Aroaqui“, o Urubu tem a mesma simbologia do Rio Negro. Ambos sediaram tragédias que resultaram no extermínio de várias populações nativas do Amazonas. O lendário curso d’água atravessa duas vezes a Rodovia estadual “Antônio Vital de Mendonça” (AM-010), à altura de seus km 180 e 247. Suas cachoeiras mais importantes são Iracema e Lindóia.

Por Amatari também transitaram índios Aroaqui. Ao tempo da primeira entrada dos jesuítas no Amazonas (1657) era uma populosa aldeia dessa tribo. Sobre ela, João Barbosa Rodrigues escreveu: “... na terra firme do Amatari fundou o padre [Francisco] Veloso a sua missão” que mais tarde passou à responsabilidade do padre Aluísio Conrado Pfeil. Com os Aroaqui conviveram em Amatari os Periquito e os Sapopé (ou Sapupé) – todos pertencentes ao grupo Tupi, e os últimos procedentes do médio Urariá. O padre José Monteiro de Noronha, então vigário da Capitania de São José do Rio Negro, inclui em 1768 como moradores do Rio Uatumã, além dos Aroaqui e Pariqui, os Terecumã e Sedeuy. Segundo o mesmo, “os Periquito tinham as faces matizadas com sinais pretos que lhe faziam os pais na sua infância com pontas de espinhos e tinta negra aplicada nas picaduras dos mesmos espinhos”. Os Sapo-



pé eram estigmatizados por adotar o hábito da antropofagia. Antes do contato, pensavam que todas as almas se reuniam num determinado lugar, onde viviam tranquilamente, durante muitos anos. Como prova de seu desapego a bens materiais, os Sapopé costumavam enterrar os seus mortos queimando antes aquilo que eles possuíam. Tisnavam os rostos esculpindo-os de figuras. Objetivando “esconder as vergonhas”, suas mulheres cobriam-se com folhas de árvores.

Os Aroaqui eram inimigos ferrenhos dos Pariqui e dos Anibá, e com eles estavam sempre guerreando tendo por anfiteatro da luta os rios Jatapu e Anibá. Acossados pelos Pariqui, provavelmente deixaram a região no início do século XVIII e subiram o Rio Negro. Ficariam em seu lugar os Mura, grupos de cultura e língua isoladas, procedentes do Madeira, que se espalharam pelas regiões do Rio Urubu, Amatari e Autazes. Quanto aos Pariqui, foram em 1775 descidos para a então vila de Serpa.

Loureiro (1978) conta que, em 1708, os Pariqui se “revoltaram e destruíram a missão de Taracuera, afluente do Uatumã, e mataram os missionários capuchos Antônio de Vila Viçosa e Pedro de Évora. Em seguida, houve um confronto entre a tropa do capitão-mor Pedro da Costa Rayol e os nativos” amotinados resultando em sofrimento e morte para ambos os lados.

Conforme Jobim (1948), dos Aroaqui só restaram os cerâmicos do cemitério que construíram na Costa de Miracangüera, fronteiro à Ilha Maria Benta e ao Paraná do Arauató, na margem esquerda do Amazonas, pouco acima desta cidade. A necrópole indígena antecedeu ao ‘descobrimento’ da América e durou até



a dispersão dos índios Aroaquis, entre o final do século XVII e princípios do seguinte. “Deverá ter sido fundado pelo povo Aroaqui que se espalhou numa grande onda humana até as Antilhas.” Com quase um quilômetro de extensão, devido aos desmoronamentos provocados pela correnteza do Amazonas, há muito tempo se encontra totalmente descaracterizada. As impetuosas águas do gigante fluvial escavaram o lugar, deixando à mostra um rico tesouro arqueológico que se ocultava debaixo de rochas. Estudado por cientistas nacionais e estrangeiros, teve seu acervo – louças de barro cozido e igaçabas de várias formas e tamanhos – revirado pelas águas. A maior parte desse rico material foi coletada e desviada para museus de Belém, capitais do centro-sul do País e até do exterior (Noronha, 2006; e Jobim, 1948). Muitas peças integram coleções particulares Brasil afora. Outros objetos cerâmicos, ou pedaços deles, colhidos de forma aleatória nas áreas urbana e periférica da cidade, integram o acervo da Galeria Terezinha Peixoto, que os disponibiliza para consulta. Outro contingente de peças se encontra no Museu Amazônico e no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – ambos na cidade de Manaus.

A principal riqueza arqueológica do Brasil, sem dúvida, é a cerâmica indígena. A pesquisa e a divulgação do assunto na Amazônia – sobretudo em nosso Estado – são quase nulas. Inexistem referências sobre os vasos da necrópole indígena de Miracangüera – que significa “osso de gente que existiu”. Para Jobim (1948), Miracangüera, “na sua mudez álgida, reflete os vestígios da extinta raça dos Aroaqui, e da civilização que ela

trouxe, e não a obra de uma civilização estrangeira pré-histórica”. E o zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917) escreve: “Até hoje, uma só voz se levantou, declarando positivamente que os construtores dos aterros sepulcrais de Marajó não são pré-históricos, que foram os Nheengãibas, um ramo colateral dos Aroaqui. Foi Barbosa Rodrigues que chegou a este resultado pelo estudo comparativo da cerâmica funerária de Miracangüera (Serpa), no vale amazônico”.

Conforme atestado por Noronha (2006), em 1768 “o Rio Urubu era habitado só pela nação Aroaqui”. Antes, foi “terra de muito gentio. Nela esteve, em outro tempo, fundada uma grande e populosa aldeia administrada pelos religiosos mercedários, e se extinguiu, fugindo os índios seus habitantes depois de tirarem a vida ao seu missionário frei João das Neves (c.1637-1714), animados de um espírito de rebelião e a impulsos de sua natural inconstância na firmeza da sua fidelidade (Noronha, 2006)”. Igual opinião do ouvidor-geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1741-1807) que escreveu em 1774/1775: “Os religiosos mercedários tinham [no Rio Urubu] uma missão que depois se extinguiu pela rebelião dos índios e morte do seu missionário”.

Os Aroaqui se notabilizavam pela perfeição com que fabricavam artefatos cerâmicos. Ainda trabalhavam na pesca, na caça e na agricultura. Destemidos guerreiros, sua estatura era um pouco mais baixa que a normal, a pele morena, olhos amendoados e cabelos negros lisos. Samuel Fritz não os cita em seu Diário, fato surpreendente porque no seu Mapa do Rio Amazonas (1691) menciona o Urubu como local de domínio

dos índios dessa tribo. Além das baixas resultantes dos males que contraíram e das expedições de guerra que se lhe moveram, perseguidos, os Aroaqui aos poucos foram deixando a região e avançaram floresta adentro. Ainda em 1890 havia descendentes deles nas cabeceiras do Uatumã e na Guiana Inglesa, onde eram denominados de Aroaks.

O curso do Amazonas não foi a principal rota de dispersão Aruak. Os índios dessa etnia também migraram pela periferia da bacia, tanto pelo norte como pelo sul, a partir do Peru. Desde o Caribe, região donde procederam, passaram a disputar o mesmo espaço com os Karib.

A prova da presença humana no trecho norte do Rio Amazonas são os desenhos rupestres descobertos nas rochas ao longo do Urubu e as existentes no sítio Itaquetiara, em plena área urbana de Itacoatiara, no bairro do Jauari, e os fragmentos cerâmicos coletados no sítio Miracanguera, na orla do Amazonas junto ao Paraná do Arauató - sem deixar de citar inúmeros outros achados no bairro da Colônia e no entorno da Exportadora Hermasa, pouco acima do Igarapé de Serpa. Ao todo são cerca de 30 sítios arqueológicos de diferentes datas, com vestígios que vão de 02 mil a 07 mil anos antes do tempo atual. Graças a um convênio celebrado entre o IPHAN, a UFAM e a Prefeitura de Itacoatiara, uma equipe de técnicos dirigida pela arqueóloga Helena Pinto de Lima, da Universidade de São Paulo, vem desenvolvendo, a partir de 2009, atividades de pesquisa e difusão científica no baixo Rio Urubu e nas áreas acima citadas de Itacoatiara.

Os sítios arqueológicos localizados nessa área estão agrupados sob o Horizonte Inciso Ponteadado, caracterizado pelas incisões profundas e pela técnica de ponteação, que os arqueólogos associam-na aos antepassados dos povos de língua Karib. Quanto aos restos cerâmicos e às peças a que nos reportamos, estão sob a análise laboratorial da UFAM. Em meados de agosto deste ano, parte do acervo já coletado foi exposta no Centro Cultural Velha Serpa.

Como se sabe, o nome Itacoatiara (termo aportuguesado do tupi i'tá kwati'ara, que se traduz para pedra pintada ou riscada), provém da existência de pedras que ornaram o porto do Jauari. As inscrições nelas existentes só são vistas na época da baixa das águas, em pleno verão, quando ficam à mostra. Jobim (1948) lembra que essas e outras inscrições são de autoria indígena e, para isso, pauta-se em “Barbosa Rodrigues [e Luiz Fróes da Cruz]” que “atribuem a obra aos silvícolas (...) e consideram o fato como comemorativo da invasão dos Aroaqui no Amazonas”. Jobim também cita os etnógrafos Teodoro Sampaio (1855-1937) e Estevão Pinto (1895-1968) – o primeiro “pensa que as inscrições [do sítio Jauari] acodem a sentimentos religiosos, têm caráter cultural ou propiciatório, assinalam cemitérios”. Praticamente repete o segundo, o qual “acredita que [em casos como esses] há inscrições de caráter religioso e propiciatório, como as há de feição puramente artística”.

Ressalte-se que os sítios Miracanguera e Itaquiara desde o século XIX foram visitados pelos seguintes homens de Ciência: João Barbosa Rodrigues – em 1870 e 1926; o cana-

dense Charles Frederick Hartt (1840-1878) – em 1874; Domingos Soares Ferreira Pena (1818-1888) – em 1877; José Lustosa da Cunha Paranaguá (1855-1945) – em 1882; o conde italiano Ermanno Stradelli (1852-1926) – em 1883; o alemão Kurt Nimuendaju (1883-1945) – em 1925; e Bernardo Azevedo da Silva Ramos (1858-1932) – em 1926.

No baixo Urubu, a equipe da professora paulista Helena Pinto de Lima tem priorizado os sítios Caretas e Pedra Chata, distantes uns 20 km da cidade de Itacoatiara. Lá se encontra o maior número de desenhos rupestres de faces humanas e animais talhados em rochas, à beira do rio, e é muito provável que tais inscrições pertenceram aos Aroaqui. O mesmo padrão de petroglifos encontra-se também em rochas do sítio das Lajes, próximo de Manaus. O sítio Pontão, no Município de Silves, compõe um complexo de pequenos sítios arqueológicos interligados, cujas cerâmicas se assemelham às do sítio Caretas. Tais desenhos podem ter sido a principal forma de comunicação entre as populações pré-históricas de Silves, Itacoatiara e Manaus.

Quanto à margem oposta do Amazonas, no trecho intermediário entre os rios Tapajós e Madeira abarcando os sertões que nos idos coloniais pertenceram a Itacoatiara, ali predominaram povos das etnias Karib e Tupi. Destacam-se como principais fontes, a respeito, os relatos do navegador espanhol Francisco de Orellana, do capitão português Pedro Teixeira, do padre jesuíta alemão Samuel Fritz e de outros viajantes dos séculos 16 a 18.

Ano de 1639. Na viagem de volta de Pedro Teixeira, a geografia humana do médio Amazonas ainda se encontrava livre do etnocídio que avançava na Amazônia Oriental. À época, conforme o relato de Acuña (1994), “Das nações [do Rio Madeira], que são muitas, destacam-se as dos Zurinas, seguidas das Cayanas, Ururihaus, Anamaris, Guarinumas, Curanaris, Erepuacacas e Abacatis (Abacaxis). E a partir da foz deste rio, seguindo pelo Amazonas, vivem os Zapucayas e os Urubutingas (...) peritos em lavar objetos de madeira. Depois, os Guaranaguacas, Maráguas, Quimaus, Burais, Punouys, Oreguatus e Aperas”.

Acuña (1994) prossegue: “A vinte e oito léguas da boca do [Madeira], há uma formosa ilha (...) toda povoada pelos valentes Tupinambás, gentio que, após a conquista do Brasil, em terras de Pernambuco, há muitos anos, saiu derrotado, fugindo do rigor com que os portugueses o sujeitavam (...). Têm coração nobre e afidalgado, embora quase todos os que atualmente [1639] vivem neste rio sejam filhos e netos dos primeiros povoadores...”. Eram peritos na arte de “fazer machado de pedra de que precisam para a derrubada das árvores quando querem cultivar a terra”.

Realmente, a migração dos Tupinambá do litoral do Brasil para a Ilha de Tupinambarana, no baixo Rio Madeira, aconteceu no final do século XVI – trajetória que durou cerca de meio século. Atravessaram o Continente até o sopé dos Andes na Bolívia, desceram o Rio Madeira, fixaram-se na citada ilha e depois se dispersaram por toda a Amazônia. Em meados do



século XVII, um grupo desceu o Amazonas e passou a morar no Tocantins; e por isso eram chamados os Tupinambás de baixo, ou Tupinambás novos.

As nações mais conhecidas do Madeira, no final do século XVII, eram os Iruri, os Parana-pixana, os Torori, os Aripuanã, os Onicoré, os Arara e os Abacaxis, todos pertencentes ao grupo Tupi, à exceção dos Arara, do tronco Karib.

Os Iruri foram contatados no final de 1683 e os Parana-pixana, Torori, Aripuanã e Onicoré, no início de 1689. Pertenciam a um único grupo tribal designado por Bettendorff (1990) como “nação dos Iruris”. Antes de serem cristianizados, adotavam uma estranha cerimônia fúnebre: levavam seus mortos “para uma espelunca, onde também guardavam carnes e peixes numa rede, arco, flechas e todas as outras coisas a viver confortavelmente, e se o cadáver era de alguém de maior nobreza ou da ordem dos guerreiros, dois servos e duas servas os acompanhavam, sendo com eles sepultados (Bartolomeu Rodrigues)”. Ultrapassada essa fase, os Iruri passaram a ser vistos como “sóbrios no vinho e industriosos em trabalhar”. Teciam panos de algodão e de linho e faziam canoas; permutavam materiais de seu uso comum e viviam entre si “com paz e concórdia indizíveis e com grande veneração pelos padres, nisto superando todas as outras nações. Uma única coisa perturbava a tranquilidade desses povos: os Maué, gente cruel e brava.”

Os Arara eram numerosíssimos e ocupavam a foz do Rio Ipitia ou a Ilha dos Arara, acima do Rio Aripuanã. Provavelmente antropófagos, distinguiam-se por riscos atravessados



das laterais da cabeça aos cantos da boca, imitando a ararauna, ou arara-canindé, ave amazônica de grande porte, cor azulada e bico muito forte. Depois de contatarem com os brancos partiram em direção sul onde ocuparam várias posições na região encachoeirada do Rio Madeira. Segundo Bettendorff (1990) os Arara “Eram tão numerosos que se igualavam às folhas do mato em que habitavam”. Tinham por vizinhos os Anhangatinga, que costumavam cremar os cadáveres de seus companheiros e parentes e beber suas cinzas misturadas ao vinho.

Os Abacaxis, cujo nome antigo, segundo referência do jesuíta Bartolomeu Rodrigues, teria sido Chichirinin, foram pela primeira vez citados no relatório de Acuña (1994), em 1639. Essa tribo deu nome à aldeia para onde foi transferida em 1696 a missão itinerante da qual resultou a vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa e atual cidade de Itacoatiara. Eram numerosíssimos, antes do contato, e acreditavam que “gozará de vida feliz e eternas alegrias” aquele que, na guerra, fez maior chacina de seus inimigos e que maior quantidade de seus ossos juntou em suas malocas.

Os Torá ou Toratoraris, grupo xapacura procedente da área do Maici, desde a foz do Machado até as cabeceiras do Rio Marmelos, no século XVIII guerreavam contra os colonizadores naquela região. Para Bartolomeu Rodrigues, eram “em tanta multidão que as [demais] nações lhes chamavam o Formigueiro”. Derrotados, depois de várias guerras, quase nada restou deles. Os que sobreviveram, em 1716, tiveram que se aldear com os Abacaxis.

Na metade do século XVIII, a região banhada pelo Paraná do Urariá, na região intermédia do Madeira-Tapajós, ainda era habitada pelos Sapupé, Comaní, Curitiá, Urupá, Aitouariá, Acaraiuará, Brauará, Maturucu e Abacaxis. Também por ali circulavam os Torá e os Mura.

Os Mura, citados pela primeira vez em 1714 numa carta que Bartolomeu Rodrigues enviou ao padre Jacinto de Carvalho, migraram do Peru, desceram o Rio Solimões e passaram às regiões do Madeira e Autazes. Nesta última, a comunicação era facilitada graças à infinidade de igarapés, lagos e igapós. Segundo Bates, os Mura se aproximariam dos Tupi pelo costume de usar o alucinógeno paricá, como os índios Maué. Gentio de corso e extremamente agressivos, dominaram o Madeira e seus tributários durante mais de meio século. Daniel (1976) define como causa para o início das hostilidades os desmandos de um português que, aproveitando-se do trabalho feito entre eles por um padre, escravizara um grupo de índios, enviando-os presos para Belém. Em várias ocasiões os governadores do Grão-Pará e os capitães-gerais do alto Rio Negro mandaram tropas para combatê-los. Os intentos civilizatórios do governo, as cruzadas apostólicas dos jesuítas, as perseguições de outras tribos e a varíola incidiram com o tempo sobre eles. Só em 1784 os Mura encerrariam as hostilidades contra os brancos. Nessa época, segundo Porro (1992), “a vila de Serpa (depois Itacoatiara) já aparece como povoação ‘moderna’, de brancos, mestiços e índios cristianizados”.

Na segunda metade do século XVIII, as etnias que formavam a população da antiga Serpa eram as seguintes:

Abacaxis, Baré, Aponariá, Curuaxiá, Iruri, Juma, Juqui, Onicoré, Pariqui, Sará e Urupá – todas oriundas da região do Madeira, exceto a dos Pariqui, mais tarde descidos do Uatumã. Noronha (2006) lembra que os nossos “primeiros povoadores” foram os índios Iruri, “aos quais se agregaram os Abacaxis e outras muitas tribos”. Num relato de 1768, esse autor enumera as tribos que habitaram Amatari e o seu entorno: Aroaqui, Sapupé, Periquito e Mura.

\*\*\*\*

Estes povos estão extintos ou destribalizados há mais de duzentos anos. “No século XVIII boa parte havia sido dizimada e incorporada como mão-de-obra servil nas vilas e fazendas portuguesas e seus remanescentes haviam-se refugiado pela terra firme, longe dos rios frequentados pelos colonos (Porro, 1992)”. Pouquíssima coisa sobrou do modelo demográfico característico do período pré-colonial, de forte concentração indígena, encontrado em Itacoatiara. Em 2007 apenas 350 descendentes de índios Mura foram registrados ocupando quatro aldeias no entorno da cidade. Três anos antes eram 477 espalhados pelo Urubu e Paraná do Arauató (FUNAI e DOU de 28.10.2004).

O registro da presença, ou da atividade pretérita dos nossos primitivos habitantes ressoa nostálgico e triste, nos seguirá por toda a vida. Mas, há outros instrumentos, sinais alusivos a essa antiga trajetória. São as “pedras pintadas” – nome dado às rochas ribeirinhas com inscrições rupestres - os cacos cerâmicos e outros materiais arqueológicos que reportam as idas e

vindas de inúmeras nações, o sistema de comunicação e a relação entre tribos; e o acervo de nomes interrelacionados com aqueles recuados tempos identificadores de lugares urbanos e rurais, hábitos alimentares, elementos da flora e da fauna e acidentes geográficos.

Destacam-se as denominações: Açacu, Açai, Aibú, Arapapá, Arari, Arauató, Arumã, Beiju, Biribá, Cacauari, Cacauarana, Cainamã, Canaçari, Canoa, Carão, Caxinauá, Chibé, Crueira, Cumaru, Guaraná, Iaçá, Igarapé, Ingáipaua, Iraci, Jauarí, Lindóia, Macaxeira, Mandioca, Mangaratiba, Maquira, Mixira, Moqué, Mutirão, Nheengatu, Panema, Piquiá, Piracema, Pirarucu, Poranga, Remanso, Siripá, Tacacá, Tapioca, Tambaqui, Tipiti, Tucupi, Uxituba, etc..

Esses termos e os referentes às etnias responsáveis pela formação do povo de Itacoatiara, além do ideário que propõem e da paisagem que oferecem, estão absolutamente à mercê dos cronistas, poetas, compositores e amantes das artes cênicas e pictóricas. A comunidade espera que – inspirados neles - produzam trabalhos fartos em número e em qualidade, de endeuamento da cidade da pedra pintada, cuja história, costumes e tradições contemplam a natureza e flutuam em direção aos horizontes da criação, da música, da poesia, e da beleza.

\*\*\*\*

Conforme alguns dados etnogeográficos alusivos ao século XVIII, os indígenas do Madeira viviam de forma muito organizada e harmônica. Existiam dois tipos de casa: a mais simples,

ocupada por uma única família, chamada de oca, e outra coletiva, denominada de maloca, construções de pau-a-pique, cercadas e cobertas de palha trançada ou folhas de grandes árvores. Tais povoações continham uma praça central em cujo entorno se erguiam as casas, geralmente distribuídas em círculo.

Noronha (2006) informa que “Nas cerimônias, ritos, bailes, adornos de penas, rusticidade e costume, não diferem muito os índios do Amazonas”.

No final da primeira metade do século XVIII, os jesuítas Anselmo Eckart, alemão, e João Daniel, português, que transitaram pela região do Madeira, noticiam o modo de vida nos aldeamentos missionários, seu equipamento material, o tipo de moradia, a pesca, o plantio e o preparo dos alimentos, as crenças, os ritos funerários e as bebedeiras dos índios. Nas missões de Abacaxis e Trocano (Borba), as casas dos indígenas eram feitas de madeira e pindova, espécie de palmeira muito comum na região. Com esse material não apenas se faziam os telhados, mas também as paredes, portas e janelas. Eram casas enormes, com vários cômodos grandes e pequenos. Os esteios serviam para armar as redes de dormir. Em geral, as casas possuíam duas portas. Assim, quando chegava alguém que não fosse do agrado dos índios, estes escapavam furtivamente pela porta dos fundos.

Segundo Eckart, citado por Porro (2011): “Na minha época, nas missões dos jesuítas, a maioria das igrejas e casas dos padres é coberta de folhas de pindova, [que] são estreitas e muito compridas e crescem para cima em linha reta, reabrindo a cana (o caule da planta). É preciso colocar muitas canas

uma em cima da outra para que as folhas cubram a casa; elas são inicialmente verdes, tomando depois a cor clara. Quando estive na missão de Abacaxis, a casa da missão foi coberta em um dia, nela trabalhando de 50 a 60 índios (...). Havia em certas localidades casas muito grandes em que as pessoas solteiras moravam sozinhas, os homens separados das mulheres (Porro, 2011)”.

Daniel (1976) comenta: As casas dos indígenas eram “cobertas com folha de palmeira”. Não necessitam de pregos “para segurarem os esteios, nem para segurança dos caibros, travessas, paredes, e telhado, porque tudo vai atado com cipós, excelentes cordas da América” (...). Costumam fazer “estas casas tão grandes e espaçosas que há povoações que não tem mais que uma, onde vivem para cima de cem, e duzentas pessoas; e posto que haja mais casas, todas são de bom tamanho, capazes de hospedar muita gente” (...), onde “vivem pais, mães, filhos, filhas e parentes, todos juntos”. “Nas suas povoações, além destas suas casas particulares, [há] outra muito maior, que chamam casa do paricá, comum a todos e ordinariamente descoberta pelos lados. Neste casarão (...) se ajuntam como em câmara para os seus conselhos de guerra; nesta mesma fazem as suas festas e beberrias, os seus saraus, danças e mais funções”.

Daniel (1976) prossegue: “Os índios, embora criados à lei da natureza, obedecem aos tuxauas. Os filhos obedecem com muita sujeição aos pais, e os mais moços aos mais velhos. Nutrem grande veneração pelos idosos, especialmente às velhas”. Por orientação dos jesuítas já andavam vestidos... De “ordinário [os homens se vestiam] com uma camisa grossa de algodão



e uns calções, e as mulheres uma camisa degolada (...) que lhes chegam até a cintura, e uma saia até o artelho, ou meio da perna, ou até os joelhos”.

Informação, aliás, pouco divergente da esposada por Eckart: “Andam inteiramente nus (...), embora muitas vezes [cobrem] com folhas, penas ou outra coisa o que é necessário cobrir. Nas missões, já abençoados, consagrados e promovidos na crença cristã (...) andam vestidos (...). Os homens e [as] mulheres vestem camisas de pano nos dias de festa; usam também panos listrados. As índias de mais posse vestem saíotes de meia seda; enfeitam a cabeça à moda portuguesa com lindas fitas, além de brincos, colares e pequenos braceletes”. Para distribuição entre as tribos, “de Lisboa chegavam varas de algodão, tecidos lisos e listrados, chapéus, agulhas de costura, barretes, facas, sal, pratos e espelhos (Porro, 2011)”.

Os índios se dirigiam ao padre missionário na língua geral, mas em suas casas falavam cada um a sua língua. “Os chefes de aldeia vendiam seus súditos [aos colonos] por uma garrafa de aguardente. Os índios pescavam com flechas e quando acertavam o peixe nadavam atrás dele e tiravam da água a flecha com o peixe”. Especializados em preparar diferentes tipos de vinho de frutas e raízes, da mandioca espremiam uma boa aguardente, que denominavam de capi acanga ou cabi tatá. Sobressaíam os vinhos de açaí, de maracujá, o aluá (feito da casca do abacaxi), a mangaratiba (do sumo da mangarataia), etc.. As cuias onde se serviam de água, vinhos, etc., tinham sua parte externa pintada de tinta preta misturada com goma, de modo que fica-



vam como que envernizadas. Certas tribos faziam constar nesses recipientes pinturas de figuras de árvores, pássaros, peixes e outros animais, tornando-os ainda mais belos.

Os índios do Madeira, por serem as noites muito frias, mantinham o tempo todo um fogo perto de suas redes. Em viagem costumavam apoiar seus remos sobre os ombros e pendurar neles as suas redes – chamadas na língua da terra de *kuçaba*. As redes de pesca eram o *puçá* (*pyçá*). As redes em que as mulheres carregavam seus filhos eram chamadas de *typoia*. Pintavam suas panelas de barro com uma goma ou resina chamada *háycica*. No calafeto de seus barcos e de suas gamelas era usado breu – *cycáta* ou *iraitúna*.

Os indígenas, quando morria algum amigo, costumavam cortar os cabelos em sinal de pesar. Pintavam o corpo “principalmente com tinta extraída do jenipapo (de coloração negra) e do urucu (vermelha)”. Quando de suas “festas com danças, usavam pequenos aventais de penas coloridas. Nas festas, dançam e cantam ao som do tambor; isso dura toda a noite e eles esquecem o sono (Porro, 2011)”. Além do tambor, usavam os seguintes instrumentos de sopro: trombetas, apitos e berimbau de boca.

Padre Eckart discorre sobre alguns animais comestíveis e os pratos preferidos dos indígenas. Eles comiam os peixes mais frescos e a melhor carne. “Nas aldeias costuma-se comer peixe à noite (...). Quando eles se animam a pescar ou caçar, “preparam tudo com a maior agilidade; carregam sempre consigo farinha, temperos que consistem em sal e pi-

menta, e acendedores de fogo, pela fricção de dois pequenos paus de madeira dura (...)”. No Madeira, a espécie mais frequente de tartaruga é o tracajá. As tartarugas são tão grandes que muitas pessoas podem fartar-se com uma única apenas. Nas vizinhanças do Madeira realiza-se anualmente uma grande caça às tartarugas no mês de outubro, quando também é feita a manteiga de tartaruga (...). Por vezes, uma tartaruga põe cerca de 100 ovos, os quais são mexidos na caldeira sobre o fogo até que se desfaçam e se fluidifiquem como óleo”. Muitas vezes, “os pescadores traziam do Lago do Sampaio tartarugas de um tamanho muito grande que, de uma só, poder-se-ia preparar uma refeição farta para dez pessoas”. Esses quelônios propiciavam o preparo de vários tipos de refeição. “Sua carne é cozida, assada e frita. O assado feito no próprio casco é retalhado ao meio e uma das metades é cortada em pedaços pequenos como para picadinho; e a outra cozida (...)”. O jabuti, “que é uma tartaruga terrestre, não é tão grande quanto às anteriores [porém] possui um fígado muito grande, que preenche todo um prato grande e tem um sabor muito bom, comparável ao do fígado do porco (...). Da carne do camaleão, que é branca como a de vitela ou de um frango, se prepara um bom almoço (Porro, 2011)”.

O padre alemão prossegue: “A caça [principal] são os veados e porcos do mato (...). A espécie menor de porco do mato, chamada de caititu, fazia grande estrago nas roças onde se planta mandioca”. A carne de paca “tem um sabor muito bom”, igualmente à da cutia. Em Abacaxis “tínhamos uma,

jovem [cutia], do mesmo tamanho de um cachorro, correndo dentro de casa”. Também há o jacu, “uma bela ave do tamanho de um galo, cuja carne é muito saborosa”. A carne do mutum, “uma ave que persegue peixes, frita, é muito boa”. O peixe-boi é um dos peixes mais preferidos, “tanto pelo tamanho quanto pela quantidade de carne (...). Do boi ele nada mais tem do que a semelhança da boca (...). A carne pode ser preparada como a do porco: assada, frita, defumada (...). Grelhado ou frito, cortado em pedaços, regado à manteiga, é guardado por muito tempo em grandes recipientes [podendo] ser transportado para a Europa”. O pirarucu, outro “peixe muito grande, (...) um alimento rústico, como o nosso bacalhau”. A piraíba é “também um peixe grande e de muito bom sabor (Porro, 2011)”.

Daniel (1976), mais explícito que Eckart, informa: “Todas as riquezas [dos índios] consistem em ter um pouco de farinha de pau, que é o seu pão ordinário (...). Um arco com as suas flechas, uma canoinha, que fazem de casca de alguma árvore, e um remo; ainda que esta não tem todos, contentando-se com uma pequena jangada feita de canas, com que atravessam os rios, e passam de uma para outras ilhas (...). Todos os seus móveis, trastes e instrumentos de casa se cifram em uma panela, uma cuia (...), uma maquirá (...) tecida de palmas, ou cipó. Alguns tem seu machado de pedra (...), a sua faca de pau ou casco de tartaruga. Além destes (...) tem o seu cachimbo, para se regalarem com o paricá, em lugar do tabaco (...). Nas mulheres é a proporção o seu dote, e alfaías

(...) uma cuia (...) de jequitiaia, ou malagueta, que lhe serve de tempero em todos os seus guisados; uma pequena panela, um ralador (...) de mandioca (...) e um guturá, certo gênero de cestos (...) em que metem todo este enxoval, quando vão de casa mudada”.

Os índios “só exercitam a pescaria, o caçar, em que são insignes com as suas armas de arco e flecha; como também insignes nadadores”. Praticavam a agricultura de coivara que geralmente consistia em roçados de mandioca. Torravam farinha e faziam beijos. Sua mesa farta e variada se constituía de caças de carne, peixes e tartarugas. Ordinariamente comiam tudo assado. Cozinhavam seus mingaus em panelas de barro (igaçabas) e serviam as refeições ora em cuias, ora em folhas de árvores. Temperavam os seus alimentos com limão, tucupí, mangarataia e pimentas (de preferência da espécie malagueta).

Os indígenas não conseguiram disfarçar; foram realmente competentes. A maior parte das normas gastronômicas ou dietéticas que vigoram até hoje, foram inventadas por eles. Além da salga, nos inventaram dois tipos de conservar peixe e carne: o moqué e a mixira. Da sua arte culinária herdamos, além dos tipos de farinha de mandioca d’água, seca e de tapioca, um número elevadíssimo de nutritivos e saborosos pratos, tais como: moqueca de peixe e carne (o assado na grelha); caldeirada de carne e de peixe; cozidão de miúdos de pirarucu; panelada (de vísceras ou miúdos de carne), maniçoba (dos grelos de mandioca misturados com

carne ou peixe); farofa, guisado, picadinho e sarapatel de taruga; vinhos (refrescos) de abacaxi, açaí, bacaba, cacau, limão, mangarataia, etc.. – destacando-se os rituais da feitura do aluá, do chocolate ‘caseiro’ e da mangaratiba: 01 – o aluá era (ainda é!) a bebida feita com cascas de abacaxi, fermentada com açúcar, em potes de barro; 02 - o chocolate era feito dessa forma: as amêndoas do cacau eram secadas ao sol, torradas em fogo brando e em seguida socadas em um pilão. A pasta daí originada era cozida e peneirada, e, pronto, estava feito o chocolate; 02 – a mangaratiba: tipo de vinho rascante que resulta da fermentação do sumo de mangarataia.

Também foram criados pelos índios os mingaus de jurumum, cará, macaxeira, castanha, milho e os dos subprodutos de mandioca: crueira, chibé ou jacuba (pirão) e tacacá (o mais famoso); os bolos tipos beijus (beijuaçu, beijucica, membeca, tapioquinha), carimã e pés-de-moleque; os doces de fruta; e finalmente os temperos e molhos de peixe: arubé (resultante da mistura da massa de mandioca ao sal e à pimenta) e tucupi (mistura de manipueira com pimenta).

No início da colonização os índios foram flagrados adorando ídolos. Tais hábitos foram lentamente substituídos pelos ritos católicos. Aludindo ao fato, Daniel (1976) afirma que “ao que parece uns adoravam o sol, outros a lua e outros criaturas, ou seja, corpos mirrados dos seus progenitores, ou pedras de tal e tal figura”. Mas, “não têm sacerdotes dedicados a este culto (...) nem também templos consagrados às suas venerações, e oferecimento de sacrifícios (...). Têm,

porém, alguns índios, aos quais muito respeitam, não porque os venerem por sacerdotes, e muito menos por deuses, mas porque cuidam que eles tem algum superior poder para os castigar e os maleciar”.

Aqui, o padre-cronista menciona os pajés. [Eles] se “Fingem de poderosos que podem alcançar coisas grandes e, quanto do sol, lua, dos astros e elementos; e que falam com o diabo (...). Há diversas castas de pajé: uns a que chamam pajé catu, pajé bom; outros pajé aiba, isto é, mal. O pajé catu não é tão ruim nem tão embusteiro, como o aiba; é o mesmo que um alveitar, médico das dúzias (...) curam estes as doenças, ou as empioram e agravam com seus remédios naturais ou fingidos (Daniel, 1976)”. Portadores de poderes ocultos ou orientadores espirituais, assim como os xamãs, os pajés poderiam assumir o papel de médicos, sacerdotes ou faziam o uso de plantas para fins medicinais ou invocações de entidades.

Portanto, conhecendo os meios de entrar em contato com os espíritos, os pajés se julgavam aptos a afastar ‘mal olhado’ e a mudar o destino das pessoas. Portadores do bem, se amigos dos deuses; portadores do mal, se adeptos do demônio. A propósito de ‘capeta’, na Costa da Conceição, acima da cidade de Itacoatiara, há um igarapé de nome Cainamã. É uma alusão a Cainamé, uma entidade fantástica ou espírito sobrenatural que, em tempos idos aparecia de noite para amedrontar os moradores do local. Remonta aos séculos essa estória. Ainda hoje, quem passa por ali, à noite, sente



medo. Parece um lugar de atuação de um pajé aiba, amigo do espírito das trevas.

Escrevi em 1999: “O sentimento religioso entre os índios amazônicos diferia muito da religião pregada pelos colonizadores europeus. Os jesuítas, primeiros professores na nova terra incorporada a Portugal, ao mesmo tempo que faziam o apostolado da fé cristã varrendo as crenças originais do espírito dos nativos, e, assim também, as suas formas de vida e de costumes, ensinavam-lhes as primeiras letras impondo-lhes a apropriação da língua portuguesa. Destarte, tornaram acessíveis aos índios os principais dogmas do Catolicismo, sem se preocupar com os rigores teológicos. O Deus dos cristãos tornou-se para os indígenas o Tupã; o satanás, o Satã. E deram-lhes uma trindade calcada na Trindade católica, composta pelo Sol (Uarici), pela Lua (Yaci) e por um deus de amor (Rudá ou Perulá).

A religião dos silvícolas evitava toda manifestação exterior e dispensava o culto externo. Era uma religião sem culto, desprovida de sacerdotes, privada de templos e de cerimônias. Era uma simples maneira de conceber as leis do universo. Esses homens de cultura superior, criados à sombra das matas virgens, sentiam-se principalmente maravilhados por dois fatos: o nascimento do homem e a produção da luz. Para eles, o nascimento dos filhos e o aparecimento da luz tinham uma causa: a mãe Natureza (Silva, 1999)”.

Como definido pelo barão Frederico José de Santa-Anna Nery (1848-1901), “A necessidade de conhecer o germe



que engendra a ciência do bem e do mal foi travada nos índios por um vago sentimento de terror. Abandonados a si mesmos no seio de imensas solidões, cercados de forças misteriosas que agem brutalmente por todos os lados, não compreendem o que há de escondido por trás desses fenômenos que têm a aparência de energia vital e voluntária.

Essas árvores que flutuam ao sabor dos ventos que bramam na tempestade, que se agitam com demência, espalham sobre a terra sombras gigantescas, terríveis como a do Caa-pora, ou então pequenas e disformes como a do Curupira. Suas noites são atormentadas por visões. Suas fadigas e seus medos perpétuos, suas digestões pesadas, ressoam durante o sono. O pesadelo os enlaça e se transforma em gênio malfafeito que lhe apertam a garganta. É o Jurupari. Ao acordar, durante essas longas noites, um pássaro canta e lança na sua solidão um grito dilacerante e monótono. É o anão manco, Mati-Taperé, que, ainda hoje, amedronta as crianças da Amazônia.

Quando o índio põe fogo na floresta para estabelecer sua maloca, as aspirais de chama correm à sua frente; as cobras deitadas no mato áspero se torcem queimadas e procuram fugir. O índio vê nelas o Mboitatá, a cobra de fogo, que protege a floresta. Se ele se aproxima dos rios, durante as noites claras como o dia, ouve o murmúrio das águas desgastando as margens; são as Iaras enfeitiçadoras, que o atraem para matá-lo.

Essa grande criança, filho da Natureza, se amedronta por tudo. E, entretanto, é bravo contra seu semelhante. A

morte, que inflige com tanta coragem, ele não a teme. Mas existe algo que o aterroriza mais que a morte: é o desconhecido, o espírito das coisas não visto, a conjuração misteriosa dos fantasmas com os quais a imaginação povoa os lugares solitários; é esse não-sei-quê de indefinido que se tem na alma, e que nos atormenta desde o berço. Foi talvez assim que o sentimento religioso se desenvolveu entre os indígenas. Ele flutuava ainda no vago de uma teodiceia inconsciente. O período da expressão piedosa ainda não tinha chegado para esses espíritos independentes e retardados. Aliás, a vida nômade [dos nativos] não favorece muito o estabelecimento de templos e altares (Nery, 1979)”.

\*\*\*\*\*

Seguindo a tendência de outros recantos do País, a formação do gentílico itacoatiarense resultou da mistura de indígenas, africanos e europeus. Povos do passado e do presente, migrados de várias partes do mundo e da maioria dos estados brasileiros, têm contribuído para reinventar a identidade da nossa gente. A posição estratégica da cidade é a causa-mor da afluência de ‘gente importada’, pessoas que vêm de todos os cantos, para passear, estudar, trabalhar, viver a vida; que mesclam o seu sangue com o de outras raças, pelo casamento ou pela união ocasional, produzindo uma nova cor, novas faces, outros biotipos – consequências que atribuem aos moradores de Itacoatiara a condição de povo misturado. Em todos os segmentos representativos da sociedade local

– estudantil, docente, empresarial, político, etc., há descendentes de português, judeu, espanhol, sírio-libanês, italiano, etc., misturados com nacionais do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul.

O mais surpreendente é que a contribuição do índio nesse processo não decorreu de uma ou duas etnias, porém de cerca de duas dezenas delas. Um demonstrativo de que o caráter multiétnico da população de Itacoatiara vem desde os primeiros tempos, quando nem se falava em imigração. Segundo afirmou o missionário jesuíta Teotônio Barbosa, há mais de dois séculos: a antiga missão que deu origem a Itacoatiara era povoada de índios de várias etnias: “... a antigamente populosa aldeia de Abacaxis, cujos habitantes foram dizimados, abrigara mais de 23 outras nações”.

A catequese provocou grande movimentação nas populações indígenas, não só pelos descimentos concentrando num mesmo aldeamento indivíduos oriundos de grupos diversos, mas também porque muitos indígenas, abandonadas as missões, se reagruparam em locais diferentes das aldeias de origem. Com o aumento da imigração portuguesa, no início do século XVIII, a população foi se amestiçando cada vez mais e daí se originou o caboclo.

O processo de ‘caboquização’ da Amazônia foi oficializado pelo primeiro-ministro marquês de Pombal (1750-1777), através do Alvará régio de 04 de abril de 1755, o qual incentivava que os vassalos do rei de Portugal se casassem com mulheres indígenas. Os primeiros exemplos dessa política ocorreram justamente na região do Madeira. Reis (1989)

escreve a respeito: “O problema do povoamento carecia ser enfrentado seriamente. As ordens da metrópole e do governador do Grão-Pará mostravam o interesse porque o encarava Portugal. [O governador da Capitania de São José do Rio Negro] Joaquim de Melo e Póvoas, procurando atacá-lo, de acordo com a legislação em vigor, que favorecia, cumulava de privilégios os brancos que casassem com índias, concitou os portugueses a realizarem essa união (...). Os primeiros casamentos realizaram-se em Borba, ainda ao tempo de Mendonça Furtado”. Nunca é demais lembrar que missão jesuítica de Trocano, que originou a atual cidade de Borba, ficava um pouco abaixo da missão de Abacaxis, a futura Itacoatiara.

‘Caboclo’ é um termo originário do tupi kari’boca (o procedente do branco). Para os dicionaristas, expressão utilizada para denotar uma relação amigável, de afeição para com a pessoa próxima de nós – meu caboclo, minha cabocla. O pejorativo “caboco” (de kaá-boc: aquele que vem do mato) é uma referência ao mestiço de índio, tipo de homem valente e bem disposto – “Caboco trabalhador e corajoso não se afasta do roçado”. No sentido figurado, os dois termos atinam para qualidade, modo de ser ou estado do mestiço de branco com índio. Atualmente, ainda que se refiram ao habitante da zona rural, ambos resultam em compreender todos os que constituem populações tradicionais, não indígenas.

Os mais apaixonados pelas coisas da terra consideram ‘caboclo da gema’ aquele que pesca o peixe, colhe a mandioca e faz a farinha e o tucupí. Na literatura do poeta e ensaísta itacoatiarense Élson Farias são empregados os dois termos

e, amiúde, o feminino - “Como bocas das cabocas estendidas nos varais”. O poeta de Barreirinha Tiago de Melo gosta mais da forma caboclo. O ensaísta e dramaturgo manauense Márcio Souza adota caboco.

O caboclo de Itacoatiara é contraditoriamente bairrista e hospitaleiro. Possui hábitos simples e gestos ativos. Tende a ser pávulo, mas não gosta de aplaudir.

## CAPÍTULO IV





# CRONOLOGIA

## ANTECEDENTES

### Era pré-colombiana

#### **14.000**

- Os primeiros humanos vindos da Ásia, através do Estreito de Bering, chegam à América do Norte.

#### **12.500**

- Grupos dos primeiros humanos saem da América do Norte em direção sul, atravessam a América Central e ingressam na América do Sul, através da Colômbia.

#### **11 mil a. C.**

- Primeiros sinais de ocupação humana no alto Amazonas.

#### **09,2 mil a. C.**

- Grupos de caçadores-coletores se espalham por toda a região amazônica.

#### **06 mil a. C.**

- Registrada a presença humana no extremo norte do atual Estado do Amazonas.

### **05 mil a. C.**

- Grupos de agricultores passam a trabalhar no alto Rio Madeira. Possível local de domesticação da mandioca e da pupunha.

### **03 mil a. C.**

- Sociedades de horticultores marcam presença na foz e no baixo Rio Amazonas.

### **02 mil a 07 mil anos antes do tempo atual**

- Grupos de língua Arwak atuam na margem esquerda do Rio Amazonas, no trecho Rio Negro-Rio Uatumã. Possivelmente, os das etnias Karib e Tupi-guarani na margem oposta, na região do Rio Madeira. Estes trechos abrangem o território de Itacoatiara ou têm estreita comunicação com ele.

### **A conquista europeia**

Século XV

#### **1492**

- Out/12 – Cristóvão Colombo aporta pela primeira vez em território americano.

#### **1494**

- Jun/07 - Celebrado entre Portugal e Espanha o Tratado de Tordesilhas, fixando critérios de partilha das terras descobertas e por descobrir.

## Século XVI

### **1500**

- Fevereiro - O espanhol Vicente Yáñez Pinzón descobre o estuário do Amazonas. Foi o primeiro europeu a chegar à Amazônia.
- Março – O aventureiro espanhol Diego de Lepe chega ao local onde esteve Pinzón. Atrita com os nativos e comete o primeiro ato genocida da Amazônia.

### **1534**

- O rei João III, de Portugal, cria a Capitania do Maranhão, em dois lotes de cerca de 350 km de largura, ao longo da costa até a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, interior adentro. Fracassa a tentativa de instalá-la no ano seguinte.

### **1540**

- Set/27 – O papa Paulo III edita a bula *Regimini Militantis Ecclesiae* estimulando o interesse europeu sobre os habitantes das Américas pré-colombianas.

### **1541**

- Dezembro – O sertanista espanhol Francisco de Orellana se desliga da expedição de Gonzalo Pizarro e inicia sua célebre viagem através do Rio Amazonas.

### 1542

- Jun/10 – Francisco de Orellana descobre a embocadura do Madeira e ultrapassa o sítio Itaquatiara. Em agosto encerraria sua viagem saindo no Atlântico.

### 1580

- Ago/25 – Em decorrência da União Ibérica, a Amazônia passa para o domínio espanhol.

### 1596

- Deste ano até a primeira década do século XVII, corsários ingleses, irlandeses e holandeses se introduzem na região pelo Rio Amazonas, sendo que os últimos chegam a estabelecer feitorias no Rio Xingu. Mais tarde, todos foram expulsos pelos portugueses.

### 1599

- Grupos indígenas da tribo Tupinambá, depois de migrarem da costa atlântica do Brasil e atravessarem o Continente até o sopé da Cordilheira dos Andes, na Bolívia, descem o Rio Madeira e se estabelecem na Ilha de Tupinambarana.

## Século XVII

### **1611**

- Set/10 - Alvará régio autoriza a entrega da administração dos aldeamentos indígenas a leigos e padres seculares com atuação nas colônias portuguesas.

### **1612**

- Jul/26 - O Maranhão é ocupado pelas tropas do corsário francês Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiére. Três anos depois são expulsas pelo exército do capitão Jerônimo de Albuquerque.

### **1615**

- Nov/03 – Jerônimo de Albuquerque assume o cargo de capitão-mor do Maranhão. Assinala-se aí o início da colonização portuguesa na Amazônia.

### **1616**

- Jan/12 - O capitão-mor português Francisco Caldeira de Castelo Branco funda o forte do Presépio, núcleo originário da cidade de Belém/PA.

### **1617**

- Mai/04 - Carta régia manda integrar ao Estado do Brasil as capitanias gerais do Maranhão e Grão-Pará.

### **1618**

- Jun/20 – Lei assinada pelo rei Filipe II delega aos padres da Ordem dos franciscanos o trabalho de conversão dos indígenas. Vários deles chegaram a Belém em meados do ano anterior.

### **1619**

- Nov/07 - Alvará régio desta data manda separar do Estado do Brasil as capitanias do Maranhão e Grão-Pará.

### **1620**

- Casais de açorianos chegam para trabalhar na Amazônia. Ao todo vieram 561 imigrantes.

### **1621**

- Jun/13 – Filipe III extingue as capitanias gerais da região e cria o Estado do Maranhão e Grão-Pará - unidade político-administrativa com a capital em São Luís. Ligada diretamente a Lisboa, sua criação marcava definitivamente a ocupação portuguesa na região.

### **1622**

- Criada a Câmara de São Luís.
- O capitão Antônio Muniz Barreiros Filho assume o cargo de governador do novo Estado.

- O padre Luiz Figueira instala a Missão dos jesuítas do Maranhão e Grão-Pará. Quase foi desativada com a partida da Amazônia, em 1636, do padre Figueira.

### **1628**

- Jun/25 - Alvará desta data garante aos padres jesuítas a administração espiritual e temporal dos indígenas.

### **1637**

- Ago/10 - Confirmada a jurisdição eclesiástica dos jesuítas sobre toda a região amazônica.
- Out/26 – O militar português Pedro Teixeira dando início à primeira viagem exploratória do Amazonas sobe até Quito, no Equador. Na volta, dez meses depois, toma posse da região em nome da Coroa.

### **1638**

- Jul/25 – Os jesuítas, visando à dinamização dos trabalhos de conversão dos indígenas, instalam em São Luís a Administração Eclesiástica do Maranhão, Grão-Pará e Rio das Amazonas.

### **1639**

- Final de novembro. Retornando de viagem, Pedro Teixeira passa defronte à boca do Rio Madeira: Cristóbal de Acuña, o escrivão da frota, relaciona várias tribos



indígenas e destaca os Abacaxis. É ultrapassado em seguida o sítio histórico onde, 120 anos mais tarde, seria instalada a vila de Serpa.

- Jun/03 – Refundada em São Luís a Missão dos jesuítas. Não pôde ser ativada porque o padre Luiz Figueira, destacado para tal, morreria três anos depois.

### **1640**

- dez/01 – Extinção da União Ibérica. Portugal recupera sua independência. No dia 15, o Duque de Bragança é aclamado rei com o título de dom João IV.

### **1641**

- Nov/25 – Tropas da Holanda comandadas por Maurício de Nassau ocupam São Luís e ampliam os domínios de seu País às terras do Maranhão. Em fevereiro de 1644 são expulsas pelos portugueses.

### **1649**

- À falta de padres da Ordem para missionar na Amazônia, a Missão dos jesuítas é praticamente fechada.

### **1650**

- O bandeirante paulista Antônio Raposo Tavares chega à Amazônia, desce o Madeira e, depois de três anos no interior, retorna a São Paulo através de Belém.

## **1652**

- Fev/25 – Extinção do Estado do Maranhão e Grão-Pará.
- Jul/24 – Provisão régia desta data manda implantar a cônica  
- pensão anual conferida aos jesuítas em missão na Amazônia.

## **1653**

- Jan/16 – O jesuíta Antônio Vieira, o paladino da luta pela liberdade dos índios, acompanhado de nove padres, chega a São Luís para ativar e consolidar a Missão. É logo investido no cargo de superior regional.
- Mai/20 – Padre Vieira escreve a dom João IV denunciando os colonos e servidores da Coroa comprometidos com o estado de exploração e escravização dos índios. No dia 05 de outubro vai visitar Belém.
- Out/12 - Carta régia comete às câmaras e capitães-mores a administração dos índios. Restabelece os casos de cativo dos nativos apreendidos em guerra justa.

## **1654**

- Meados de julho – Padre Vieira, depois de retornar de uma visita ao Tocantins, viaja a Lisboa para solicitar a revogação da Provisão régia de 1653.
- Ago/25 – Maranhão e Grão-Pará, através de uma Provisão régia desta data, readquire a categoria de Estado colonial autônomo sediado em São Luís.

## **1655**

- Abr/09 – A Coroa portuguesa baixa uma Lei garantindo aos padres jesuítas a administração das aldeias e o governo temporal e espiritual dos índios.
- Mai/16 – O padre Antônio Vieira regressa triunfante a São Luís para fazer implantar a Lei de 09 de abril. É o primeiro Regimento das Missões e documento base da ação missionária na Amazônia.

### **1656**

- Janeiro – O padre superior Antônio Vieira transporta-se outra vez a São Luís. No dia 07 de abril volta a Belém com planos de ir, pessoalmente, em missão ao médio Amazonas.

### **A expansão para o interior**

Século XVII

### **1657**

- Jun/22 – Substituindo ao padre Antônio Vieira, os jesuítas Francisco Veloso e Manuel Pires deixam São Luís e iniciam a primeira entrada europeia na Amazônia Ocidental. Integram a tropa de resgate do capitão-mor Bento Maciel Parente.
- Agosto – Sua primeira parada é em Amatari, uma aldeia da margem esquerda do Amazonas, acima da atual cidade de Itacoatiara. Celebram missa e assistem aos

índios Aroaqui. Dali seguem até o Rio Negro e em seguida passam ao Tarumã. Retornam meses depois conduzindo uns 600 escravos para Belém.

### **1658**

- Ago/15 - Os padres Francisco Gonçalves e Manuel Pires deixam a cidade de São Luís e viajam em missão ao Rio Negro. Fixam-se no mesmo local da inicial entrada, na boca do Tarumã. Sua desobriga valeu à Ordem dos jesuítas o resgate de 700 índios que são levados na viagem de volta. Retornam a Belém 17 meses depois, ou seja, em janeiro de 1660.

### **1660**

- Final do ano - Os missionários jesuítas Manuel Pires e Manuel de Souza, guiados pelo capitão Domingos Monteiro, após uma viagem de quase quatro meses subindo o Rio Amazonas, entram no Rio Urubu e fundam a missão de Saracá, atual Silves. Antes, haviam fundado a missão dos Tupinambarana, à margem esquerda do Paraná do Urariá.

### **1661**

- Fev/12 - Começam os atritos entre a Câmara de Belém e os padres jesuítas. Padre Antônio Vieira é acusado de atentar contra a economia do Estado.

- Mai/15 - Rebenta a revolta do povo de São Luís contra os jesuítas. No dia 20 de julho o povo e os políticos de Belém aderem ao motim.
- Set/08 - Expulsão dos jesuítas da Amazônia. O padre Antônio Vieira e seus companheiros são presos e embarcados à força para Lisboa.

### **1662**

- Set/07 – Começa oficialmente o retorno à Amazônia dos jesuítas com a vinda dos missionários João Maria Gorzoni e Salvador do Vale.
- Final do ano - Retomada a missão de Saracá, no baixo Urubu, pelo padre frei Raimundo, da Ordem das Mercês. Achava-se paralisada devido ao motim de 1661 que resultou na primeira expulsão dos padres jesuítas da Amazônia.

### **1663**

- Fevereiro – Recrudescem as perseguições aos índios. No Urubu, o cabo de tropa Antônio de Arnau Vilela peleja contra os Aroaqui e é trucidado por eles. Os sobreviventes se refugiam na missão de Saracá e, conseguindo repelir os índios, regressam a Belém.
- Set/12 – É abolida a jurisdição temporal dos missionários e as aldeias passam à administração dos capitães-mores. Os insurgentes do Estado do Maranhão e Grão-Pará são anistiados.

- Out/18 – Provisão régia manda devolver a administração das missões aos padres jesuítas e determina que eles retornem, exceto o padre Vieira que é preso em Lisboa e processado pela Inquisição.

### **1664**

- Nov/25 - O genocida Pedro da Costa Favela, à testa de uma tropa de guerra, e apoiado pelo sargento-mor Antônio da Costa, promove a quase extinção dos índios do Rio Urubu.

### **1669**

- Aceleradas as entradas no Madeira. Padres jesuítas, em missão de catequese, passam a operar na região.
- Junho - Pedro da Costa Favela, à frente de uma tropa de resgates, acompanhado do padre frei Teodósio da Veiga, da Ordem das Mercês e novo missionário de Saracá, funda nas imediações do Igarapé do Aruim, a primeira povoação do Rio Negro.
- Set/29 – O superior dos jesuítas João Filipe Bettendorff, acompanhado do padre Pedro Luís Gonçalves e do irmão Domingos da Costa, visita a missão dos Tupinambarana.

### **1670**

- Provavelmente em maio – Tropa de resgate chefiada pelo capitão-mor Manuel Coelho, dela fazendo parte os padres Manuel Pires e João Maria Gorzoni, sobe o

Amazonas, passa pelo Rio Negro e entra no Solimões. Volta a Belém levando 900 índios Solimões.

### **1672**

- Provavelmente em janeiro - Os jesuítas Manuel Pires e João Maria Gorzoni, na volta do Solimões, entram no Rio Madeira.

### **1676**

- Chegam ao Maranhão mais 234 colonos dos Açores.

### **1677**

- O governo do Maranhão e Grão-Pará manda estimular o plantio racional de cacau em todo o Estado.
- Ago/30 - O papa Inocêncio XI cria o Bispado do Maranhão, jurisdicionado a Lisboa e abrangendo toda a região amazônica. O primeiro bispo foi dom frei Gregório dos Anjos.
- Dez/15 - O Padre Geral dos jesuítas, João Paulo Oliva, manda desvincular do Brasil a Missão dos jesuítas do Maranhão e Grão-Pará, que passa diretamente à jurisdição de Lisboa.



## **1678**

- O jesuíta Jódoco Perez (1633-1707), futuro fundador do núcleo originário da atual cidade de Itacoatiara, proveniente da Bahia, desembarca em São Luís. Desse ano até o de 1681 pregou e missionou em várias aldeias da região.

## **1680**

- A Capitania geral do Ceará é desmembrada do Estado do Maranhão e Grão-Pará e passa a ser jurisdicionada pela Província brasileira de Pernambuco.
- Abr/01 - Alvará régio desta data confere aos religiosos da Ordem jesuítica o monopólio sobre os descimentos e a conversão dos silvícolas.
- Abr/02 - Escrevendo de Lisboa, o padre Antônio Vieira alerta o padre superior Pedro Luís Gonçalves sobre o potencial do Rio Madeira quanto a sediar ali uma missão da Ordem jesuítica.

## **1681**

- O governo do Maranhão e Grão-Pará incentiva a exportação do cacau do Madeira com isenção de todos os impostos.
- Os índios Maué guerream contra os Iruri, no Madeira.
- Mar/07- Criada a Junta das Missões por dom Pedro II, regente desde 1668 e rei de Portugal, a partir de 12 de setembro de 1683.

## **1682**

- Chegada à Amazônia da primeira leva de escravos negros.
- Jul/07 – Padre Jódoco Perez assume a Reitoria do Colégio de Santo Alexandre, em Belém.
- Dezembro – O padre Pedro Luís Gonçalves, superior dos jesuítas, volta gravemente doente de uma viagem à missão do Cabo do Norte. No início de 1683 será substituído pelo padre suíço Jódoco Perez.

## **1683**

- O Padre Geral Carlos de Noiele, revogando ato de seu antecessor, decreta a saída da Missão regional dos jesuítas do comando de Lisboa e o seu retorno à jurisdição da Província do Brasil.
- Mar/18 – Jódoco Perez assume o cargo de padre superior. Seu antecessor falece em meados de abril.
- Dez/27 – Jódoco Perez comunica ao Padre Geral, em Roma, o estado de intranquilidade ora reinante no Estado do Maranhão e Grão-Pará.

## **FUNDAÇÃO DE ITACOATIARA**

### **Origem e fundação**

Século XVII

## **1683**

- Jun/09 - Jódoco Perez deixa Belém e segue no rumo do Madeira, que o alcança lá pelo dia 28 de agosto.
- Set/07 – Padre Perez chega à foz do Maturá, afluente do médio Rio Madeira. No dia seguinte reza missa e funda a missão jesuítica de Maturá.
- Outubro – Padre Perez, depois de uns quinze dias missionando entre os Iruri, volta a Belém onde aporta no final deste mês. Leva consigo um filho do tuxaua Mamorini que, no Colégio de Santo Alexandre aprenderia português e o nheengatu.

## **1684**

- Fev/24 – Deflagrado em São Luís o motim do Escambo, sob o comando de Manuel Beckmann, que resultou na segunda expulsão dos jesuítas.
- Fev/28 - Padre Jódoco é preso junto com o padre Aluísio Conrado Pfeil. Em março, o barco que o levava deportado para a Bahia, com mais nove companheiros, é atacado por piratas estrangeiros, e eles são assaltados e torturados.
- Jul/18 – Resgatado, o padre Jódoco volta à Amazônia.

### **1685**

- Os líderes da revolta do Escambo são condenados.
- Jan/17 – Jódoco Perez viaja para Lisboa, a fim de expor a expulsão dos jesuítas. De lá é mandado para as cidades de Coimbra e Évora, com o objetivo de listar jovens jesuítas para trabalhar na Amazônia.

### **1686**

- Dez/21 – Criado o Regimento das Missões. Objetivo: disciplinar o recrutamento da força de trabalho indígena, nas formas de descimento e resgate.

### **1687**

- Maio - Exilado em Portugal, desde 1685, Jódoco Perez retorna e reassume o superiorado da Missão.

### **1688**

- Aceleradas as entradas no Amazonas. O superior Jódoco Perez confirma o padre mercedário frei Teodósio da Veiga como gestor da missão de Saracá. E o padre jesuíta Antônio da Fonseca assume a missão de Tupinambarana.
- O padre João Maria Gorzoni monta estação na missão de Saracá para orientar o descimento de índios dos rios Urubu e Negro para o baixo Amazonas.

- Final do ano – No comando de uma tropa de resgates, o capitão-mor André Pinheiro de Lacerda descobre ouro no Urubu e prata no Rio Uatumã.

## **1689**

- No Madeira, colonos portugueses exploram livremente o cacau e outros produtos silvestres.
- Mar/15 - Data provável em que os padres João Ângelo Bonomi e José Barreiros chegam ao Rio Maturá. Trazem de volta o filho do tuxaua dos Iruri, já batizado e conhecedor da língua geral. Assumem a missão e constroem casa paroquial e uma igreja.
- Nos meses seguintes, além de retomarem a missão dos Iruri, entram em contato com os índios Aripuanã, Paranaipixana, Onicoré e Torori, acima e abaixo, cujas aldeias trazem para mais perto do Madeira.
- Jul/30 – O padre jesuíta alemão Samuel Fritz, enfermo, desce o Rio Amazonas e, pelo Paraná do Arauató, ingressa no Urubu. Recebido na aldeia de Saracá, de lá é encaminhado para tratamento em Belém.

## **1690**

- Antes de findar o seu mandato, o superior Jódoco Perez baixa Diretório (normas) contendo orientação aos padres das tropas de resgate dirigidas aos índios Iruri, na região do Madeira.

- O padre Jódoco Perez assume a docência do Colégio de Santo Alexandre, em Belém.
- Fev/26 - No Rio Maturá, João Ângelo Bonomi e José Barreiros adoececem e se obrigam a descer à busca de tratamento. Um ano depois só Bonomi retorna.

### A missão itinerante

#### Século XVII

#### **1691**

- Junho - Tropa de resgate comandada pelo capitão João de Seixas, tendo por missionário o padre Manoel Borba, passa pela missão dos Iruri.
- Julho – O padre João Ângelo Bonomi, adoece novamente e se retira definitivamente da missão.
- Agosto – A falta de sacerdote, o assédio de colonos aos índios aldeados e o temor de novos ataques dos índios Maué, levam os moradores de Maturá a transferirem a missão para um sítio próximo da embocadura do Canumã com o Paraná do Urariá.
- Agosto – O padre Antônio da Fonseca, gestor da missão dos Tupinambaranas, passa a acumular a missão instalada em Canumã – situação que perdurará até final de julho de 1696.

- Set/04 – O jesuíta Samuel Fritz retornando de Belém pleno de saúde, sobe o Amazonas e ultrapassa o Arauató, à direita, e o Rio Madeira, à esquerda. No dia 06 deixa para trás o Rio Preto da Eva.

## **1692**

- Início do ano – Tropas de resgates sob o comando dos capitães-mores João de Moraes Lobo e Faustino Mendes invadem a região Canumã-Abacaxis, e de lá retiram índios para torná-los escravos.
- Junho – O padre Antônio da Cunha, a mando do padre João Maria Gorzoni, pratica os índios Abacaxis e conduz muitos deles para o Grão-Pará.
- Dezembro - Os jesuítas Aluísio Conrado Pfeil e João Justo Luca assumem as novas missões de Amatari e Rio Negro, criadas pouco antes.

## **1693**

- Início do ano – A tropa de guerra do capitão-mor Hilário de Souza Azevedo declara guerra aos Maué.
- Fevereiro - Padre Aluísio Pfeil adoece gravemente, deixa Amatari, é atendido na missão do Rio Negro e de lá enviado para Belém, que alcança em abril.



### 1694

- Nov/29 - Carta régia rerratifica a de 19 de março do ano anterior liberando aos padres jesuítas as missões da margem direita do Amazonas compreendendo a região do Madeira, onde se inclui a de Canumã.
- Dezembro – O padre superior Bento de Oliveira nomeia ao padre João da Silva, futuro primeiro missionário da missão de Abacaxis, para o cargo de sub-reitor do Colégio de Santo Alexandre.

### 1695

- Epidemia de varíola alastra-se por toda a Amazônia e atinge a missão de Canumã, onde faz vítimas.

### 1696

- Os moradores de Canumã, em face do quadro sanitário desfavorável do lugar, se transferem para um sítio na entrada da populosa aldeia de Abacaxis.
- Maio – Atendendo ao clamor da população de Abacaxis, o novo padre superior José Ferreira nomeia ao padre João da Silva para gerenciar a missão.
- Set/12 – O padre João da Silva, acompanhado do irmão leigo Antônio Rodrigues, assume em Abacaxis.
- Dezembro – O padre superior José Ferreira, em viagem de inspeção às missões do Rio Amazonas, chega à missão de Abacaxis. Passa sete dias batizando e pregando aos índios.

## **1697**

- Confirmada a ocorrência no Madeira de vários escravos africanos trabalhando na coleta, compra e venda de cacau, a mando de capitães-mores de Belém.
- O padre Jódoco Perez, ex-superior dos jesuítas, se aposenta e passa a confessor no Colégio de Santo Alexandre.
- Final de janeiro – O governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, à frente de uma armada de 60 navios, desembarca na missão de Abacaxis. Depois seguiu para o Rio Negro com a missão de visitar a fortaleza da Barra, recém-construída por Manoel da Mota Siqueira.

## **1698**

- O ex-superior dos jesuítas, padre Jódoco Perez, acusado de inconfidente pelo Juízo da Coroa do Estado do Maranhão e Grão-Pará, é defendido pessoalmente pelo padre superior José Ferreira.
- Março – O padre João da Silva, substituído em Abacaxis pelo padre Domingos de Macedo, é removido para a missão de Araparipucú, atual Ananindeua/PA.

## Século XVIII

## **1707**

- Mai/22 - Falecimento em Belém do padre Jódoco Perez.

### 1708

- O capitão Pedro da Costa Rayol guerreia contra os índios do Uatumã e vinga a morte dos padres franciscanos Pedro de Évora e Antônio de Vila Viçosa.

### 1709

- Jan/16 - Morre em Canumã o jesuíta alemão Francisco Xavier de Molovetz, aos 37 anos de idade.

### 1712

- O jesuíta frei João de Sampaio chega ao Rio Madeira e dá início à sua longa trajetória de mais de 30 anos missionando e fundando aldeias na região.

### 1714

- No Rio Urubu, índios Aroaqui, revoltados, tiram a vida ao padre mercedário frei João das Neves.
- Mai/02 - O jesuíta Bartolomeu Rodrigues relatando a situação demográfica do Madeira, faz a primeira referência aos índios Mura. Segundo ele, a tribo dos Abacaxis desponta como a de maior índice populacional. Morre no dia 06 de dezembro desse ano.
- Fim do ano – Os índios Torá descem para a embocadura do Madeira indo atacar a missão dos Abacaxis e aldeias próximas.

### **1715**

- Frei João de Sampaio funda nas cabeceiras do Madeira a missão de Santo Antônio das Cachoeiras. Em seguida, assume a administração de Abacaxis.

### **1716**

- No Madeira, a tropa de guerra do capitão-mor João de Barros Guerra trucidou os índios Torá. Remanescentes dessa tribo integram-se aos Abacaxis, na missão do mesmo nome.
- Os Mura combatem contra a frente de expansão portuguesa, depredam várias aldeias e tomam-lhes os bens. Investindo contra a missão de Abacaxis, destroem os seus roçados de mandioca, matam e aprisionam vários de seus moradores.
- Grupos de índios Mundurucu, procedentes do Tapajós, se insurgem contra os colonos do Madeira. Estes, reunidos em flotilha, sob o comando do capitão Diogo Pinto da Gaia, são expulsos da região.

### **1718**

- O capitão-mor português Diogo Pinto da Gaia enfrenta os índios Mundurucu e Torá, no baixo Rio Madeira.

### 1719

- Mar/21 – De Lisboa, o padre Jacinto de Carvalho envia ao superior da Ordem, padre Manuel de Seixas, uma relação descritiva do Madeira e de alguns costumes da população indígena.

### 1720

- Recrudescem os ataques dos índios Mura no Rio Madeira. O missionário jesuíta João de Sampaio consegue aproximação com uma maloca dessa tribo.

### 1723

- O sertanista Francisco de Mello Palheta inicia a exploração oficial do Rio Madeira. Alcança a foz do Mamoré e segue seu curso até atingir a aldeia peruana de Santa Cruz. No percurso, sofre vários ataques dos Mura.

### 1725

- O jesuíta frei Diogo da Trindade dá seu testemunho sobre a Igreja em Abacaxis, cujo templo “é bem organizado e dotado de imagens douradas e estopadas, avaliadas em quatrocentos mil réis”.

### 1727

- Fev/15 – O Padre Geral Miguel Ângelo Tamburini eleva a Missão dos jesuítas da Amazônia à categoria de Vice-Província, nomeando o superior dela, padre Manuel de Brito, seu primeiro Vice-Provincial.

- Jun/06 – À morte, nesta data, do Vice-Provincial Manuel de Brito, assume o padre José de mendonça, logo substituído pelo padre José Lopes.

### **1728**

- De uma só vez 624 índios Arara são descidos do médio Rio Madeira e integrados à missão dos Abacaxis.
- João de Sampaio dirige, pela segunda vez, a missão de Abacaxis, onde permanece até meados de 1730.

### **1730**

- A população de Abacaxis, engrossada com remanescentes dos índios Torá que escaparam da matança de 1716, é elevada para 932 habitantes.

### **1733**

- Frei João de Sampaio assume Abacaxis, pela terceira vez. Deixa-a em 1742 para se dedicar à aldeia de Trocano, atual cidade de Borba.
- Ou/27 – Alvará régio manda proibir a navegação do Rio Madeira. Objetivo: combater a evasão de ouro das minas de Mato Grosso.

### **1742**

- Manoel Félix de Lima e João de Souza Azevedo, desrespeitando as ordens régias, deixam Cuiabá/MT, descem o Rio Madeira e, através do Amazonas, chegam a Belém.

### 1743

- Agosto - O geógrafo e matemático francês Charles Marie de La Condamine, retornando do alto Rio Negro, desce o Rio Amazonas e ingressa no Madeira. Em seguida, passa pelo sítio Itaquatiara, a caminho de seu País, via Belém.

### 1744

- O sargento-mor Francisco Xavier de Moraes, à frente de uma tropa portuguesa, sobe o Rio Amazonas e faz parada no sítio Itaquatiara onde grava em pedra bruta a data de sua passagem.
- Breve ministério do sacerdote jesuíta alemão João Roque Hundertpfund. Após ele, a missão dos Abacaxis fica sob os cuidados de irmãos leigos.

### 1748

- Epidemia de sarampo ataca Abacaxis fazendo centenas de vítimas. O padre Anselmo Eckart informa, a respeito: “os mil homens adultos [da missão] já estavam reduzidos à metade; o sarampo levava, só de crianças, mais de duzentas”.

### 1749

- O padre Teotônio Barbosa, em relatório enviado à sede da Ordem dos jesuítas, em São Luís, dá conta do triste quadro das populações do Madeira, abatidas pelo



contágio da varíola. A missão de Abacaxis, então considerada a mais importante dessa região, ficou reduzida a menos de 600 habitantes.

- Os sertanistas Miguel da Silva e Gaspar Barbosa Lima, em conjunto ou isoladamente, viajam pelo Madeira em viagem de exploração.
- Jul/14 – Expedição dirigida pelo sargento-mor Luiz Fagundes Machado e secretariada pelo mestre-de-campo José Gonçalves da Fonseca, estuda cientificamente o Rio Madeira

## **1750**

- O jesuíta alemão Antônio Maisterbourg passa a atuar em Abacaxis. No ano seguinte deixa a missão e retorna em 1754. Reveza-se no trabalho catequético com o seu compatriota padre Anselmo Eckart, da missão de Trocano, atual cidade de Borba.
- Jan/13 - O Tratado de Madri, celebrado entre as coroas portuguesa e espanhola, reconhece como definitiva a posse de Portugal sobre as terras amazônicas.
- Ago/05 – Em Lisboa assume como primeiro-ministro do rei dom José I, Sebastião José de Carvalho e Mello, mais tarde marquês de Pombal.

### **1751**

- Jul/31 – A capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará é transferida de São Luís para Belém e invertido o nome para Estado do Grão-Pará e Maranhão.
- Set/24 – O capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado é empossado como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Fora nomeado por seu irmão, o marquês de Pombal.

### **1752**

- Nov/14 – Provisão régia confirma a Resolução de 23 de outubro do Conselho Ultramarino e revoga a Lei régia de 1733 reabrindo a navegação do Madeira.

### **1753**

- Os índios do Maranhão já manuseiam machados, facas, porretes e outros objetos de ferro.
- Abr/30 – Mendonça Furtado é nomeado representante da Coroa portuguesa para tratar da questão de limites com os plenipotenciários espanhóis, na forma do Tratado de Madri.
- Jul/01 - O Estado do Grão-Pará e Maranhão é dividido em quatro capitanias subalternas: São José do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí, cada qual com seu governador, subordinados a um capitão-general residente em Belém.

## 1754

- Out/12 - Mendonça Furtado, acumulando a função de chefe da comissão portuguesa de limites, à frente de uma comitiva com cerca de 800 pessoas, deixa Belém e segue a caminho do Rio Negro.
- Nov/29 – Ao entardecer, a comitiva de Furtado alcança a enseada do Jauari, à entrada de Itacoatiara, onde pernoita. Na manhã seguinte, antes de partir, o capitão-general manda rezar missa e gravar em pedra bruta a data de sua passagem pelo lugar.
- Dezembro - O jesuíta húngaro e astrônomo real, padre Inácio Samartone, passa alguns dias em Abacaxis medindo a altitude do polo norte. Administrava a missão o padre alemão Anselmo Eckart.

## 1755

- Mendonça Furtado declara guerra aos Mura. Estes, não paravam de investir contra as feitorias de cacau e as povoações de Abacaxis e Trocano, “dando-lhes sangrentas escaramuças”.
- Jan/8 - Mendonça Furtado desembarca em Mariuá, a atual Barcelos, e fica aguardando o representante da comissão de limites espanhola.
  - Mar/03 - Carta régia desta data cria a Capitania de São José do Rio Negro, subordinada ao Estado do Grão-Pará

e Maranhão.

- Abr/04 – Alvará com força de lei concede privilégios aos portugueses que casassem com índias. A primeira experiência nesse sentido foi feita em Borba.
- Abr/13 – Criada a Vigararia-Geral do Alto Rio Negro. Em dezembro assume como vigário-geral o padre José Monteiro de Noronha.
- Jun/06 - O governo português, para incentivar a produção e o comércio, manda instituir a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.
- Jun/07 – Lei do Diretório dos Índios cria uma nova política indigenista; estabelece total liberdade à população indígena, que passa a dispor livremente de suas pessoas e de seus bens.
- Dez/20 - Mendonça Furtado ingressa no Madeira.

### 1756

- Jan/01 – Mendonça Furtado eleva a missão de Trocano à categoria de vila, com o nome de Borba, a Nova. Em seguida entra em contato com os moradores da missão de Abacaxis.
- Junho – Os padres Anselmo Eckart e Antônio Maister-bourg, gestores respectivamente de Trocano e Abacaxis, por recusarem obediência ao marquês de Pompal,

são retirados do Madeira e transferidos para Belém.

## **1757**

- Acelerada a entrada de escravos negros no Grão-Pará e Maranhão. Vários deles são empregados nas feitorias de cacau do Rio Madeira.
- Os moradores de Abacaxis, cansados da perseguição dos Mura, e procurando um lugar mais propício à sua saúde e tranquilidade, abandonam as imediações da Ilha de Tupinambarana indo se fixar à margem esquerda do Rio Madeira, quase defronte ao sítio onde é hoje a cidade de Nova Olinda do Norte.
- Mai/03 - Mendonça Furtado regulamenta o Regimento do Diretório: as aldeias seriam vilas e lugares; os índios iriam exercer funções políticas; e criar-se-ia a figura do diretor de povoado.
- Jul/14 – O coronel-de-infantaria Joaquim de Melo e Póvoas é nomeado governador da Capitania de São José do Rio Negro.
- Set/03 – Em Lisboa é baixada uma lei determinando a expulsão dos jesuítas da Amazônia.
- Nov/28 – Presos em Belém, os jesuítas Anselmo Eckart e Antônio Maisterbourg à ordem do governador Mendonça Furtado, são desterrados para Lisboa.
- Out/25 - Furtado baixa instruções acerca das obrigações políticas e militares do coronel Joaquim de Mello e Póvoas, futuro governador da Capitania de São José do Rio Negro, inclusive mandando substituir os nomes

gentílicos das aldeias prestes de instalar por topônimos portugueses – Abacaxis passaria a ser Serpa, homenageando-se à freguesia do baixo Alentejo na região meridional de Portugal.

### A travessia

Século XVIII

#### **1758**

- Jan/15 - Mendonça Furtado deixa Belém e inicia sua segunda viagem ao alto Rio Negro. No território amazense, rumo direto para o Madeira tomando direção pelo Paraná do Urariá.
- Abr/16 - Após visitar Borba, contata com os moradores de Abacaxis e os aconselha a mudar de endereço indo para outro sítio “que lhes parecesse melhor a bem da sua saúde e da sua conveniência”.
- Abr/18 – Os moradores de Abacaxis chegam ao sítio Itaquatiara: é a quarta transladação do povoado que iria propiciar a instalação da sede municipal.
- Mai/06 – Já no alto Rio Negro, Furtado instala a vila de Barcelos que passa a sediar a Capitania de São José do Rio Negro, inaugurada no dia seguinte. No dia seguinte dá posse ao governador, seu sobrinho afim, Joaquim de Mello e Póvoas.
- Jul/04 – Mendonça Furtado comunica ao ministro de Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, a trans-

ferência da missão de Abacaxis do Madeira para a margem esquerda do Rio Amazonas.

- Set/14 – Carta régia autoriza ao governador Mendonça Furtado promover a secularização da aldeia missionária de Abacaxis e outras inseridas na região, dando-lhes o estatuto de vilas ou povoados.
- Dez/26 – Mendonça Furtado retorna a Belém. Transfere o governo ao seu substituto, dom frei Miguel de Bulhões, e viaja para Lisboa a fim de assumir o cargo de ministro da Marinha e Ultramar.
- Dez/31- Encerrados os preparativos para a cerimônia do dia seguinte (01/jan/1759) em que o povoado da margem esquerda do Amazonas será graduado em vila. No local se encontram, desde a véspera, o governador Joaquim de Mello e Póvoas, o vigário-geral padre José Monteiro de Noronha, a força militar, feitores, comerciantes, índios aculturados e as pessoas previamente escolhidas para tomar posse como agentes públicos.





## Posfácio

“ARTHUR CÉZAR Ferreira Reis é o historiador da Amazônia”, sentenciou com toda a autoridade que o Brasil inteiro aplaude e reverencia, o saudoso Pedro Calmon, após análise criteriosa da obra do celebrado autor amazonense.

Parodiando o mestre Pedro Calmon, e depois de sequenciada leitura dos livros do acadêmico Francisco Gomes da Silva versando sobre a história da Velha Serpa, ousou reafirmar o que já disse a seu respeito em outras oportunidades: “Gomes da Silva é o cantor da terra itacoatiarense”. É o historiador de Itacoatiara!

De fato, afirmei alhures: “A partir dos 16 anos vamos encontrá-lo, curioso e diligente, ‘fuçando’ velhos pergaminhos, consultando antigos alfarrábios esquecidos na memória dos tempos, frequentando bibliotecas e museus, arquivos empoeirados e gavetas enferrujadas, examinando tomos antiquíssimos, revendo livros vetustos desgastados pelas eras nas estantes cartoriais, nos registros ecumênicos e dos cemitérios, tudo para oferecer aos estudantes, professores e pesquisadores informações corretas, forradas de certeza comprovada”.

E, aos 19 anos, ei-lo a desviar-se dos folguedos da juventude, para brindar a intelectualidade amazônica com seu livro de estreia, “Itacoatiara. Roteiro de uma cidade”, que abriu a Série “Paulino de Brito” das Edições Governo do Estado do Amazonas” e foi lançado em 05 de setembro de 1965, na abertura oficial da Estrada Manaus-Itacoatiara. Com justa razão afirmou o então governador e prefaciador da obra, Arthur Cézar Ferrei-

ra Reis: “O que é preciso encontrar aqui é o esforço admirável de um menino que, ao invés de lançar-se às aventuras naturais da idade (19 anos), preocupa-se com a lição de ontem, ama sua terra, orgulha-se dela, serve-a desde agora e com um ímpeto, com uma grandeza a que ninguém pode ficar indiferente (...). Com os carinhos, a devoção de filho amantíssimo, percorreu os dois séculos da vivência de Itacoatiara para lembrá-los com a paixão que o envolveu e o fez, de menino, escritor que principia. É de registrar e insistir que se trata de produção em flor, de quem podia estar entregue às distrações que a idade explica, mas preferiu pensar em termos de maturidade, senão envelhecendo cedo, pelo menos assumindo uma atitude que o revela num caminho diferente e numa compreensão cívica de suas obrigações para com a coletividade, a que se dispôs servir com tanta decisão e tanta dignidade (...). Seu livro, por isso mesmo, é apenas um livro que amanhã alcançará, ampliado, a grande categoria de ensaio biográfico da cidade onde nasceu. Na humildade que o distingue, é já uma vitória”.

Nascia, ali, o historiador, o cantor de Itacoatiara, ou das Itaquatiras, como quer e pode o também historiador e acadêmico Robério Braga. Dado o primeiro passo, gigantesco para a época e por sua idade, não parou mais. De 1965 para esta data, disciplinado e fecundo, fez editar 13 livros, além de outros 03 em fase final de elaboração - dez deles tratando sobre a Velha Serpa.

Decorridos 51 anos – mais de meio século! – volta o “cantor de Itacoatiara”, com seus notáveis dons de pesquisador

emérito, a enriquecer nossa Historiografia, ofertando-nos desta vez o livro “Fundação de Itacoatiara”, primeiro volume da trilogia “Itacoatiara 330 anos” – que traduz o roteiro histórico da Velha Serpa, desde a criação do burgo que lhe serviu de berço, em 1683, à intervenção do estadista colonial Mendonça Furtado que possibilitou a transferência do núcleo do Rio Madeira para o atual platô, à margem esquerda do Amazonas, em 1758.

O livro contém 04 capítulos e é ricamente ilustrado. Nele, como nos seus anteriores, Francisco Gomes da Silva – ocupante da Cadeira nº 20, de João Ribeiro, da Academia Amazonense de Letras, e também sócio titular do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, ocupando a Cadeira 25, de Jean Louis Agassiz - honra as previsões feitas há 47 anos pelo notável Arthur César Ferreira Reis, seu mecenas e grande inspirador.

Conforme ficou dito, linhas atrás, Francisco Gomes da Silva estreou nas letras regionais aos 19 anos de idade. Mas é oportuno destacar que desde os 16 anos fazia suas anotações e ensaiava os primeiros escritos à sombra da velha Caixa D’água de Itacoatiara mirando o suntuoso palacete do Nicandro, erguidos à margem da Avenida 15 de Novembro, via que separa o centro da cidade do tradicional bairro da Colônia, nas proximidades dos quais o nosso escritor-cantor nasceu.

A Caixa D’água é produto da engenharia norte-americana, construída em 1945 no governo de Getúlio Vargas, e continua de pé. Já o palacete do Nicandro, edificado no final do período áureo da borracha, não mais existe. Foi demolido nos anos 1990 à ordem de um administrador que não comungava

com os ideais da História, como, aliás, acontece em todos os quadrantes do Brasil, haja vista o que aconteceu com o cinema Guarany, em Manaus, e tantos outros monumentos históricos destruídos para nada. Relembre-se o prédio da Instalação da Província do Amazonas, eliminado da paisagem histórica de Manaus para abrigar, inicialmente, uma feira de frutas e, mais tarde, servir de estacionamento.

Em todos esses anos de labor historiográfico o acadêmico Francisco Gomes da Silva mantém-se fiel ao tema Itacoatiara. Sua obra segue uma linha cronológica, obediente à periodização e enfocando os chamados “períodos densos” - momentos de ruptura de longa duração, caracterizados por velocidades distintas atuando sobre as estruturas sociais e as formas espaciais de um lugar. Ele não esconde que a exclusividade do tema de sua predileção é um claro contraponto ao velho discurso metropolitano adotado por expressivo número de nossos historiadores, para os quais, na região amazônica apenas Manaus e Belém possuem história. O interior nada conta. É como se não existisse. Fato que é discriminatório e profundamente e injusto.

Na opinião do poeta Francisco Calheiros, “Poucos homens no mundo dedicaram-se tanto em documentar a história de sua cidade”. Segundo o experimentado escritor e poeta Max Carphen-tier, [Desde cedo] “Francisco Gomes da Silva “entregou-se ao registro e à reflexão da história de sua cidade... Seus vínculos afetivos com Itacoatiara são praticamente de natureza conjugal, pela permanência e pela dedicação. Esse amor por sua cidade resultou em momentos duradouros da produção intelectual amazonense”.

Realmente. Ao eleger a terra natal como tema de sua missão historiográfica, o mestre Gomes da Silva coloca-se acima do lugar comum, inova e serve de exemplo. É direto. E só de quando em quando, havendo necessidade, abeira-se de emotividade como, por exemplo, ao referir-se aos cursos d'água da região do Madeira, berço primeiro de sua cidade, devaneia: "... eles deram sustança à etnicidade e alimentaram ao seu povo; selaram enfim o futuro promissor à futura cidade. Caminhos naturais que escarrancharam a criança Itacoatiara em cima de suas águas milagrosas, poderosas, vitais, maravilhosas".

Ao citar o tuxaua Mamorini (líder supremo da etnia Iru-ri) afirma: "Seu nome traduzia respeito, resistência e imortalidade". No enfoque à mamorana-grande, irmã da sumaumeira, presta-lhe este tributo: "A mãe de todas as árvores, a mais alta, de tronco imenso e raízes tabulares, folhas com 05 a 07 folíolos oblongos, e flores alvas, vistosas e fasciculadas – verdadeiro templo da natureza. Suas imensas raízes de sustentação, chamadas sapopemas, ao simples baque de pau, emitem um som grave que ressoa a longas distâncias, Por isso, os Iruri (e outros povos indígenas) transformaram esse fato natural num meio eficiente de comunicação rudimentar, uma espécie de telefone da floresta".

Mencionando o Rio Urubu lembra e ensina que é "o rio sagrado dos Aroaqui (...) tem a mesma simbologia do Rio Negro. Ambos sediaram tragédias que resultaram no extermínio de várias populações nativas do Amazonas (...). No século XVIII boa parte (desses povos) havia sido dizimada ou incorporada

como mão-de-obra servil nas vilas e fazendas portuguesas e seus remanescentes haviam-se refugiado pela terra firme, longe dos rios frequentados pelos colonos (...). O registro da presença, ou da atividade pretérita dos nossos primitivos habitantes ressoa nostálgico e triste, nos seguirá por toda a vida. Mas, há outros instrumentos, sinais alusivos a essa antiga trajetória. São as “pedras pintadas” – nome dado às rochas ribeirinhas com inscrições rupestres, - os cacos cerâmicos e outros materiais arqueológicos que reportam as idas e vindas de inúmeras nações, o sistema de comunicação e a relação entre tribos; e o acervo de nomes interrelacionados com aqueles recuados tempos identificadores de lugares urbanos e rurais, hábitos alimentares, elementos da flora e da fauna e acidentes geográficos. (...) Esses termos e os referentes às etnias responsáveis pela formação do povo de Itacoatiara, além do ideário que propõem e da paisagem que oferecem, estão absolutamente à mercê dos cronistas, poetas, compositores e amantes das artes cênicas e pictóricas. A comunidade espera que produzam trabalhos fartos em número e em qualidade, de endeusamento da cidade cuja história, costumes e tradições contemplam a natureza e flutuam em direção aos horizontes da criação, da música, da poesia, e da beleza”.

Aí está o cantor de Itacoatiara, na sua inteireza, feito garimpeiro beneditino no seu labor intelectual, lançando sua batia científica nos venerandos cascalhos documentais que versam sobre o objeto de seus estudos, visando à elucidação dos fatos históricos envolvendo sua querida terra natal.



Faiscador incansável, sério, responsável, sua lavra é a verdade histórica que busca e apregoa em todos os seus textos que já se estendem por vários tomos, indispensáveis a quem deseja entender e aprender tudo sobre a Velha Serpa, a terra da pedra gravada.

Manaus, setembro de 2013.

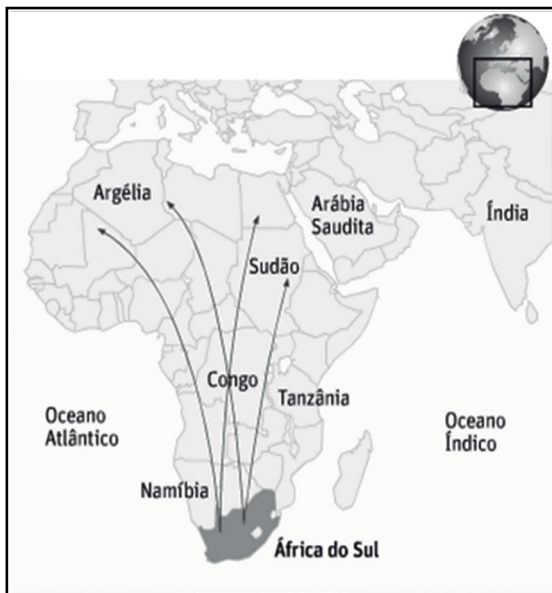
Almir Diniz de Carvalho



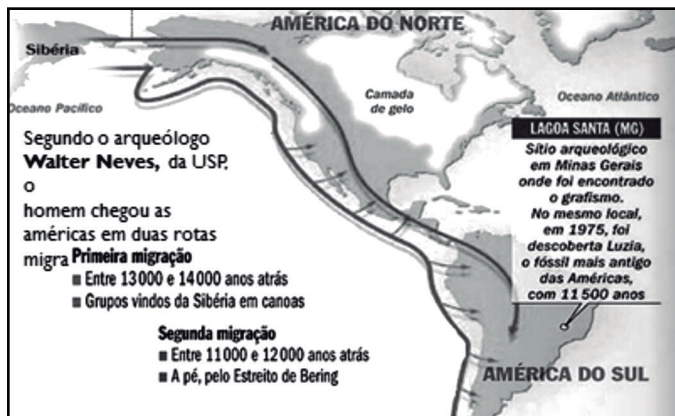
Anexos



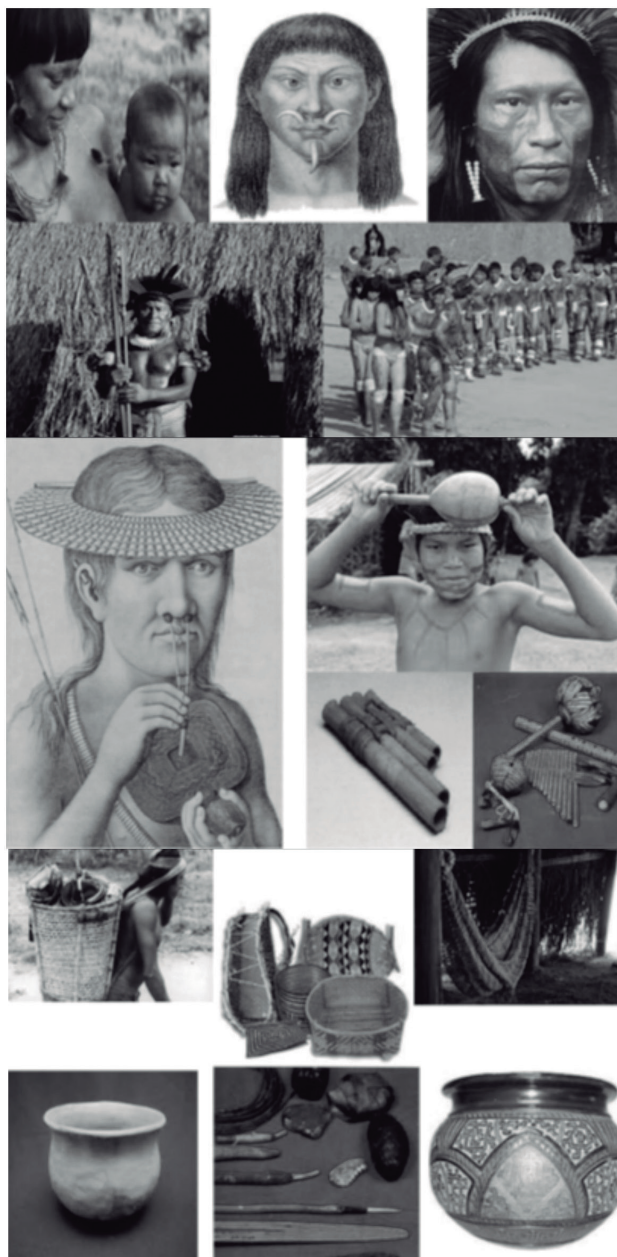
# Iconografia



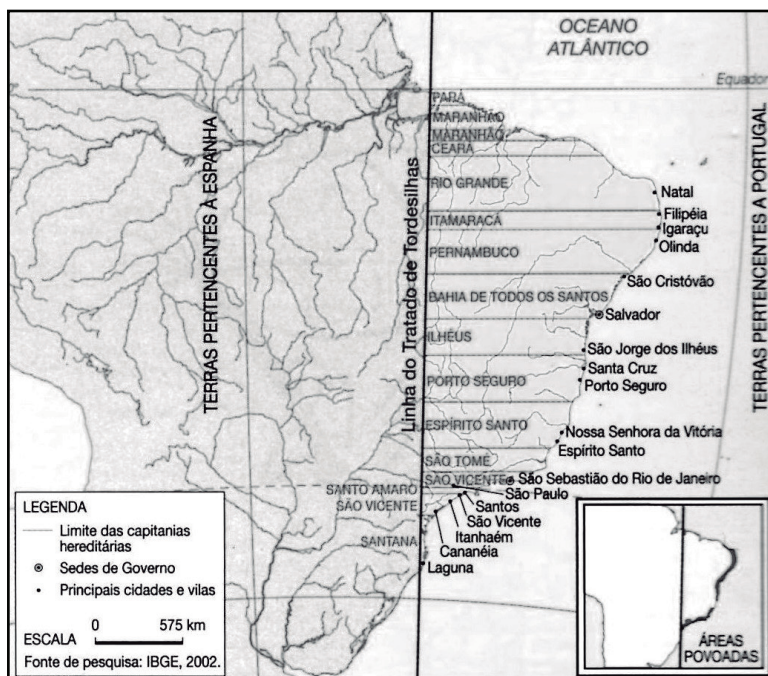
Origem do Homem Berço teria sido o sul da África



Rota do povoamento das Américas  
Teoria do brasileiro Walter Neves



Amazônia - Usos e costumes indígenas

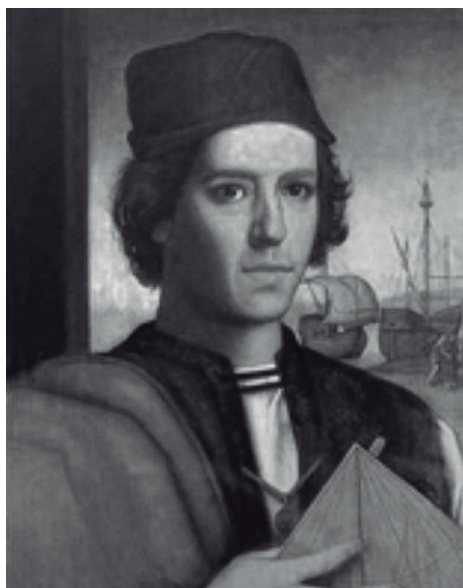


## Linha do Tratado de Tordesilhas A Amazônia seria de Espanha



## Posição de Itacoatiara no Mapa da Amazônia Internacional





Vicente Yáñez Pinzón - 1500  
Primeiro europeu na Amazônia



Francisco de Orellana - 1541/1542  
Navegador do Rio Amazonas



Pedro Teixeira - Explorador  
do Amazonas - 1637/1639



Padre Antônio Vieira - Superior  
dos jesuítas - 1653/1661



Mamorini - Tuxaua dos índios Iruri



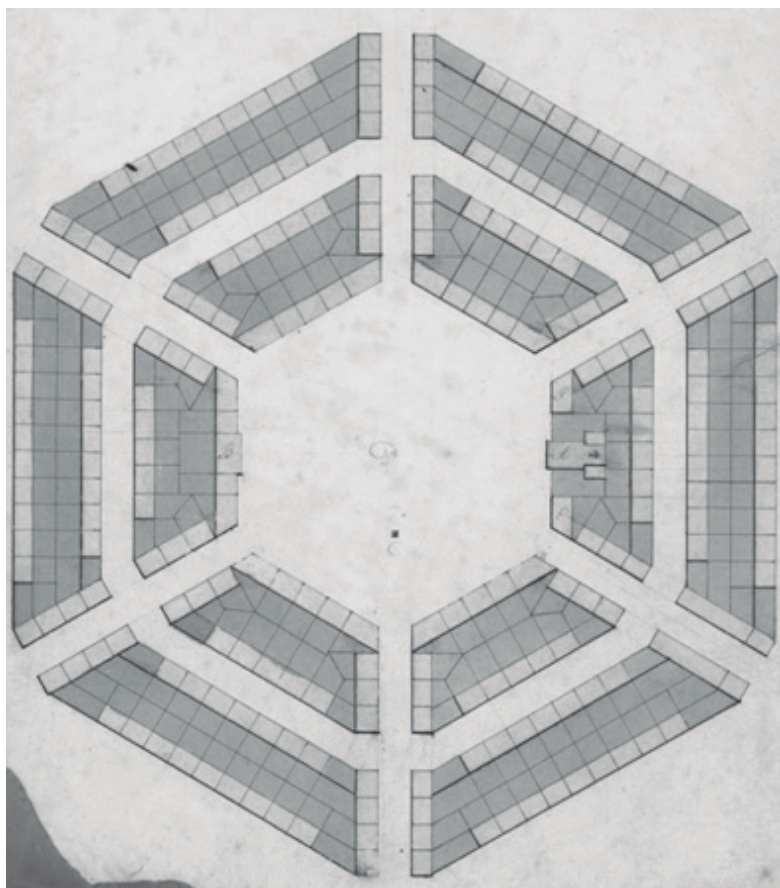
Jesuíta Jódoco Perez - Fundador de Itacoatiara



Governador Mendonça Furtado



Brasão de Portugal - Séc. XVIII



Planta da Vila de Serpa - 1759 (Filipe Sturm)

# Administradores do período (1683 - 1758)

## 1 – Período Colonial

### 1.1. Estado do Maranhão e Grão-Pará

#### 1.1.1. Missão Jesuítica do Rio Maturá (1683-1691)

|                                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------------------------|
| 01 – <b>Padre Jódoco Perez</b> // 08 a 27 setembro de 1683.                          |
| 02 – <b>Missão desativada</b> // Período: 1684-1688.                                 |
| 03 – <b>Padre João Ângelo Bonomi</b> // Mar/1689 a fev de 1690; e jan a jul de 1691. |

#### 1.1.2. Missão Jesuítica do Rio Canumã (1691-1696)

|                                                              |
|--------------------------------------------------------------|
| <b>Padre Antônio da Fonseca</b> // Agosto 1691 a julho 1696. |
|--------------------------------------------------------------|

#### 1.1.3. Missão Jesuítica do Rio Abacaxis (1696-1756)

|                                                              |
|--------------------------------------------------------------|
| 01 – <b>Padre João da Silva</b> // Set/1696 a março de 1698. |
| 02 – <b>Padre Domingos de Macedo</b> // De 1698 a 1704.      |
| 03 – <b>Padre Francisco Xavier de Molovetz</b> / 1705/1709.  |
| 04 – <b>Padre Lourenço Homem</b> // De 1709 a 1710.          |
| 05 – <b>Padre Bartolomeu Rodrigues</b> // 1710 a 1714.       |
| 06 – <b>Padre João de Sampaio</b> // Março de 1715 a 1721.   |
| 07 – <b>Padre Manuel da Mota</b> // De 1722 a 1727.          |
| 08 – <b>Padre João de Sampaio</b> // De 1728 a 1730.         |
| 09 - <b>Padre Manuel Fernandes</b> // De 1730 a 1732.        |



|                                                           |
|-----------------------------------------------------------|
| 10 – <b>Padre João de Sampaio</b> // De 1733 a 1742.      |
| 11 – <b>Padre João Roque Hundertpfundt</b> // 1744.       |
| 12 – <b>Irmãos leigos jesuítas</b> // Período: 1745-1746. |
| 13 – <b>Padre Teotônio Barbosa</b> // De 1747 a 1750.     |
| 14 – <b>Padre Antônio Maisterbourg</b> // De 1751 a 1753. |
| 15 – <b>Padre Anselmo Eckart</b> // 1754.                 |
| 16 – <b>Padre Antônio Maisterbourg</b> // De 1755 a 1756. |

## 1.2. Estado do Grão-Pará e Maranhão

### 1.2.1. Capitania de São José do Rio Negro.

#### 1.2.1.1. Missão Jesuítica do Rio Abacaxis (1757)

Transladação para o Rio Madeira // 1757.

#### 1.2.1.2. Missão jesuítica do Rio Abacaxis (1758)

**Transladação para o Rio Amazonas** // 18/04/1758.

Na elaboração do texto acima, consultamos obras de Alexandre Rodrigues Ferreira (2007), Bernardo Pereira de Berredo (1989), Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1856), João Filipe Bettendorff (1990) e Serafim Leite (1943).

## Anos iniciais: algumas citações

### 01 - Padre João Filipe Bettendorff: “Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão”. Livro escrito em 1694/1698:

Navegou o Padre Superior Jódoco Peres pelo rio das Amazonas à riba, e como tinha ouvido coisas grandes do rio da Madeira, foi ele o primeiro superior da missão que entrou por ele, para ver se lá podia pôr uma nova residência; ao cabo de uns nove dias de viagem, chegou aos Irurizes, nação afamada sobre todas as mais; praticou-os sobre a nossa Santa Fé, e ficou com eles que lhe mandaria um Padre missionário para lhes assistir, e para que lhes não faltasse língua trouxe consigo um filho do principal para o Pará, para lá aprender a língua geral em o Colégio, onde ficou até que a soube, recebeu o santo batismo, algum tempo depois; e voltou com o Padre João Ângelo, o qual com o Padre José Barreiros, companheiro seu, foi mandado para missionário dos Irurizes. É este rio da Madeira um dos mais famosos que há pelo Estado, por grande e espaçoso, porém demorado pelas caldeiras que tem, em que somem as canoas com tudo o que levam, havendo descuido dos guias ou pilotos, e tem várias castas de peixe, até peixe-boi, piraíbas, mas os índios não os comem, sustentam-se de uma casta do peixe que chamam Tambaquiz, mui gostosos; as suas águas são as mesmas como as do rio das Amazonas, pois é braço dele, que muitas jornadas para cima se reparte, fazendo uma ilha grande em que moram os Irurizes,

os Jaquezes e outras muitas nações; as suas terras são boas para todos o gênero de mantimentos, suas matas têm muita caça de porcos, cotias, pacas e pássaros; porém os Irurizes não matam nem comem porco do mato; e só são amigos de pássaros que têm por seu mais regalado sustento.

Tinha o Padre João Ângelo vindo do Brasil em outubro do ano de 1688, mandado pelo Padre Antônio Vieira, visitador da província para esta missão do Maranhão, e não tendo feito em a cidade de São Luís mais que quinze dias de demora, partiu com seis religiosos para o Pará, aonde chegou pela festa de São Francisco Xavier; e como vinha com tenção de ser o primeiro missionário do rio da Madeira, onde o Padre Superior destinava de fazer nova missão na aldeia dos Irurizes, mandou-o para lá pelas festas do Natal, dando-lhe por companheiro o Padre José Barreiros.

Foram-se com grande ânimo e gastaram três meses de viagem sem perigo, tirado o ponto onde se acharam uma noite três vezes sobre três caldeirões, em os quais a muita correnteza das águas os lançou com incrível fúria para o meio, e três vezes os tornou a lançar para o mato, valendo-se dos arvoredos para não ficarem sepultados sob as águas. Chegados à boca do rio dos Irurizes, dois dias distante da aldeia, toparam com o principal Mamorini, que vinha em uma canoa grande remada por quantidade de mulheres, trazendo um só índio criado seu consigo; este, como depois souberam, ia fugindo de se encontrar com os padres, pelas más práticas que os brancos que assistiam em a aldeia lhes tinham feito, dizendo-lhe que os padres iam tirar-lhe as suas mulheres, filhos e filhas, e que os haviam de açoitair e maltratar.



E por quanto que o Padre João Ângelo lhe persuadissem que tornasse atrás, nunca quis fazê-lo, dizendo-lhe ia fazer farinhas em uma roça sua; com que os padres se foram da aldeia sem ele, e como quer que os ditos brancos à vista deles, falaram diversamente aos índios do que lhe tinham falado dantes em sua ausência, e o padre João Ângelo mandou dizer ao principal Mamorini que se não viesse logo para a aldeia se voltaria para o Pará, veio finalmente e sem dificuldade se desenganou de todos os aleives que contra os padres se tinham levantado; e assim mandou aviso a todas as aldeias pertencentes aos Irurizes para que viessem visita-los. Vieram eles com seus costumados presentes, aos quais o Padre João Ângelo correspondeu conforme a pobreza que consigo levava; e depois disso deu-lhes parte a todos como lhes vinha mostrar o caminho verdadeiro do Céu pela insinuação da fé católica, e pelo santo batismo, que lhes vinha dar para faze-los filhos de Deus, e livrá-los do inferno e da escravidão do diabo; avisando-os e exortando fizessem suas igrejas para o culto divino, com umas casas em que se pudessem recolher os padres quando os fossem ver em suas aldeias; com isso foram-se todos mui satisfeitos, e os padres deram logo ordem a fazer-se igreja e residência em a aldeia de Iruri, onde se achavam alguns brancos tratando de cacau que há muito e bom por todo aquele rio, e se estima por melhor do Estado todo, pela grandeza e doçura que tem maior do que em outras partes fora do rio da Madeira.

## 02 - Serafim Leite: “História da Companhia de Jesus no Brasil”, Tomo III. Livro escrito em 1933/1940:

Desde 1669 sulcavam as águas do Madeira os Jesuítas, que fundaram então a primeira Aldeia dos Tupinambaranas, e, em 1672, um dos fundadores dela, o Padre Manuel Pires, voltando ao Pará, do Solimões, com o Padre Gorzoni, preparavam-se ambos para subir de novo o Amazonas e entrar no Madeira.

Depois, em 1683, o Superior da Missão, Jódoco Peres subiu por ele. Ao cabo de 9 dias chegou aos Iruris, para ver a possibilidade de estabelecer Residência entre esses índios. Bettendorff, narrando o caso, diz que Peres foi “o primeiro superior da Missão, que entrou por ele”, o que não exclui entradas anteriores de outros Padres, que não fossem superiores da Missão.

Jódoco Peres deixou bem dispostos os Iruris, e baixou com um filho do principal, que no Colégio do Pará aprendeu além do português a língua tupi.

Entretanto, verificou o Missionário que os índios do Madeira recebiam ferramentas dos estrangeiros (Holandeses), por meio do Rio Negro, e que se impunha a ocupação efetiva desses rios. O governador Gomes Freire de Andrade, em 1687, escreve ao seu sucessor Artur de Sá e Menezes, que os índios pediam Missionários; e, por informações suas, El-Rei recomenda-os ao governador, e que lhes dê ajuda para a nova missão do Rio Madeira.

Pelo Natal de 1688 partiram os Padres José Barreiros e João Ângelo Bonomi, levando consigo o filho do principal dos Iruris, já batizado e conhecedor da língua geral. O principal

Mamorini, iludido pelos brancos, ia fugindo dos Padres. Encontrando-se com eles dissiparam-se os enganos e voltou.

Logo se fundou casa e igreja nesta Aldeia dos Iruris. E aperfeiçoou-se tanto a Residência, de sobrado e lojas, que os brancos, que por ali iam ao cravo afamado daquele rio, se maravilharam. Além da Aldeia dos Iruris e dalgumas aldeotas, havia mais quatro grandes: a Aldeia dos Paraparixanas, a Aldeia dos Aripuanãs, a dos Onicorés e a dos Tororizes. Eram cinco que “continham mais de vinte, porquanto cada roça daqueles principais era uma boa Aldeia de vassalos.” Trataram os Padres com todos durante quase um ano, fazendo a catequese em regra. Mas ambos adoeceram e o Padre Bonomi mais grave. E não houve remédio se não baixarem.

O Padre João Ângelo Bonomi restabelecido voltou para a Missão em 1691 e foi recebido “como um anjo vindo do céu”. Continuaram-se as construções da Aldeia, os índios ergueram também para si casas de sobrado. E aumentava a catequese, quando o Missionário caiu de novo doente. Mais uma vez se teve de retirar. Na sua ausência foram os brancos e cativaram grande número de índios com grande escândalo dos mesmos índios, e protesto dos padres; não poderão pensar os índios que eles os tinham ajuntado para serem mais facilmente cativos? Disto se queixaram os índios; e os padres ainda mais que eles. E assim os Jesuítas, desgostosos, e também por falta de missionários, se escusaram da Missão do interior do Rio Madeira, dando mais desenvolvimento à dos Tupi-nambaranas, já formada, e à dos Abacaxis, que cinco anos depois se estabeleceu e ficou praticamente a substituir a Aldeia dos Irurises.

### **03 - Dóris Cristina Castilhos: “Almas, corpos e especiais: a expansão colonial nos rios Madeira e Tapajós”. São Leopoldo/RS, 2007:**

No ano de 1683, o então superior da Missão, padre Jódoco Perez, navegou pelo rio Madeira com o objetivo de averiguar as condições para que se fundasse lá uma nova residência. Depois de uma viagem de nove dias (da boca do Madeira ao Rio Maturá), alcançou os Iruri e, estando junto a eles, não apenas comprometeu-se de enviar um missionário para a assistência do grupo como, também, obteve a licença de retornar ao Pará com o filho do Principal, para que o rapaz aprendesse a língua geral e regressasse, mais tarde, sendo capaz de auxiliar como intérprete.

### **04 - Miguel A. Menéndez: “A área Madeira-Tapajós. Situação de contato e relações entre colonizador e indígenas”, São Paulo, 1992:**

Em 1683, José Barreiros e João Ângelo Bonomi fundaram uma missão entre os Iruri, já no Madeira (Rio Maturá), assistindo no ano seguinte entre os índios Parapixana, Aripuanã, Torerizes e Onikoré, provavelmente a partir dessa missão-sede. Em 1691, após um ataque dos brancos, ela é transladada para a aldeia dos Abacaxis, na confluência desse rio com o Canumã, mais tarde (1757) mudada para a margem esquerda do Madeira, recebendo o nome de Serpa e, finalmente – com nova mudan-

ça, para a margem esquerda do Amazonas -, o de Itacoatiara, missão que, em 1768, estava povoada com Iruri e Arara provenientes da antiga aldeia dos Abacaxis.

## **05 - Serafim Leite, in obra acima citada:**

E como não bastassem tantas denominações e mudanças, conta-nos João Daniel que a Aldeia de Abacaxis estava primeiro sobre o grande Lago de Sampaio, e que dali se mudara para o Furo de Tupinambaranas, decaindo, mas ficando suficientemente grande, diz o mesmo João Daniel, para receber, em 1757, o nome de Vila de Serpa. E ainda, para rematar (se antes ou depois do predicamento de vila, discute-se, em todo o caso, por esta ocasião) os índios Abacaxis escolheram para nova sede o lugar “chamado Itaquiara sobre o Amazonas a dois dias de distância da sua habitação antiga”. O topônimo de Serpa, dado à Aldeia caiu. Manteve-se, porém, o de Itaquiara, hoje cidade, ligada assim, na origem à vida, cheia de variedade e contrastes, da célebre Missão dos Abacaxis da Companhia de Jesus.

## **06 - Arthur Cézar Ferreira Reis: “História do Amazonas”. Livro escrito em 1931:**

Os padres da Companhia de Jesus tiveram a seu cargo os índios do Madeira. Tiveram de enfrentar as correrias constantes dos Mura, terríveis, só pacificando às vésperas do século XIX. Despendendo esforços inauditos, conseguiram, no entanto,

reunir índios na foz do Maturá, de onde passaram, perseguidos pelos Muras, para o Canumã. Ainda daí tiveram de mudar-se levando os catecúmenos para a boca do Abacaxis, onde puderam permanecer definitivamente. Em 1757, o nascente povoado foi trasladado para a margem esquerda do rio Amazonas, a um sítio de pedras pintadas, conhecido por Itacoatiara. É a cidade desse nome.

**07 - Marta Rosa Amoroso: “Corsários no caminho fluvial. Os Mura do rio Madeira”, São Paulo, 1992:**

Temos notícia do que representou para a população indígena da região o contato com os missionários e comerciantes de cacau do rio Madeira. Dez anos depois da devassa contra os Mura chega ao provincial da Companhia de Jesus uma notícia sobre a aldeia dos Abacaxis, revelando o triste quadro depopulacional dos empreendimentos jesuítas no sertão, situação generalizável para toda a população indígena do Grão-Pará, duramente atingida no final dos anos 30 do século XVIII pelo contágio da varíola.

Dizia o missionário Theotônio Barbosa que a antigamente populosa aldeia dos Abacaxis, cujos habitantes foram dizimados, abrigara mais de 23 outras nações, que por sua vez também haviam desaparecido. A população da aldeia naquela ocasião estava reduzida a menos de seiscentas pessoas, oriundas das mais diferentes nações de índios da região. Os descendentes se apresentaram como forma mais rápida para a repo-



sição da população atingida pela doença. Ao contágio brutal a que se submetia o índio aldeado, somavam-se ainda outros fatores igualmente perversos para os planos das missões. Conta o missionário dos Abacaxis que as índias aldeadas evitavam a concepção, por meio da ingestão de drogas. Da mesma forma, tornava-se praticamente impossível manter a população aldeada nos limites da missão diante do quadro da morte cotidiana, com pelo menos oitenta mortes por ano.

**08 – Trechos da Carta de 04.07.1758, enviada do Rio Madeira pelo governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao ministro de Ultramar Thomé Joaquim da Costa Corte Real, sediado em Lisboa:**

A 26 [de março de 1758] saí [de Óbidos] e navegando pela mesma costa setentrional do Amazonas, atravessei para a austral e entrando pelo rio [dos] Tupinambaranas para passar ao Madeira, cujas barras examinei, feitas pelos Maués, Abacaxis e Canumã, e saí ao rio Madeira e a 14 [de abril] cheguei à vila de Borba, a Nova. Aí demorei-me dois dias, vim buscar a aldeia dos Abacaxis que era da Administração dos padres da Companhia [de Jesus], com a resolução de a erigir em vila com o nome de Serpa; porém os seus moradores me requereram instantemente que se queriam tirar daquele sítio, por que nele não logravam uma hora de saúde, e que se conservavam ali violentados pelos padres que os administram (...). E lhes nomeei uns



poucos de sítios para eles escolherem o que lhes parecesse melhor e bem da sua saúde e da sua conveniência. Em observância desta ordem foram ver os sobreditos sítios e escolheram entre eles um chamado Itaquiatiara, a dois dias de viagem da primitiva habitação (...). Daí [de Abacaxis] sai a 19 de abril e vim buscar este rio [Negro] onde entrei no dia 23 e a 04 [de maio] cheguei a esta povoação [Mariuá]. No dia 06 de maio erigi esta aldeia em vila, com o nome de Barcelos...”.

**09 – José Monteiro de Noronha: “Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província (1768)”. Escrito em 1768:**

Do primeiro até o segundo furo do Saracá, pelo Amazonas acima, são quatro léguas. Do segundo ao terceiro, duas léguas. Do terceiro ao quarto, outras duas léguas. Vencidas mais duas léguas, chega-se à Vila de Serpa, situada na paragem chamada das Pedras Pintadas e, no idioma geral dos índios, Itacoatiara. Esta vila foi a primeira vez fundada no rio Maturá, que faz barra na margem oriental do rio da Madeira de que se tratará mais adiante. De Maturá mudou-se para o rio Canumã. Deste para o dos Abacaxis. Deste para a margem oriental do rio da Madeira, pouco abaixo do furo de que se faz menção no parágrafo 68 [Tupinambarana ou Urariá], e desta para aquela em que presentemente está. Os seus primeiros povoadores foram os índios da nação Irurí, aos quais se agregaram os da nação Abacaxis e de outras muitas.

Da Vila de Serpa segue-se, em distância de três léguas, o quinto furo do Saracá, chamado Aibu. E na distância de mais meia légua, o sexto furo, a que chamam Arauató, pelo qual deságua o rio Urubu, que desce dos montes que formam a cadeia ou cordilheira chamada da Guiana. Foi antigamente habitado por muito gentio e presentemente só se conserva nele o da nação Arauaki.

## **10 – Manoel Anísio Jobim: “Itacoatiara. Estudo social, político, geográfico e descritivo”. Escrito em 1948:**

Itacoatiara é um nome tirado da língua geral. Significa em suas raízes – pedra pintada, por motivo de inscrições gravadas nas pedras que lhe guarnecem o porto. Levanta-se a cidade em belo platô cenolítico à margem esquerda do rio Amazonas, sendo para aí transladada em 1759. Fica a 26 metros acima do nível do mar.

Este local não foi o primeiro a ocupar a antiga povoação que lhe deu origem. Antes de transferir-se o povoado para a margem do grande rio, esteve em vários pontos do majestoso rio Madeira. É assim que nasceu na foz do Maturá. Sendo por vezes invadida e incendiada pelos índios Mura, os seus habitantes resolveram mudá-la para a ribeira de Canumã, onde não foram mais felizes, porque os índios seguiram-lhes a pista, depredando a aldeia e matando muitos dos seus habitantes. Os ataques inesperados dos selvagens levaram os seus moradores, ainda uma vez, a fugirem da sanha dos silvícolas, indo se colocar

junto ao rio dos Abacaxis, onde, em 1755, os foi encontrar o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão. Mesmo assim não se sentiam satisfeitos, segundo o testemunho do diplomata português, em carta dirigida ao ministro de Ultramar, Tomé Joaquim Castro Côrte Real, a 4 de junho de 1758, em que descreve a sua viagem e as determinações que tomou, visitando a terra amazônica, considerada então sertão do Pará.

Quando situada a povoação no rio Abacaxis, nela vieram incorporar-se muitos índios da nação Torá, batida e arrasada pelo capitão João de Matos Guerra, mandado ao Madeira com o fim de pôr cobro às violências praticadas por esses valentes bugres em ataques aos negociantes de drogas que, saindo do Pará, subiam o Amazonas e o Solimões. Era o Madeira rico em cacau e outras drogas do sertão, determinando a presença dos buscadores desses produtos de comércio, em grupos de canoas, para mais facilmente se defenderem das agressões dos selvagens. Os índios desciam até a foz e perseguiram os viajantes. A repetição desses fatos encheu de ódio o povo do Pará, e o governador, em represália enviou ao Madeira a tropa comandada por João de Matos Guerra, que dizimou furiosamente os Torás nas suas malocas. Matos guerra, ao voltar da sangrenta expedição, teve morte súbita, quando ao defrontar as barreiras de Manicoré, caiu-lhe sobre a embarcação forte galho de árvore, afundando-a.

Os moradores de Abacaxis não viviam satisfeitos com o missionário jesuíta, sob cuja administração estavam, além de

que o lugar era muito doentio e um sapal. Aproveitando a passagem do diplomata por Trocano que Mendonça Furtado denominou Borba, a Nova, e a disposição que estava de se dirigir à aldeia dos Abacaxis, que pretendia elevar à categoria de vila, pediram-lhe permissão para se mudarem do local, justificando o pedido com os motivos acima declarados. O representante do governo português anuiu à proposta de mudança, não para os sítios que eles indicaram, “a grandíssimas distâncias no centro das matas o que me pareceu seria prejudicial se eles fossem àquelas distâncias”. Nomeou então uns poucos de sítios para eles escolherem o que lhes parecesse melhor, “a bem de sua saúde e da sua conveniência”. Optaram pelo sítio Itacoatiara, sobre o Amazonas, a dois dias de viagem da sua habitação primitiva. Concordeu o governador, e, levando o fato ao conhecimento do ministro, assim se expressou: “Na verdade escolheram bem, porque as terras são as melhores que aí há, pois produzem todo gênero de frutas, e o rio naquele sítio é abundantíssimo e sobretudo está na estrada real destes sertões, e com esta vila acharão os passageiros socorro, e os índios não só tirarão grande lucro de seus trabalhos na venda de mantimentos, mas civilizar-se-ão” (Furtado Belém, “Limites Orientais do Estado do Amazonas”, 1911).

\*\*\*\*

Num longo estudo, subordinado ao título “Antiguidades do Amazonas. A Necrópole de Miracanguera”, ocupou-se o sábio J. Barbosa Rodrigues do cemitério que se encontra a

margem do rio Amazonas, e que representa uma verdadeira relíquia de Itacoatiara, pela vetustez de sua existência e pelos documentos preciosos que encerra para a Arqueologia e para a Etnografia.

A necrópole indígena, a que o famoso etnógrafo consagra tantas páginas de vivo fulgor e erudição, fica acima da cidade de Itacoatiara, em terreno elevado, que o rio Amazonas, na violência de sua correnteza, vai todos os anos escavando e provocando grandes desmoronamentos, deixando à mostra suntuoso e admirável tesouro que se esconde sob as suas terras. A lombada de terras estende-se até o atual povoado de Amatari ou Matari, onde toma o relevo de terra firme.

Caracterizando o local da necrópole, J. Barbosa Rodrigues diz que, logo acima do furo Arauató estende-se uma ilha baixa, que vai ao fundo todos os anos, e na vazante deixa à descoberto extensa praia, que servia outrora de dormitório a milhares de garças.

É na região fronteira à ponta desta ilha que fica a necrópole de Miracanguera que, há séculos, foi um grande cemitério de uma basta população que habitou nas proximidades, por dilatados anos. Está situada na ilha do Matapi, hoje costa do Miracanguera, e deverá ter sido fundado pelo povo Aroaqui que se espalhou numa grande onda humana até as Antilhas. “Dividida a tribo, teve depois por inimigos figadais os índios Pariquis, seus parentes, e Anibás, com os quais sempre estavam em guerra nos rios Jatapu e Anibá, luta que ainda há bem pouco tempo perdurava”.

## 11 – Agnello Bittencourt: “Corografia do Estado do Amazonas”. Escrito em 1925:

Itacoatiara. Está situada à margem esquerda do Amazonas, em terreno elevado e de ligeira ondulação. Sua proximidade da foz do Rio Madeira permitiu-lhe um rápido desenvolvimento comercial. Seu porto é abarrancado, profundo, mas agitado pelas correntes irregulares do rio. Encontram-se nele muitas pedras, uma das quais visível, na época da maior vazante, é cheia de inscrições hieroglíficas, apresentando também labores diversos; daí a etimologia do nome da cidade – pedra pintada.

Seu primitivo nome foi Serpa, confirmado em 1759 quando o governador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas, a elevou à categoria de vila. Tal predicamento desapareceu em 1833, para lhe ser restaurado pela lei provincial de 10 de dezembro de 1858. Foi elevada à cidade, com o nome atual, por lei de 25 de abril de 1874.





## **Autores consultados**

- Acuña, Cristóbal de. Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas. Tradução: Helena Ferreira, Agir Editora, Rio de Janeiro, 1994.
- Amoroso, Marta Rosa. Guerra Mura no século XVIII: versos e versões. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Unicamp, São Paulo, 1992.
- Azevedo, João Lúcio de. História de Antônio Vieira (vols. I e II). Alameda Casa Editorial, São Paulo, 2008.
- Belém, Furtado. Limites Orientais do Estado do Amazonas, Manaus, 1912.
- Berredo, Bernardo Pereira de. Anais Históricos do Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, 1989.
- Bettendorff, Padre João Felipe. Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. 2ª edição, Graficentro, Belém, 1990.
- Bittencourt, Agnello. Corografia do Estado do Amazonas. Coleção Hiléia Amazônica, Manaus, 1985.
- Carvajal, Rosa e Acuña. Descobrimento do Rio das Amazonas. Trad. de C. Melo-Leitão, São Paulo, 1941.
- Daniel, Padre João. Tesouro descoberto no Rio Amazonas. T. 1. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional. V. 95, t. 1-2, Rio de Janeiro, 1976.
- Embrapa. As terras pretas de Índio da Amazônia. Sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Edua/Embrapa, Manaus, 2010.
- Ferreira, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica ao Rio Negro. 2ª edição, Edua/Inpa, Manaus, 2007.

- Fonseca, Ozório J. M. Pensando a Amazônia. Editora Valer, Manaus, 2011.
- Fritz, Padre Samuel. O Diário do Padre Samuel Fritz. IHGB, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1912.
- Hemming, John. Árvores de Rios (História da Amazônia). Tradução: André Luiz Alvarenga. Senac, São Paulo, 2011.
- Jobim, Anísio. Itacoatiara, estudo social, político, geográfico e descritivo, Manaus, 1948.
- Leite, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomos III e IV. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.
- Loureiro, Antônio José Souto. Síntese da História do Amazonas. Imprensa Oficial, Manaus, 1978.
- Meier, Johannes. Jesuiten aus Zentraleuropa in Portugiesisch und Spanisch-Amerika. Band 1 Brasilien (1618-1760). Mainz, 2005.
- Mello, Márcia Eliane Alves de Souza e. Fé e Império: as Juntas das Missões nas Conquistas Portuguesas. Edua/Fapeam, Manaus, 2009.
- Monteiro, Mario Ypiranga. Fundação de Manaus. Editora Metro Cúbico, Manaus, 1994.
- Nery, Barão Frederico José de Santa-Anna. No país das Amazonas, São Paulo, 1979.
- Neves, Eduardo Góes. Sociedades Complexas na Mata. Scientific American Brazil, ano 03, nº 27, 2004.
- Neves, Walter Alves. e Luís Beethoven Piló. O povo de Luzia - Em busca dos primeiros americanos. Ed. Globo, Rio de Janeiro, 2008.
- Noronha, José Monteiro de. Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as Últimas Colônias do Sertão da Província (1768). Edusp, São Paulo, 2006.

- Porro, Antônio. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. Bol. do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, volume 06, nº 03, páginas 575-592, set-dez, 2011. Belém, 2011.
- Porro, Antônio. História Indígena do alto e médio Amazonas. Séculos XVI a XVIII, in História dos Índios no Brasil. Manuela Carneiro da Cunha (org.), Companhia das Letras, São Paulo, 1992.
- Ramos, Alberto Gaudêncio. Cronologia Eclesiástica da Amazônia. Tipografia Fênix, Manaus, 1952.
- Reis, Arthur César Ferreira. A Conquista Espiritual da Amazônia. São Paulo, 1942.
- Reis, Arthur César Ferreira. A Política de Portugal no Vale Amazônico, Belém, 1940.
- Reis, Arthur César Ferreira. História do Amazonas. 2ª edição. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1989.
- Roosevelt, Ana C. Paleoindian Cave Dwellers in the Amazon: the Peopling of the Americas, Science, volume 272, 1996.
- Sampaio, Francisco Xavier Ribeiro de. Apêndice ao Diário da viagem que, em visita de correição às povoações da Capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor Ribeiro de Sampaio, em 1774/1775, Lisboa, 1856.
- Silva, Francisco Gomes da. Itacoatiara. Roteiro de uma Cidade. 1º volume da Série Paulino de Brito de Edições Governo do Estado do Amazonas, Editora Sérgio Cardoso, Manaus, 1965.
- Silva, Francisco Gomes da. Itacoatiara, administrações municipais, realidade presente. Edição do Autor. Capa Editora Sérgio Cardoso, Manaus, 1970.

- Silva, Francisco Gomes da. Itacoatiara. Roteiro de uma Cidade. 2ª edição revista e ampliada, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 1997.
- Silva, Francisco Gomes da. Cronografia de Itacoatiara. 1º volume, Editora Papyros, Manaus, 1997.
- Silva, Francisco Gomes da. Cronografia de Itacoatiara. 2º volume. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 1998.
- Silva, Francisco Gomes da. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara. Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 1999.
- Silva, Francisco Gomes da. Câmara Municipal de Itacoatiara (Sinopse Histórica). Gráfica Ampla, Manaus, 2010.
- Souza, Márcio. História da Amazônia. Editora Valer, Manaus, 2009.
- Theodor Koch-Grünberg – Dois anos entre os indígenas - Viagens ao noroeste do Brasil (1903-1905). Edua/Fsdb, Manaus, 2005.

### **Sites de imagens:**

- <http://www.sbpc.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.Jsp?id=>
- <http://www.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/primeiroeuropeu>
- <http://www.usp.br/leeh/pls/junh2001.htm>
- <http://www.sescsp.org.br/sesc/revistassesc/pb/art>
- <http://www.historiadomundo.com.br/prehistoria/america>.
- <http://pt.wikipedia.org/companhiadejesus>
- [http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie\\_estudos\\_en...](http://www.flacso.org.br/portal/pdf/serie_estudos_en...)
- <http://www.fotosimagenes.org/vicente-yanez-pinzon>
- [http://sociologomes.files.wordpress.com/2010/09/brasil\\_colonia\\_sec-xvi.jpg](http://sociologomes.files.wordpress.com/2010/09/brasil_colonia_sec-xvi.jpg)

# Resumo biobibliográfico



FRANCISCO GOMES DA SILVA nasceu em Itacoatiara aos 24 de novembro de 1945. Promotor de Justiça Aposentado, Advogado e Escritor. Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, da Academia Amazonense de Letras, da Associação dos Escritores do Amazonas e da Associação Amazonense do Ministério Público. Sócio correspondente do Colégio Brasileiro de Genealogia (Rio de Janeiro/RJ) e sócio correspondente fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós (Santarém/PA). Historiador de sua terra natal começou a escrever aos 16 anos e aos 19 lançou seu primeiro livro (1965) - sob os auspícios do historiador e então governador Arthur Cézar Ferreira Reis.

## **É autor dos seguintes livros:**

- 1965: Itacoatiara. Roteiro de uma cidade.
- 1970: Itacoatiara: administrações municipais, realidade presente.

- 1979: Centenário de São José do Amajari.
- 1997: Cronografia de Itacoatiara – 1º volume.
- 1997: Itacoatiara. Roteiro de uma cidade – 2ª edição revista e ampliada.
- 1997: Instituto Alfredo da Matta ontem e hoje: uma história de saúde pública (1955-1997) – coautor.
- 1998: Cronografia de Itacoatiara – 2º volume.
- 1999: A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara.
- 2002: Constituições do Estado do Amazonas – volume I (1891, 1892 e 1895) - Texto introdutório.
- 2004: Presença do Poder Judiciário no Município de Itacoatiara.
- 2006: Pedro Gomes meu pai (um memorial de família).
- 2010: Câmara Municipal de Itacoatiara (Sinopse histórica).
- 2013: Fundação de Itacoatiara (1º volume da Trilogia Itacoatiara 330 anos).

### **Obras em preparo:**

- Homens, mulheres e coisas de Itacoatiara (uma enciclopédia municipal).
- As pedras do Rosário.
- Volume 2 da Trilogia Itacoatiara 330 anos.
- Volume 3 da Trilogia Itacoatiara 330 anos.



## EXALTAÇÃO AO NASCIMENTO DE ITACOATIARA

Ano de 1683. O padre suíço Jódoco Perez (1633-1707), para fazer nova missão na aldeia dos índios Iruri gastou três meses de viagem sem perigo. Partiu de Belém aos 09 de junho e, depois de ultrapassar mais de 1.500 km subindo o Amazonas, ingressou no Rio Madeira e estacionou na foz do Rio Maturá: isso em 07 de setembro. No dia seguinte celebrou missa e em ato contínuo, perante toda a gentildade, fundou o núcleo embrionário da futura Itacoatiara. Durante mais de 74 anos, de 1683 a 1758, o Madeira, seu afluente Maturá e os subafluentes Canumã e Abacaxis banharam a missão itinerante que os jesuítas criaram em estreita cooperação com os índios Iruri. Deram sustança à etnicidade e alimentaram ao seu povo; selaram enfim o futuro promissor à nascente cidade. Caminhos naturais que escarrancharam a criança Itacoatiara em cima de suas águas milagrosas, poderosas, vitais, maravilhosas...

### Apoio institucional

